



**I ENCONTRO
SOBRE GOVERNO E SOCIEDADE
NA NOVA REPÚBLICA**

**PARTICIPAÇÃO
DA SOCIEDADE
NA NOVA ECONOMIA**

Promoção:

Gabinete Civil e Secretaria de Planejamento
da Presidência da República

Co-promotores:

Ministério da Justiça
Ministério da Fazenda

**I ENCONTRO
SOBRE GOVERNO E SOCIEDADE
NA NOVA REPÚBLICA**

**PARTICIPAÇÃO
DA SOCIEDADE
NA NOVA ECONOMIA**

**BRASÍLIA
1986**

I Encontro sobre Governo e Sociedade na Nova República
— Participação da Sociedade na Nova Economia. Presidência
da República, 12 de março de 1986.

110 p.

1. Economia — Brasil. 2. Sociedade — Brasil. 3. Brasil
— Política e Governo. I. Brasil. Presidência da República.
Gabinete Civil. Sub-Chefia para Assuntos Institucionais.

CDD 330.81

PROMOÇÃO DO I ENCONTRO GOVERNO/SOCIEDADE:

**Gabinete Civil da Presidência da República
Secretaria de Planejamento da Presidência da República**

Co-promotores:

**Ministério da Justiça
Ministério da Fazenda**

Colaboração:

**Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico —
CENDEC**

Abertura:

Marco Maciel, Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

João Sayad, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República

Encerramento:

Dilson Funaro, Ministro da Fazenda

Debatedores:

Professor Hélio Jaguaribe

Padre Fernando Bastos D'Ávila, Coordenador de Assuntos Sociais da CNBB

Edson Nunes, Secretário-Geral Adjunto da SEPLAN

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, Ouvidor-Geral de Curitiba

João Ricardo Serran — Instituto de Arquitetos do Brasil

Mateus Schnaider, Clube de Engenharia do Rio de Janeiro

Professor Marcílio Marques Moreira

Júlio do Amaral Buschel, Assessor da SEPLAN

Paulo Haddad, Consultor da SEPLAN

Maria Lúcia Pádua de Lima, Assessora da SEAP — Min. da Fazenda

Ricardo Bittencourt, Assessor da SUNAB — Min. da Fazenda

Coordenação dos trabalhos:

Ministro J. J. Moscardo de Souza, Subchefe para Assuntos Institucionais do Gabinete Civil.

Local: Auditório do Palácio do Planalto

Data: 12 de março de 1986

«Ressalto, especialmente, dois aspectos fundamentais do meu Governo: o cumprimento dos compromissos de mudanças do programa da Aliança Democrática e a superação definitiva das incertezas do passado que marcaram de forma profunda e dramática, o alheamento entre Estado e Nação, Governo e Sociedade, poder e cidadãos.»

Presidente José Sarney

«As mudanças não poderão generalizar-se nem aprofundar-se, a não ser através de um processo simultâneo de democratização do Estado que abra espaço para uma mais ampla participação dos cidadãos na gestão da República.»

Marco Maciel,
Ministro-Chefe do Gabinete Civil

APRESENTAÇÃO

A série de Encontros Governo-Sociedade inspirou-se na convicção do Presidente José Sarney de que a melhor assessoria do Governo é a própria Sociedade.

Trata-se, nessas condições, de um canal de comunicação informal e direto mediante o qual se procura promover maior sintonia entre a agenda governamental e as preocupações, necessidades e anseios dos cidadãos.

Tal iniciativa é articulada pelo Gabinete Civil, através da Subchefia para Assuntos Institucionais, órgão recém-criado que tem por atribuição principal assessorar o Ministro Marco Maciel em matérias relativas à promoção dos direitos dos cidadãos e à articulação entre Governo e Sociedade. A Subchefia constitui uma forma de ampliar o acesso aos diversos segmentos da comunidade para a exposição de suas reivindicações, críticas e sugestões à Administração Pública.

SUMÁRIO

- I — Programa
- II — Discurso do Ministro-Chefe do Gabinete Civil,
Marco Maciel
- III — Discurso do Ministro-Chefe da SEPLAN, João
Sayad
- IV — Transcrição das intervenções
- V — Mesa-Redonda
- VI — Encerramento — Ministro da Fazenda, Dilson
Funaro
- VII — Síntese

- Anexos:
- 1 — Papeletas com críticas e sugestões
 - 2 — Lista de participantes
 - 3 — Cobertura da Imprensa

DISCURSO DO MINISTRO-CHEFE DO GABINETE
CIVIL MARCO MACIEL

*Senhor Ministro Chefe da SEPLAN,
Senhores Chefes de Gabinete dos Ministérios,
Senhores Coordenadores de Comunicação Social,
Senhores Representantes dos Governos Estaduais,
Senhor Ouvidor-Geral de Curitiba,
Senhor Consultor para Assuntos Sociais do Conselho Nacional
dos Bispos do Brasil,
Senhor Professor Hélio Jaguaribe,
Senhores Presidentes de Entidades Profissionais,
Senhores Representantes de Associações de Consumidores,
Senhores Representantes de Clubes de Serviço,
Senhoras e Senhores,*

Ao agradecer a participação de quantos atenderam ao apelo para dedicar algumas horas de reflexão ao tema que o Gabinete Civil da Presidência da República está propondo neste encontro, não posso deixar de aproveitar a oportunidade para ressaltar a excepcionalidade do momento que a Nação inteira vive. Como assinalou com propriedade o Presidente José Sarney, nós não temos apenas uma nova economia ou uma nova moeda. Temos, com o Programa de Estabilização Econômica, uma nova mentalidade. Ela não se exprime apenas na convicção de que a crise que vivíamos há alguns anos era resultado da postura que se ameaçava generalizar, de que o sucesso dependia sobretudo da capacidade especulativa de cada um. A nova mentalidade gerou uma nova postura. Infundiu confiança a todos. Despertou as consciências e generalizou a certeza de que, numa democracia, todos devem ter as mesmas oportunidades.

Tudo isso acresce às responsabilidades tradicionais do governo o dever de dar respostas concretas, positivas e imediatas às expectativas geradas pela decisão histórica do Presidente José Sarney de reverter o quadro sombrio que toldava o futuro desta Nação. Assim como a Nova República significou o compromisso de restauração da democracia representativa, a Nova Economia deve implicar a instauração da democracia participativa.

O exemplo que o povo brasileiro dá neste momento em que a Nação se encontra mobilizada em favor de uma mudança significativa, profunda e abrangente, reforça, restaura e fortalece a confiança que podemos ter no futuro de nosso País. Hoje podemos dizer, sem risco de erro, que já se começa a superar o divórcio entre o Estado e a Sociedade, e a separação entre o Governo e o Cidadão. As energias do povo brasileiro estão aí, numa demonstração inequívoca de sua capacidade de colaborar construtivamente para a definição de seu próprio futuro. Creio não ser exagero dizer que, neste momento, a Nação caminha por seus próprios pés. Sabe o que quer dizer e sabe aonde pretende chegar.

Se refletirmos sobre o profundo significado dessas mudanças que estão ocorrendo no Brasil de hoje, vamos chegar à evidente conclusão de que, no âmago de todos os desafios que vivemos, está a questão vital e insuperável do restabelecimento do primado da igualdade humana, na luta pela sobrevivência condigna. O que estamos fazendo, na verdade, é dando relevante passo para construir uma sociedade mais justa, uma economia mais forte e um regime mais democrático. E essas, não tenho dúvidas, são as grandes e permanentes aspirações nacionais.

Minha experiência política me ensinou que não podemos deixar de acreditar em nossa própria capacidade de operar mudanças pacíficas e transformações duradouras, na busca de um sistema político, de uma estrutura econômica e de um regime social baseado nos primados de liberdade política, da estabilidade econômica e da justiça social. Ao criar a Subchefia para Assuntos Institucionais no Gabinete Civil da Presidência da República, estava convencido de que os rumos que a Nação deseja exigem olhos para ver, ouvidos para ouvir e sensibilidade para detectar as manifestações da Sociedade. Por isso a importância que, desde logo, atribuí à Subchefia. O Encontro dá seqüência a seu trabalho de discutir como o Governo deve articular-se com a Sociedade e como o Estado pode aproximar-se do cidadão. Exatamente para que os direitos do cidadão não sejam confrontados pelo Estado nem os desejos da Sociedade violentados pelo Governo.

A extraordinária demonstração de solidariedade criadora que se estabeleceu entre uns e outros, a partir do Programa de Estabilização

Econômica, mostra que a Nação está ávida por participar. Deixa claro que a Sociedade está pronta para colaborar e, mais do que tudo isto, evidencia de forma insofismável que o Governo está disposto a fazer a sua parte para que essa cooperação indispensável se processe através de um diálogo permanente como o que agora inauguramos. Por isso, repito, aqui estamos, não para falar, apenas, mas sobretudo para ver, ouvir e sentir. Se tivermos êxito em canalizar de forma produtiva esse extraordinário potencial de energia popular para a reconstrução não só de uma Nova Economia, mas também de uma nova Sociedade, não tenho dúvidas de que estaremos atingindo os ideais sobre os quais se fundou a Nova República.

Num momento de dramáticas incertezas, o Presidente da República abriu a todos os cidadãos, em todos os recantos deste País, os canais de uma participação que se está revelando edificante por todos os títulos. Esta é, em meu entender, a lição que tiramos da crise, do sofrimento, das angústias e da resignação de nossa gente. Nós estamos juntando às grandes e permanentes conquistas do povo, que não dependeram do governo, com a integridade territorial, a unidade lingüística e a harmonia social, esta demonstração admirável de bom senso, de solidariedade social e de afirmação da soberania popular. O Presidente José Sarney já declarou, de maneira enfática e definitiva, que, a partir de agora, nada mais se fará no Brasil contra a vontade do povo. Suas energias foram extraordinariamente potencializadas com estes episódios que nos reconfortam. O que está em jogo não é o sucesso do governo, mas a vitória de todo o povo. Todas as instituições nacionais têm um papel relevante e insubstituível a cumprir. Os Poderes da República, os partidos políticos, a Igreja, os sindicatos, os meios de comunicação, as escolas e as fábricas; as universidades e as famílias — todos enfim — estão sendo chamados a dar a sua contribuição.

Não constitui figura de retórica afirmar que estamos diante de um novo Brasil — vetores concorrentes de mudanças estão transformando para melhor toda a fisionomia do País. Com a Nova República, tivemos uma nova política. Com a reforma monetária, uma nova economia e, em breve, com a constituinte, teremos um novo quadro institucional.

O presente encontro constitui o marco inicial de um autêntico diálogo Governo/Sociedade para que a nova política, a nova economia e a nova constituição representem para a população benefícios concretos e duradouros e revertam para a promoção do bem comum.

DISCURSO DO MINISTRO-CHEFE DA SEPLAN JOÃO SAYAD

É com muita satisfação que eu compareço à sessão de abertura desse encontro, onde será debatido e, principalmente, ouvida a sociedade brasileira sobre esse conjunto tão importante de reformas que se inicia nesse momento.

O conjunto de medidas aprovadas recentemente na área econômica, como todos os senhores, tenho certeza, já sabem, representa uma profunda revolução cultural na economia brasileira. Afinal de contas, a economia brasileira convive com o fenômeno inflacionário há anos, e criar as condições para que essa economia adquira hábitos e procedimentos diferentes é a tarefa que nós nos impusemos a todos. E essa tarefa não pode ser executada simplesmente com a edição do Decreto-Lei ou pelo estabelecimento de decretos complementares, ou regulamentação, ou fiscalização do Governo. Trata-se, de fato, de iniciar um novo tipo, organizar um novo tipo de economia nesse País. E para organizar esse novo tipo de economia é fundamental a participação de todos.

Nós estamos envolvidos, eu diria, hoje, com a reorganização do sistema de preços da economia brasileira. E essa reorganização não pode ser, de forma alguma, uma tarefa do Governo, uma tarefa do Legislativo, uma tarefa da administração pública ou tarefa só da iniciativa privada. É uma tarefa de todos nós. É preciso que nós recebamos as informações e as demandas da sociedade civil; é preciso que exista uma cooperação imensa e intensa em todas as etapas do programa. O programa se iniciou com grande apoio popular, com grande apoio de opinião pública. Não temos dúvida nenhuma sobre isso. Na realidade, ele recebeu esse apoio e essa aclamação inicial porque era uma reforma demandada pela própria sociedade. Quantas vezes nós ouvimos sugestões de parlamentares, de jornalistas, de empresários, de que a economia brasileira estava pronta para passar por esse tipo de reforma estrutural. Portanto, a aclamação que nós recebemos, que o programa e a iniciativa receberam, é uma aclamação que, se por um

lado, nos deixa a todos esperançosos de que o programa será bem-sucedido, por outro, nos indica que foi um conjunto de medidas há muito demandado pela sociedade brasileira.

Depois do período de aplausos, de aclamação e de apoio, que, sem dúvida, marcam esse período inicial da reforma, é preciso coopear, é preciso manter vivo o esforço inicial. Sem dúvida, o caráter emocional que presidiu os primeiros dias será substituído, paulatinamente, pelas dificuldades que o programa apresenta. Congelamento de preços é uma etapa indispensável nesse esforço que estamos submetendo a todos para conviver sem inflação, para conviver numa economia sem inflação. Mas é também o engessamento da economia. Nós poderíamos dizer que a economia brasileira se submeteu a uma cirurgia. Ela não tinha mais razão alguma para conviver com a inflação. O déficit estava sob controle; as contas externas não só sob controle, mas apresentando uma perspectiva de desenvolvimento extremamente favorável; o choque agrícola já tinha feito sentir seus efeitos, e nós convivíamos com uma inflação absolutamente inercial. Uma inflação explicada e gerada por eventos que já não estavam presentes. Era preciso submeter a economia brasileira a essa cirurgia, que é aquela a que foi submetida. E ela passará, durante algum tempo, por um período de engessamento.

Os preços congelados, os preços, às vezes, forçadamente congelados, os preços congelados no Maranhão, em São Paulo, no Rio, são, sem dúvida nenhuma, um obstáculo para a iniciativa privada. Mas é um obstáculo de curto prazo; obstáculo absolutamente necessário para que a iniciativa privada ingresse, paulatinamente, num novo período, onde a prática de remarcação de preços, que não tem razão de ser nesse momento, seja substituída.

Os trabalhadores terão que fazer e continuarão a fazer um grande esforço para mostrar que o seu salário, que antes era ilusoriamente elevado, depois corroído pela inflação, foi substituído por um salário médio, real, constante, e dado a ele um abono de 8%. É uma tarefa também difícil. É preciso convencer os trabalhadores brasileiros, depois de tantos episódios em que eles foram vítimas da política anti-inflacionária. Foi preciso e é preciso convencê-los de que, em primeiro lugar, a reforma estabelecida não só mantém o poder de compra dos trabalhadores, como lhes deu um aumento de 8%. Além disso, é preciso convencer que, desta vez — foi preciso convencê-los de que desta vez — eles não são reféns da política anti-inflacionária. A escala móvel lhes deu essa garantia.

Vencemos as primeiras etapas do programa de combate à inflação, mas nenhum de nós pode se enganar: as etapas mais difíceis ainda estão por vir. Nós precisaremos aprender a conviver com uma economia sem inflação. É uma economia, como a brasileira, quando co-

meça a viver sem inflação, coloca à mostra uma porção de problemas que antes a inflação escondia. São os orçamentos do setor público, que eram mascarados com uma hipótese irrisória de inflação, e depois administrados paulatinamente, tentando o Poder Executivo acomodar as infinitas pressões que se faziam sentir sobre esse orçamento. Esse conforto a inflação não nos dará mais. O orçamento passa a ser uma peça clara, transparente e, portanto, passível de ser controlada pela opinião pública e pelo Legislativo.

Os trabalhadores que se enganavam, obtendo um aumento de 100% cada seis meses, terão agora que discutir com os patrões as reais condições do seu salário e as reais condições que esse salário terá no futuro.

Os empresários, que podiam se permitir aumentos generosos para os trabalhadores, livrando-se da pressão sindical, que exigia um salário maior, não poderão assumir essa atitude. Nós teremos que discutir com clareza o que é que o salário do trabalhador, e o que a empresa pode pagar. A empresa não pode pagar qualquer coisa que o trabalhador pedir, porque ela não poderá repassar os aumentos concedidos aos preços. E o trabalhador precisará conviver com uma situação em que o seu salário não aumenta 100% no semestre, porque aquele aumento de 100% era ilusório. Nós não podemos nos enganar: a inflação trazia algum conforto, já que ela jogava fumaça nos olhos de todos os participantes da economia, postergando demandas, escondendo dificuldades, enganando a todos por muito tempo. Mas, evidentemente, esse processo de ilusão geral criava imensos problemas também, e deixava que os problemas mais importantes da sociedade brasileira fossem deixados de lado, postergados, adiados ou mascarados. Daqui para a frente, eu tenho certeza de que a economia passará a conviver, passará a ingressar numa rota de prosperidade. Mas nós, principalmente, os senhores, também, precisamos entender que muitas dificuldades, que antes eram escondidas e mascaradas, vão aparecer com muita clareza. E, nesse momento em que nós passarmos a conviver com as dificuldades postas a nu, nesse momento em que alguém vai gritar o rei está nu, mais do que nunca o apoio de todos a esse esforço de reconstrução da economia brasileira é fundamental.

É preciso que esse esforço não seja — se ele é um esforço bem-sucedido — apenas um esforço do Governo. Ele precisa ser um esforço de toda a sociedade brasileira. Por isso, encontros como esse assumem uma importância fundamental.

Eu tenho a convicção de que vencidas as barreiras iniciais, a economia brasileira estará lançada numa trajetória de prosperidade; que nós poderemos então iniciar um esforço de resgate da pobreza, dos

40% mais pobres dos cidadãos brasileiros; e, finalmente, estaremos lançando a sociedade brasileira num caminho definitivo de consolidação democrática, que eu tenho certeza, é o que todos nós queremos.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Ministro J. J. Moscardo de Souza

Este projeto da Presidência da República já foi chamado, de maneira muito adequada por um jornalista, de projeto Orelhão. A idéia é ouvir, não é falar. E este encontro é para ouvir. A idéia é provocar a participação da sociedade nas tarefas de governo.

Este encontro foi inspirado na convicção do Presidente José Sarney de que a melhor assessoria do Governo é a própria sociedade. Convicção essa confirmada, na prática, pelo apoio recebido na implementação do Plano de Estabilização Econômica em que tivemos um exemplo de como a população participou da tarefa do Governo. De como a população vestiu a camisa. De como o cidadão ampliou o seu papel no sentido de que não incumbe somente à Administração a tarefa de governo, mas a toda a cidadania. Esta idéia de uma cidadania ampliada. A idéia de uma democracia representativa, uma democracia participativa. A tarefa de governo incumbe ao cidadão.

Esta é uma reunião sem precedente, porque não é de caráter acadêmico. É uma reunião em que nós chamamos aqui setores e segmentos da sociedade que trabalham de forma articulada e organizada, e o Governo agora indaga como captar essas extraordinárias energias e, nesse próprio processo de captação, quer ouvi-los. Imaginamos então ao mesmo tempo ouvir este auditório, ouvir depoimentos, postulações, as indagações, sob o pano de fundo da implementação do Plano de Estabilização Econômica do Governo, mas no contexto maior, no contexto da ampliação da participação política, da ampliação do papel do cidadão no Governo, na tarefa de governo.

Daí termos também convocado para nos auxiliar nesta tarefa o Padre Fernando Bastos D'Ávila e o Professor Hélio Jaguaribe, ambos cientistas de reputação internacional, e que poderiam nos auxiliar nesse processo. A idéia é ouvir, fazer uma colocação inicial, mas ouvir os anseios e as inquietações, as questões concretas e, posteriormente,

interpretar este fenômeno novo, interpretar este Brasil novo num contexto mais amplo, enriquecido com a contribuição da comunidade acadêmica.

De maneira que nessa reunião, a idéia é fazer, primeiro, uma mesa redonda, sem mesa. De modo que os senhores se considerem uma mesa redonda. Estamos aqui apenas no sentido prático de estar coordenando este trabalho. Mas os senhores se considerem numa mesa redonda, isto é, uma assembléia. A idéia é provocar um debate, a idéia é um diálogo.

O Governo abre, assim, inaugura, assim, o diálogo. Os senhores inclusive são donos do seu próprio procedimento. Já se disse que democracia é processo. Justamente, esse processo de abertura permanente.

Os senhores é que vão preencher de conteúdo, preencher com as suas postulações esse momento de reflexão que ora se inicia. Nós temos um novo Brasil. E é sobre esse fenômeno que nós vamos meditar.

O objetivo desta Subchefia de Assuntos Institucionais é o de promover maior sintonia entre a agenda do Governo e a agenda da sociedade. E então nós planejamos trabalhos que seriam iniciados no fim de março ou abril, isto é, planejamos um longo namoro, um noivado, um casamento. E de repente nós fomos surpreendidos e a sintonia aconteceu antes. Nós planejávamos um casamento e como que casamos na polícia. E agora nós já temos que meditar sobre um fato extraordinário de sintonia entre Governo e Povo que já aconteceu. Quer dizer, um dos objetivos principais deste setor já teria sido atingido, nós já teríamos então que meditar sobre um fato, esta extraordinária sintonia, a demonstração de amadurecimento político do povo brasileiro. Que hoje é governo, se sente governo, se sente fiscal do Presidente Sarney.

De modo que eu pediria, antes de iniciar este amplo debate, onde, da maneira mais informal e mais ampla, todos aqui colocassem as suas postulações, que o Padre Fernando Bastos D'Ávila iniciasse este processo de diálogo com a comunidade.

Eu pediria que o Padre Fernando Bastos D'Ávila fizesse algumas considerações para iniciar este diálogo.

Padre D'Ávila:

Senhor Ministro,

Membros da Mesa,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A minha breve observação inicial se centra na seguinte reflexão: Ouvimos do Ministro Marco Maciel que, com a recente reforma, um

importante passo foi dado no sentido da consolidação de uma nova experiência democrática brasileira.

Como disse também o Ministro Felipe Gonzales, o homem anda a passos. Não é possível andar em saltos tríplice, a não ser o João do Pulo, de vez em quando.

Demos um primeiro passo, depois de conquistadas posições relevantes na abertura democrática, na passagem de um regime autoritário discricionário para um regime democrático, sem convulsões insurrecionais, num grande movimento cívico da Nação, o movimento pelas Diretas Já, Muda Brasil, Trancredo Neves.

Desaguamos numa experiência democrática nova.

Entretanto, acho que não é possível haver ilusão de que esta experiência não está consolidada, porque ela se processa sobre um subsolo, onde abalos sísmicos sérios se vêm sentindo, relativos especificamente à situação social brasileira.

Nós vivemos numa situação social na qual a não solução dos graves problemas nacionais hoje custa mais ao Brasil do que a solução desses mesmos problemas. A esta situação paradoxal fomos levados por uma premissa ilusória que deu coerência à política que se encerrou com o ciclo militar; a idéia de que a modernização da sociedade automaticamente se traduziria em promoção e desenvolvimento social. A ação baseada nesta premissa teve como resultado, por um lado, que a sociedade brasileira em grande parte se modernizou; nós somos uma sociedade avançada hoje — oitava ou nona economia do mundo, o 5.º maior produtor de alimentos; no setor da informática e da Comunicação fizemos grandes avanços. Entretanto enquanto se processou essa modernização da nossa sociedade, cresceu, de maneira espantosa, a situação de pobreza, de indigência e de miséria.

Com tais contrastes sociais, somados aos contrastes também regionais, não é possível, por muito tempo, esperar a consolidação da nossa promissora experiência democrática.

Com as medidas tomadas recentemente para a estabilidade monetária, creio que se deu o passo. Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, andar a salto tríplice, mas demos um passo.

Acabamos de ouvir, agora, do Ministro Sayad a advertência de que as grandes dificuldades estão para vir. Das medidas tomadas agora, surgirão dificuldades maiores para cuja solução está convocada a sociedade inteira, nessa primeira experiência de encontro entre governo e sociedade.

Creio que esta experiência constitui uma novidade neste Brasil; temos um governo que deseja ouvir, uma inédita novidade nesta nossa

realidade nacional. O nosso grande desafio consiste em enfrentar as dificuldades graves que foram anunciadas pelo Ministro Sayad, dando ao Governo condições de dar os passos subseqüentes, de maneira que estas dificuldades não redundem numa ampliação do hiato que separa o Brasil moderno do Brasil miserável, mas, ao contrário, permitam reduzir este hiato, para realizar o objetivo que anunciava o Ministro Marco Maciel, no sentido que deu a este Encontro. Trata-se de reencontro entre a sociedade e o governo, de maneira que, pela realização dos grandes ideais de justiça social, de saneamento econômico, possamos inaugurar realmente e consolidar a nova experiência de uma democracia amplamente participativa de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Prof. Hélio Jaguaribe:

Senhor Coordenador,
Senhor Ministro Aloísio Alves,
Senhores Membros da Mesa,
Minhas senhoras e meus senhores:

Desejo inicialmente agradecer o privilégio de participar de uma reunião tão excepcional como esta, que se deve a uma muito feliz iniciativa.

Creio que, em atenção ao que nos pede o coordenador da nossa mesa redonda, poderia mencionar dois principais aspectos como sendo aqueles que possivelmente bitolam a nossa reunião. Um de caráter formal, outro de substância.

O de caráter formal consiste em que neste momento se estão abrindo, no Brasil, tantas coisas inovadoras, que nosso país está podendo fazer uma experiência extremamente importante: a de manter um mecanismo que é ao mesmo tempo institucionalizado e ao mesmo tempo informal de comunicação entre os setores relevantes da sociedade civil e o governo.

Na verdade, como todos sabemos, os últimos 20 anos foram marcados por um completo isolamento entre o Estado e a sociedade. O Estado cada vez mais cerrado sobre si próprio, dominado por uma tecnocracia insensível às demandas da coletividade, e a coletividade desamparada, não encontrando nenhuma correspondência dos mecanismos que institucionalmente deveriam representá-la. Isto foi rompido com a restauração da democracia, que, no fundamental, precisamente consiste em estabelecer um parlamento, um lugar da conversa que presente o povo. O que com muita felicidade está sendo agora propos-

to pelo Presidente Sarney e pelo Ministro Marco Maciel, independentemente das formas usuais de representação popular, absolutamente indispensáveis, mas talvez no mundo contemporâneo não suficientes, é a abertura de um canal novo de comunicação, entre esta subchefia que acaba de ser constituída na Casa Civil e a nossa comunidade brasileira. Creio que isto é extremamente auspicioso e que todos nós devemos, ao mesmo tempo, aceder ao convite dessa conversação e contribuir para que os mecanismos que a viabilizem sejam aperfeiçoados. Esta é a minha primeira observação.

A minha segunda observação, de tipo mais de conteúdo, é de que, como estudioso da problemática brasileira, decano de um instituto que se vem dedicando, já há alguns anos, a esta meditação, eu quero manifestar, ao mesmo tempo, uma extraordinária satisfação e uma preocupação. A extraordinária satisfação é no sentido de que estão sendo cumpridos, depois de alguns meses de aparente inércia, em que o Governo parecia estar preso por uma certa incapacidade de ação e em que se estava tornando perigoso o distanciamento entre o grande discurso do Presidente Sarney, onde as enunciações eram sempre corretas, e uma prática administrativa lerda, tímida, que parecia não ter capacidade de implementar a promessa que estava contida no bojo da Nova República, estamos tendo um momento extraordinário de cumprimento de um dos aspectos mais importantes dessa promessa, que é o do saneamento das contas públicas e o saneamento da moeda. Depois de instaurada a democracia, adotadas as principais medidas restauradoras das liberdades públicas e privadas, a segunda grande demanda do povo brasileiro, que era a do saneamento financeiro e monetário, foi cumprida agora no fim de fevereiro.

Confesso que considero que a demanda de saneamento financeiro tem três pernas: a da estabilidade das contas públicas, a do zeramento do déficit público, que foi felizmente conseguido; a de obter uma moeda crível, dotada de estabilidade, que foi a grande façanha dessas últimas semanas, e finalmente algo que ainda está por se fazer, que é o saneamento da dívida externa. Os juros estão caindo, as condições objetivas estão melhorando, houve importante conquista dos nossos negociadores em relação ao «spread», mas, sem nenhum exagero demagógico em matéria de dívida, creio que é objetivo se reconhecer que o peso que a dívida externa continua exercendo sobre a nossa economia não é aceitável. E que ela é devida a fatores que são determinados pela conduta unilateral de outro Governo. Não foram produtos de flutuações naturais de mercado. Foram produtos não desejados, evidentemente, mas certamente causados por atos unilaterais da administração americana. Razão pela qual não se trata de uma coisa que aconteceu por desgraça natural, por inevitabilidade da história. O Governo do maior país do mundo, por razões domésticas, produziu e que ele, por razões internacionais, tem agora que contribuir para modifi-

car, de sorte a reduzir o desnecessário e inaceitável impacto negativo que está causando sobre as economias dos países do Terceiro Mundo, notadamente a economia de um país como o nosso.

Terminaria, senhores, dizendo que, depois do pacote monetário, tão extraordinariamente eficaz, depois da instauração da democracia e da sua consolidação próxima, com a convocação da Constituinte para novembro ainda deste ano, a grande tarefa, ademais, desse problema da dívida externa que eu mencionei, que a meu ver pesa sobre o Brasil, tanto cidadãos como Governo, é a tarefa de restabelecer uma sociedade dotada de um mínimo de equidade social.

Como muito bem foi dito pelo Padre Ávila, nós estamos vivendo num dos países de mais taxa de inequidade do mundo — 50% dos brasileiros mais pobres têm apenas acesso a 13% da renda. Os 5% mais ricos, têm acesso a 33%. Um terço das famílias brasileiras vive em estado de miséria; um quarto, em estado de extrema pobreza. A estatística da pobreza infelizmente é mais severa do que a que foi mencionada pelo Ministro Sayad, se incluirmos o conceito de pobreza com suficiente rigor. A meu ver, ela atinge, da miséria à pobreza, mais de 60% da população. Isto é inaceitável.

E por outro lado, como também foi muito bem dito pelo Padre D'Ávila, nós somos a 8ª economia do mundo ocidental. Temos condições materiais, tecnológicas e recursos para, através de um esforço planejado e consistente, recuperar a totalidade da nossa população a níveis compatíveis com a sociedade industrial. E somente conseguiremos uma sociedade industrial quando ela deixar de ser privilégio de um terço do país e for algo de que participe a totalidade. Inclusive por razões de mercado, inclusive por razões de equilíbrio sócio-político. Portanto, a viabilidade do grande Brasil não é apenas uma obra de filantropia, uma obra de caridade cristã, de amor ao próximo. É a própria viabilidade nacional que depende da incorporação acelerada, não demagógica, em termos absolutamente corretos, do ponto de vista da racionalidade econômica, dessas grandes massas marginais.

Eu creio que seria apropriada que a primeira sugestão que surgisse, na convocação da comunidade para conversar com o Governo, fosse no sentido de que a grande tarefa que está pela frente é a recuperação das grandes massas, a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação.

Muito obrigado.

Ministro Moscardo de Souza:

Senhoras e Senhores,

Eu creio que com a intervenção do Padre D'Ávila e do Professor Hélio Jaguaribe, nós demos o mote, demos a moldura deste Encontro.

É o mote agora que nós queremos preencher, com a colaboração dos posicionamentos, dos questionamentos dos senhores.

A idéia deste encontro é realmente uma assembléia, é um mutirão da comunidade e é um mutirão da inteligência nacional. De modo que nós queremos ter a participação a mais informal, o questionamento mais aberto que se possa imaginar.

Eu gostaria, inclusive, que os senhores participassem, pedissem a palavra e falassem, não só através de inscrição, mas diretamente através dos microfones — José Adjuto Filho — Diretor da Representação do Governo de Minas Gerais em Brasília:

Estou aqui, evidentemente, para, em nome do Governo de Minas, trazer a palavra de apoio a essa iniciativa da Chefia da Casa Civil da Presidência da República. E, ao mesmo tempo, como ex-Prefeito de município do interior de meu Estado, o município de Unaí, conhecedor conseqüentemente da realidade do interior de nosso Estado e de nosso País, trazer uma sugestão. Eu creio que está na crista do êxito deste oportuno e corajoso projeto de reforma monetária o congelamento dos preços, ou melhor, o controle do congelamento dos preços.

Entretanto, exatamente nos dias em que foram anunciadas as medidas de reforma monetária, eu estava no interior de Minas, mais exatamente na região geoeconômica aqui do Distrito Federal. E pude observar, assim de imediato, a dificuldade para se estabelecer o controle de preços.

Se nas capitais, como nós estamos presenciando aqui em Brasília, apesar do esforço da Polícia Federal, apesar do esforço da SUNAB, essas dificuldades afloram, com muito mais evidência elas se apresentarão no interior e principalmente nas pequenas cidades.

Estamos vendo que a SUNAB não tem uma estrutura necessária para controlar os preços no interior do Estado, ou seja, no interior do País, ou seja, onde estão 80% da população do Brasil.

Assim, eu sugeriria que, além do Juiz de Direito, do Promotor, do Prefeito, fosse em cada município criada uma comissão especial, onde estivessem representados todos os segmentos da sociedade. Só assim o congelamento de preços poderia ser efetivado. E esse congelamento de preços é vital para o êxito da reforma da política monetária que o povo brasileiro abraçou em tão boa hora.

Muito obrigado.

Romeu Padilha — Presidente da EMBRATER:

Eu acho que tem muito sentido o que o nobre representante do Estado de Minas apresentou ultimamente.

Fatalmente por sermos uma sociedade majoritariamente urbana, e por ser exatamente nas grandes capitais que estão concentrados os meios de comunicação, enfim, a riqueza, o poder e a renda estão concentrados nas grandes cidades, todo o trabalho que se fez, ou quase todo, nesses primeiros dias no Programa de Estabilidade Econômica, foi marcadamente urbano. E teria de ser, talvez teria de fatalmente ser. Tanto é que se concentrou tudo em termos dos supermercados, que são uma instituição urbana.

Eu acho que a sugestão que o meu antecedente fez é fundamental. Deve ser fundamental, daqui para frente, primeiro: que haja um esclarecimento, uma divulgação, uma interpretação do programa a nível também das comunidades e das pequenas cidades interioranas. A instituição que eu tenho a honra de presidir começou a fazer isto. Nós temos um videocassete com o Ministro Funaro, com o Ministro Íris Resende, e que estamos espalhando para todos os municípios onde existem EMATER, ASTER, EMPAER — são 3.200 municípios do País.

Mas isso é muito pouco ainda. Temos que ter por outros meios que não sejam vídeos, que sejam áudio, radiodifusão, esquema de microfones em feira, de alto-falantes, de cartazes, cartilhas rurais, para que haja o entendimento. Porque muito da pobreza que o Padre Ávila e o Prof. Hélio Jaguaribe falaram está na área rural do Brasil.

Segundo é que de fato se deixe claro que instituições substituirão, se é o caso, a Polícia Federal e a SUNAB nessas áreas. Porque eu já pus esse problema e me disseram: é contravenção a remarcação. Qualquer cidadão brasileiro pode dar voz de prisão. Bom, quem disse isso nada conhece do meio rural brasileiro.

Eu conheço, sou do Nordeste, e duvido que alguém vá a um comerciante, que normalmente está articulado com a estrutura do poder da região, e diga: você está preso.

Se ele diz isso, morre mais adiante.

Então não é isso. Não é fácil. É fácil dizer isto, mas temos que ter pessoas, instituições que façam o que a Polícia Federal e a SUNAB fazem na cidade.

Uma terceira sugestão é no sentido de que realmente — e isso diz muito respeito ao Ministro Aloísio Alves — nós precisamos aproveitar o momento, essa energia popular, essa sintonia entre População e Governo, Estado e Nação, para também fazermos com que a população veja com transparência, e cobre, e fiscalize todos os serviços públicos

deste País. Os serviços públicos, inclusive os servidores públicos. Não é só o problema da remarcação dos preços. Vamos ver o horário, a frequência, a competência, o compromisso social de todos os servidores públicos deste País, em nível municipal, estadual, federal, administração direta e indireta, temos de aproveitar por aí.

E finalmente, desdobrando uma posição que já foi expressa pelo Padre Ávila e pelo Prof. Hélio Jaguaribe, no que diz respeito ao problema rural brasileiro, não vamos conseguir resgatar a pobreza, não vamos conseguir superar a pobreza nas áreas rurais brasileiras sem uma rápida, rigorosa, firme implantação da reforma agrária, como quer o Presidente Sarney.

O problema das grandes massas pobres rurais do Brasil não é tanto o congelamento dos preços. Mas é o acesso, a possibilidade de trabalhar, de produzir, de gerar riquezas e de se apropriar de parcela significativa do que produz.

Muito obrigado.

Dra. Maria Lúcia Pádua:

Eu sou do Ministério da Fazenda, da SEAP, e gostaria de dar um esclarecimento aos senhores, aproveitando os comentários do Dr. Romeu Padilha em relação à fixação das listas que foram divulgadas pela SUNAB e que foram feitas conjuntamente entre SEAP e SUNAB.

Um pouco do espírito com que foram feitas essas listas, esclarece também o problema das pequenas cidades, ou seja, fora das grandes capitais.

No primeiro momento, no dia 28, quando o Decreto 2.283 entrou em vigor, era necessário dar à população pelo menos uma referência de preços para que ela pudesse de fato exercer os seus direitos de controle. Ela precisava de alguma idéia, de algum balizamento. E, portanto, foi feita uma lista para o território nacional com alguns produtos sem especificação de marcas, e essa lista foi útil, ela serviu de balizamento à população.

No momento seguinte, procurou-se fazer uma lista por regiões do País. Alguns acertos em relação à divisão regional que foi feita no País já estão sendo feitos, porque vocês hão de convir que pensar num congelamento de preços para um país da dimensão do Brasil é realmente muito complicado. Mas nós tivemos dois critérios básicos, e estávamos pensando nas capitais e, já prevendo a necessidade de se manter contato com as prefeituras, através de convênios etc., para que a fiscalização nas pequenas cidades pudesse ser de fato praticada — e eu acho que o Romeu Padilha tem toda a razão, ao afirmar que é muito difícil, numa pequena cidade, um cidadão comum prender um comer-

ciante que tem todo um esquema articulado. Mas, enfim, era necessário dar esse balizamento para os Estados e, a partir daí, nós já estávamos pensando nas dificuldades dessas prefeituras e numa solução que teria que ser encaminhada pela própria sociedade. Eu acho que isso é um ponto importante. Nós não temos a pretensão de ter um controle absoluto.

O Governo necessita da sociedade para que de fato esse congelamento seja efetivo. Nós podemos dar linhas gerais, podemos dar balizamentos, mas, sem a sociedade, esse programa de congelamento é absolutamente inóquo. Nós sabemos disso. Essa é uma consciência que o Governo tem.

Então, ao serem realizadas essas listas, pensou-se em dividir as regiões segundo os centros atacadistas mais importantes e, portanto, o custo dos produtos e a formação de preços também, que é decorrente de custos de fretes e de impostos.

Foi feita uma lista com muita seriedade, com muita cautela. Evidentemente, há erros, porque é um trabalho extremamente meticuloso, é possível que tenham escapado alguns problemas, mas eu acho que, pelo menos, essa lista foi elaborada segundo critérios justos, e a fiscalização, agora, com relação às prefeituras — foi pensar nas capitais e deixando o problema para que a sociedade também ajude a resolver, como é que vamos controlar nas cidades do interior.

Então eu devolvo a vocês o problema. Nós sabíamos perfeitamente que seria necessário esse ajuste. Quer dizer, é um processo de interações sucessivas. A gente teria uma primeira lista mais geral, uma segunda já tem as marcas, os produtos especificados, mas é claro que não estão todos os produtos. Na própria lista diz: os demais estão congelados. E é necessário, vamos dizer assim, ir refinando sucessivamente para que esse controle de fato se exerça. E é por isso que a sociedade precisa participar de maneira organizada.

Marilena Lazzarini — PROCON — SP:

Quem trabalha na área de defesa do consumidor no Brasil, que é uma área que tem praticamente 10 anos de atividade (e no início essa atividade era tratada quase como uma piada, neste País), passa hoje por um momento onde a nossa responsabilidade realmente está sendo colocada num sentido muito grande, muito pesado, muito elevado.

E assim eu gostaria de trazer algumas colocações de como nós em São Paulo estamos trabalhando, eu acho importante essa troca de experiência. Nós temos aqui companheiros de outros Estados, e mostrar como é que nós estamos aproveitando esse momento para fazer com que a defesa do consumidor cresça, se consolide a nível amplo em cada Estado, em cada município, em cada local.

Em São Paulo, quando nós fomos tomados de surpresa pelo Plano de Estabilização, nós imediatamente detonamos um trabalho de mobilização da população, não só para que nos trouxesse as denúncias acerca das remarcações (aquelas denúncias mais óbvias que a população percebe), mas também nos encaminhasse, com a menor brevidade de tempo possível, notas fiscais, comprovantes de pagamentos de compras realizadas entre os dias 25, 26 e 27. E a população está atendendo muito bem. Porque uma área em que nós não temos informações é a área de serviços. Então nós estamos consolidando uma lista de preços com informação da população de todo o Estado.

O segundo trabalho também na linha de mobilização é o contato que nós estamos fazendo, a nível de Governo de São Paulo, com a sociedade Amigos de Bairros, no sentido de que todo o trabalho individual de cidadão fiscal seja também catalisado a nível de um recebimento de informação. Então a população está levantando preços no seu bairro, eles estão delimitando a área do bairro, e levantando preços em cada estabelecimento comercial, e estas listas estão sendo encaminhadas ao PROCON, e com isso nós vamos manter um banco de dados a respeito dos preços de produtos e serviços. Eu acho muito importante que a população, além de estar mobilizada fiscalizando, nos comunique para que nós possamos efetivamente ter um acompanhamento mais efetivo.

O serviço a nível de recebimento de denúncias também extrapolou as nossas capacidades, estamos reestruturando-nos para dar um atendimento de acordo com esse novo patamar que nos está sendo exigido.

Agora, o que eu acho importante enfatizar aqui é que a defesa do consumidor realmente está assumindo uma proporção importante a nível nacional, e nós estamos — eu, como representante do PROCON em São Paulo, sou membro do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que hoje está vinculado ao Ministério da Justiça — preocupados porque o Conselho Nacional do Consumidor, neste momento, não tenha sido ainda convocado para uma reunião para que essas experiências sejam trocadas, a nível de conselho, e eu acho que esse conselho tem que assumir a sua nova posição neste momento, e rapidamente. E é isto que eu gostaria de colocar — foi até o que eu tinha colocado como sugestão no meu formulário. Eu acho importante que desse plenário exista o apoio efetivo de todos os ministérios e de todos os órgãos participantes do Conselho, e que efetivamente ele seja posto em atividade no prazo mais urgente possível.

Min. Moscardo de Souza:

Nós agradecemos a contribuição de Marilena Lazzarini. Realmente esse esforço de defesa do consumidor é hoje uma nova dimensão da cidadania. E essa sugestão nos pareceu extraordinariamente oportuna.

Maria Carmem Basílio — Juíza de Paz de Brasília:

Para que o programa dê certo, estão sendo convocados a sociedade, o povo e o cidadão. Mas eu acho que se está esquecendo da família, que o cidadão está na família.

Nós, os juizes de paz, falamos diariamente no Tribunal e nas casas. Nós temos feito esse trabalho, há muito tempo estamos fazendo sigilosamente esse trabalho de conscientização e valorização da família. Nós ensinamos à sociedade que a família é a base da sociedade. A base cultural, a base espiritual e a base econômica. Que a micro-economia está dentro da família. E que a dona-de-casa é uma mini-ministra das finanças, uma mini-ministra da economia.

Então eu acho que, no interior, os juizes de paz também poderiam ser convocados, já que falam diariamente às famílias. Por exemplo, nós fazemos mais ou menos 60 casamentos aqui no Tribunal, aqui no Plano Piloto. Em São Paulo, nos Estados todos, os juizes de paz têm uma penetração muito grande.

Outra colocação também que eu queria fazer é sobre a falsificação da certidão de casamento. Já que nós estamos num programa de reformulação, o erário público está tendo um prejuízo da ordem de 400 milhões de cruzeiros antigos com falsificação de certidão de casamento para recebimento de PIS, PASEP, FUNRURAL. Isso conhecido. Dito pelo diretor da Caixa Econômica, do PIS e PASEP. Nós não podemos pensar numa reformulação da sociedade onde se falsifica tudo: certidão de casamento, certidão de nascimento. Não há da parte do Poder Judiciário uma voz sequer interessada em modificar essa situação.

Fez-se agora o recadastramento eleitoral. Mas como se pode fazer o recadastramento eleitoral com toda essa falsificação? Eu faço uma pequena proposta, que não pode ser feita agora, terá que ser estudada a longo prazo, que a certidão de casamento e a certidão de nascimento sejam feitas em papel emitido pela Casa da Moeda, com talho doce, porque assim dificultaria muito a falsificação.

Agora, também tenho uma pergunta ao Senhor Ministro Aloísio Alves.

Está na Constituição que todos são iguais perante a lei. É vetado o serviço gratuito e todo o trabalho deve ser remunerado.

Pergunto se a Nova República estaria interessada em corrigir as distorções que há no Poder Judiciário, dentro do serviço público, de categorias que trabalham 20, 30 anos gratuitamente, sem o menor amparo social, nenhum direito humano: direito à aposentadoria por invalidez, direito algum, que são exatamente as categorias dos juizes de paz que trabalham gratuitamente. Nós conhecemos juizes que estão com 35 anos de serviço público e nada recebem do Estado. Não têm

como deixar porque vivem de minguadas custas, não têm direito à aposentadoria, não têm direito algum. Quer dizer, são categorias totalmente marginalizadas, vivendo num regime ditatorial da Idade Média.

Consulta-se se a Nova República, especialmente o Ministro da Administração, pretende olhar para esse caso.

Ministro Aloísio Alves:

O Ministério da Administração tem a supervisão do serviço de pessoal do Poder Executivo. O Poder Judiciário é um poder autônomo, e é ele quem tem a prerrogativa de propor as soluções de remuneração do seu pessoal.

Maria Carmem Bastlio:

E se ele não propõe?

Ministro Aloísio Alves:

Se ele não propõe, não cabe ao Poder Executivo propor por ele. Aí terá que se esperar que a nova Constituinte encontre uma solução a esse respeito. Dentro da organização constitucional atual, cada Poder é que propõe o sistema de funcionamento e de remuneração do seu pessoal. O Legislativo propõe, o Judiciário propõe, o Executivo propõe em relação ao seu pessoal.

No caso levantado, ainda há um outro aspecto. Se não me engano, os juizes de paz são da órbita dos governos estaduais. E aí nós encontramos também outra dificuldade, que é a autonomia estadual. Cabe a cada estado regular o funcionamento e o pagamento do seu pessoal. Portanto, o Ministério da Administração tem a ver apenas, nos termos da Constituição, com o pagamento e a organização do pessoal do Poder Executivo Federal.

Maria Carmem Basílio:

Isso é uma anomalia mantida exclusivamente pelo Poder Judiciário.

Então nós pedimos ao Ministro Aloísio Alves que interceda pela classe e pela categoria.

Ministro Aloísio Alves:

Eu apenas acrescentaria que está em elaboração, por autorização do Presidente da República, uma emenda constitucional que pretende unificar o sistema de remuneração dos três Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo. Que atualmente se dá na seguinte gradação: o Poder Legislativo remunera muito acima do Poder Judiciário. O Poder

Judiciário remunera bem acima do Poder Executivo. Só nos dois últimos reajustes é que conseguimos fazer um percentual comum para as três remunerações.

Agora, no caso de que fala a senhora, é problema da exclusiva competência dos governos estaduais, pois nós vivemos num regime federativo e os governos estaduais...

Maria do Carmo:

Não, mas o Estatuto, no art. 4.º diz: é vedado o serviço gratuito. A CLT diz: Todo o trabalho deve ser remunerado.

Ministro Aloísio:

Então o poder executivo estadual deve cumprir isto. Agora, o Governo Federal não tem atribuição para obrigar o governo estadual a cumprir.

Guido Mondim — Liga da Defesa Nacional — União dos Escoteiros do Brasil.

Eu vou fazer uma colocação rápida. Vamos ver que não é impertinente em razão da convocação específica que recebemos.

Os nossos sociólogos já observaram há muito tempo: nós somos um povo generoso de impulso, mas não muito rico na persistência.

Nós todos, os que têm consciência neste País, aplaudimos as medidas do Governo que motivaram o nosso encontro. Não só aplaudimos como participamos delas.

Pois bem, eu quero aqui dizer que nós construiremos sobre areia se não cuidarmos dos valores morais que embasam todas essas decisões.

O que nós temos que pensar é, por exemplo, nas manifestações já conhecidas, nos sintomas já verificados. Vejo, por exemplo — é simples a constatação — esses comerciantes que não temem, que não atendem. E é porque nós estamos necessitando de uma grande campanha e esta é uma indagação: se há a preocupação do Governo de, simultaneamente com essas medidas, enveredar para o problema da moral social.

Ouvimos falar agora na família. Foi a primeira referência que ouvi. A família está sendo agredida. Agredida e ensinada apenas com base no sexo e na violência. Que poderá fazer o Governo sabendo que, se nós não cuidarmos da restauração dos nossos valores morais com a sociedade, as soluções que vierem serão, repito, construídas sobre areia?

Então, a sugestão que faço é que o Governo cuide dessa questão de extrema importância fundamental. E que volte a nos reunir especificamente também para debater assuntos dessa natureza.

José Edmar — Presidente da Associação dos Moradores do Setor QND em Taguatinga:

Eu gostaria de ser objetivo e rápido, porque eu tenho 3 sugestões e quero 2 esclarecimentos.

Como esclarecimento, eu gostaria de saber se o Governo tem novas medidas em pauta, para manter esse programa.

E gostaria de saber como as pequenas empresas que vivem, que trabalham dentro de um esquema de matéria-prima, e determinadas empresas multinacionais, ou empresas que realmente detêm aquela matéria-prima, podem fazer para manter aquele preço do próprio revendedor, sabendo, entretanto, que ela não pode fazer informações específicas desse fornecedor, porque, caso ela o faça, perderá o poder de compra desse fornecedor.

A primeira sugestão é que várias instituições de todo o País pudessem fazer uma camiseta com seu logotipo.

Outra sugestão seria o seguinte: por que não atribuir parcela das multas por majoração de preços àquelas pessoas que realmente informaram.

Reforçando o que a senhora de Minas Gerais falou há pouco, quanto aos mecanismos dentro das comunidades, o próprio Governo, já que pôs nas mãos da própria comunidade uma parcela de responsabilidade, poderia também dar certa autonomia às entidades nos municípios, ou dentro das próprias capitais, para fazer uma pré-autuação.

Júlio Buschel — Secretaria de Planejamento.

Pelo que eu entendi, as duas perguntas que foram feitas pela pessoa que falou foram sobre novas medidas do Governo e o problema das pequenas empresas e das multinacionais.

O Governo pretende, até o que nos é facultado saber na Secretaria de Planejamento, não tomar novas medidas em relação a esse Decreto.

Porém, se a sociedade apresentar algumas dificuldades nas suas negociações, nas suas transações, e isso provocar alguma estagnação setorial, ou até geral, evidentemente que o Governo terá que tomar novas medidas para solucionar o problema. O setor público, o Executivo, através dos seus Ministérios competentes, está atento a todos os problemas, não pretende alterar as relações internas da sociedade, mas o fará se for extremamente necessário.

Com respeito às pequenas e médias empresas e às multinacionais, as grandes empresas, da mesma forma como na resposta anterior, o Governo não pretende intervir. Essas relações deverão ser solucionadas no âmbito do mercado, no âmbito das próprias relações comerciais.

Evidentemente que as pequenas empresas ou os micro-empresários ficarão em posições desvantajosas. Poderão ficar. Nós sugerimos que essas empresas se organizem, que façam associações com intuito de negociar com a multinacional, com a grande empresa, ou através das entidades já existentes, as associações comerciais, sindicatos, empresários ou outros órgãos que possam servir para tal fim, ou através de novas entidades que possam ser criadas agora nesse novo chamamento do Governo para uma nova sociedade que se pretende criar no Brasil.

Creusa Maria Rodrigues Dias — Associação dos constituintes moradores da nova QNL, um dos setores mais carentes do DF.

Vou pedir, antes de mais nada, desculpa porque eu não sei falar bonito. Mas vou procurar dar o meu recado.

Em vim aqui a mando de toda a equipe da Associação fazer um protesto sobre a tabela do Governo, em relação a alguns produtos. Por exemplo: essa salsicha está na lista, mas está muito cara. Porque antes do dia 27 ela não custava 7.95. Porque isso aqui não é um alimento básico. Isso aqui é apenas um complemento para quem não pode comprar o seu quilincho de carne. Então, a carne está muito cara.

Nós, que somos a mãe, a esposa mal casada, a dona-de-casa sem recursos, sem ter alimentos para dar a nossos filhos — não vou falar em nada, vou falar na farinha. Porque tem certos dias que nós não temos uma mão cheia de farinha para dar para nossos filhos.

Esse programa do Governo é louvável. Eu espero que tenha o maior sucesso. Mas espero que os senhores Ministros, que o Senhor Presidente da República procurem ouvir mais as pessoas que realmente sofrem com o problema da miséria, da pobreza.

Olhem, senhores, na minha casa toda a hora gente procura: D. Creusa, a tabela do governo está muito cara.

E realmente está, companheiros. Vamos procurar fazer alguma coisa por nós enquanto é tempo. Porque se o Presidente não tivesse procurado fazer esse programa esse ano, ia muita gente morrer de fome.

Então, em relação à tabela, eu espero socorro. Peço socorro do Governo.

E em relação à sugestão, eu pediria que o Presidente Sarney batesse em todos os locais, como os locais pobres de todo o Brasil, um

posto da SUNAB para explicar sobre o cruzado. Porque nós não sabemos nada sobre cruzado. A não ser quando levamos uma cruzada diferente, de mau jeito.

Então eu peço aqui a vocês que, pelo amor de Deus, eu peço de joelhos ao Senhor Presidente da República, que nós temos filhos, somos mães solteiras, com 7 filhos.

Agora mesmo no programa do leite, um programa louvável, mas que eu sei que o Governo não pode atender todo o mundo de uma vez só. Então nós temos problema.

Agradecemos o Presidente Sarney por ter dado crédito de confiança a todos nós, Presidentes da Associação de Moradores.

E peço também aos companheiros aqui que trabalhem com honestidade com relação a fazer as fichas, a distribuição dos tickets, para que este programa tão maravilhoso não seja vedado.

Então é isso que eu tenho a dizer, e pedir ao Presidente Sarney que faça alguma coisa para nós.

Muito obrigado.

Ministro Moscardo de Souza:

Extraordinária manifestação que vai ser levada ao Presidente. Só esse tipo de manifestação justificaria este Encontro.

Maria Lúcia Pádua de Lima:

D. Creusa, eu gostaria de explicar à senhora a questão dos preços.

A senhora diz que os preços estão altos. A senhora tem toda a razão. Ainda estão altos, mas nós temos confiança de que esses preços vão cair. Agora, veja como é que é a situação.

A gente tinha que fazer uma lista de preços máximos — quer dizer, o máximo que se pode cobrar. Agora, além da garantia para toda a população de que aquele preço não vá passar desse limite, nós precisamos garantir o abastecimento. Por isso é que é uma lista muito séria e cautelosa. Nós fizemos levantamentos sobre o preço viável nesse momento.

Mas, de fato, o processo inflacionário, D. Creusa, provoca uma distribuição de renda muito perversa, quer dizer, muito ruim. E isso é um problema que vai ter que ser resolvido. Agora a gente acaba com esse monstro da inflação. E depois nós temos que conseguir, de fato, melhorar as condições de vida, de poder aquisitivo, de poder comprar as coisas.

Então o Governo garantiu um salário médio: a população vai saber que pode contar com aquele dinheiro, que aquilo dá para comprar determinadas coisas do mês, no mês seguinte também, e no outro também. E não é a situação ideal. Nós sabemos que não é a situação ideal, quer dizer, está garantido o que você pode comprar hoje, no mês que vem e no outro. Mas não está garantido que essa quantidade é boa. Isso eu acho que é uma questão de muita franqueza. O Governo não está enganando. Está dizendo: nós vamos garantir esse poder médio. Agora, isso não quer dizer que está bom.

E os preços também. Esses são os preços médios. Isso não quer dizer que está dando condições para o consumidor e população comer muito bem. Não é verdade. Agora, nós temos que garantir também o abastecimento. Por isso é que é um trabalho sério. Não vai faltar a lata de salsicha, a carne. Nós sabemos que, com esse preço da carne, é possível que da ponta da produção ao varejo ela chegue. Esse é o sentido. É o preço que viabiliza, que dá condições para o consumidor ter o produto e, ao mesmo tempo, não pagar além dele.

Isto é uma coisa que eu quero deixar muito claro. Quer dizer, não é o preço que nós estamos pensando que vai dar condição para as pessoas comerem mais. Mas vai garantir aquela quantidade pelo menos por um ano e daí para a frente, com o problema resolvido, nós temos que lutar para que se possa ter condições melhores de vida.

Não é um plano que está vindo resgatar a miséria, a pobreza, que continua aqui. Agora, a parte da eliminação dessa inflação — e veja bem, o Governo tomou outras medidas anteriores — é uma coisa que está sendo pensada, estudada, reestruturada na economia. E isto leva um tempo. Mas eu acho que estamos no caminho certo.

Ministro Moscardo de Souza:

Eu queria dizer que a colocação que foi feita transcende, inclusive, os comentários sobre tabela de preços.

Realmente me pareceu uma colocação extraordinária, em que eu só tenho uma discrepância. É que ela disse que não sabia falar, e foi a mais eloquente.

De modo que realmente é um tipo de colocação muito séria e que vai ser levada ao Presidente. Realmente transcende a qualquer explicação técnica. Não há explicação técnica. Colocou e realmente reforça a idéia de que a melhor assessoria para o Governo é a própria sociedade. Nós ouvimos aqui — não ouvimos de técnicos, ouvimos do povo — uma colocação extraordinária e que vai ser levada em devida conta.

Elezer Puglia — Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Brasília:

Eu quero fazer duas colocações rápidas.

Primeiro, eu quero cumprimentar o Ministro Guido Mondim, pelas suas palavras, e sublinhá-las, porque elas contêm realmente uma advertência séria e sábia.

Eu ouvi o Ministro Marco Maciel usar uma expressão alvissareira. Ele usou Igreja no plural, e não Igreja no singular. Depois ouvi o representante de Minas Gerais dar uma sugestão bastante interessante e útil, que foi acolhida, a da criação de uma comissão local para assessorar mais diretamente o Governo nesta hora tão necessária.

Gostaria que o Governo da Nova República, especialmente nessa nova ordem econômico-financeira, se lembrasse de que há também uma outra realidade no País. A Igreja Católica, com todo o respeito pelos seus representantes que estejam aqui, deixou de ser, há muito tempo, o único canal de comunicação, no terreno espiritual, entre a sociedade e o Governo. Há outras lideranças que precisam ser ouvidas, especialmente nas comunidades locais. Por exemplo: eu sei que os evangélicos representam neste País, no momento, mais de 20% da população de um modo geral. Em algumas comunidades, como o Distrito Federal, até mais do que isso, quase 30 ou mais de 30% da população local.

Em segundo lugar, eu ouvi o Prof. Hélio Jaguaribe dizer que a nossa realidade hoje caminha sobre um tripé, um dos pés sendo a nossa dívida externa. Ele a chamou de uma perna perigosa. E realmente é. E eu queria perguntar se o Governo brasileiro continua reconhecendo a nossa dívida externa e o seu serviço como absolutamente legais e legítimos, e que precisam ser realmente pagos aos nossos credores internacionais.

Vera Santana — Presidente das Donas-de-Casa de Brasília e do DF:

Ao longo desses 5 anos, a Associação das Donas-de-Casa de Brasília veio perseguindo o congelamento e o tabelamento dos preços. Nós chegamos a levar várias vezes à Secretaria Especial de Abastecimento de Preços pedido para que fossem congelados pelo menos os produtos essenciais básicos.

A Associação das Donas-de-Casa ficou surpresa com as medidas que o Governo tomou, congelando todos os preços. Para nós foi uma satisfação geral, eu tenho certeza porque tive contato com donas-de-casa de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e de outros Estados, do Norte também, as donas-de-casa apoiando irrestritamente as medidas que o Governo tomou.

Eu quero dizer também que a Associação das Donas-de-Casa está no programa nacional da distribuição do leite para as crianças carentes, e nós só temos que parabenizar o Presidente Sarney por essas medidas. Porque um litro de leite é de maior importância para uma família. E nós temos contato direto com 200 famílias que estão cadastradas na Associação, e a satisfação das mães é muito grande.

As duas perguntas que eu gostaria de dirigir aos senhores são as seguintes:

Havendo boicote por parte dos fornecedores, quais vão ser efetivamente, concretamente, as medidas tomadas pelo Governo?

A segunda pergunta é se, há 30 anos, ou há mais tempo, havia tabelamento, se havia o câmbio negro. E se os consumidores, especialmente nós, as donas-de-casa, teremos orientação, quais as orientações que temos nesse sentido, de haver essas ofertas de produtos no câmbio negro?

E a sugestão das donas-de-casa é, já que os produtos estão tabelados, que venham diretamente das indústrias e dos fornecedores já com os preços marcados nas embalagens.

Dr. Ricardo Bittencourt (SUNAB):

D. Vera é uma pessoa que nós conhecemos já de longa data de lutas e que nos acompanha há algum tempo, e que nós temos o prazer aqui de encontrá-la novamente sempre na sua luta. E, mais uma vez, ao nosso lado.

Quanto ao boicote que possa haver da parte dos fornecedores, do comércio em geral, eu quero dizer que a Lei Delegada nos permite intervir nesse problema e a distribuição do produto que houver sido boicotado pelo fornecedor, o atacadista.

Outra pergunta que D. Vera nos colocou diz respeito ao mercado paralelo que possa haver. Eu creio que a dona-de-casa tem uma missão muito importante e tem que participar conosco. Ela tem que manter contato estreito com a área governamental e não pode deixar isso ocorrer porque é uma luta de todos nós. Se um segmento falhar, pode criar um embaraço mais na frente, um embaraço que vai afetar a todos. Então não pode haver esse tipo de conluio, não pode participar. A dona-de-casa tem a participação muito importante conosco. E D. Vera, que tem tido esse trabalho ao longo do tempo, sabe muito bem, e nós contamos com a liderança que ela exerce aqui em Brasília e no Brasil todo, para poder evitar esse tipo de comportamento da sociedade. Não participar desse tipo de mercado paralelo.

Não podemos deixar essa falha acontecer.

Mário Madureira — Federação das Associações dos Moradores do Estado do Rio Grande do Sul, e também da Coordenação Nacional dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação:

Como todos sabem, as Associações de Moradores lutam para estimular, apoiar, assessorar, enfim, a organização dos moradores, dos cidadãos, em defesa dos seus direitos, e na luta pela ampliação desses direitos. Assim como também na resistência a medidas que visem a afetar esses direitos.

Nesse sentido é que nós só podemos ver, de modo positivo, esta convocação que o Governo faz de que a sociedade se organize para fiscalizar os preços, inicialmente, mas certamente outras coisas que já foram sugeridas, algumas delas, na medida em que isso corresponde precisamente ao objetivo desse tipo de movimento que espraia hoje por todo o Brasil. Apenas no Rio Grande do Sul são apenas 670 associações de moradores filiadas à Federação. No Rio de Janeiro são mais de 400. Em todos os estados isso acontece. E até proximamente haverá, aqui em Brasília, um Congresso Nacional das Associações de Moradores, nos próximos dias 21, 22 e 23.

Quanto à Coordenação Nacional dos Mutuários, ela surgiu nos últimos 3 anos em função justamente dos aumentos ilegais nas prestações do BNH. Por sinal, gostaria de comentar rapidamente que a situação do conjunto de medidas do Decreto-Lei, na sua segunda versão, piora bastante a versão inicial, na questão do BNH.

Mas eu queria dizer então que nós estamos de acordo com o que foi dito aqui por várias pessoas, inclusive pela companheira do Ministério da Fazenda, de que o congelamento dos preços, que é o ponto mais visível de todo esse processo de convocação da sociedade, será absolutamente inócuo se não contar com a participação da população. E nesse sentido nós não acreditamos que ele se possa sustentar apenas no entusiasmo inicial. Esse entusiasmo vai passar. A tendência é o arrefecimento. E então não haverá mais controle. Ninguém terá condições, a nível governamental, puramente, de exercer uma fiscalização em todos os quadrantes do País.

Então a nossa idéia é de que efetivamente se criem, onde não existem, e se reforcem os mecanismos de que a própria população já dispõe. Mecanismos organizados, formais, inclusive, e de caráter permanente. As Associações de Moradores, por exemplo, no Rio Grande do Sul, existem há mais de 30 anos. A Federação vai completar 27 anos agora, neste ano. Então há uma tradição de trabalho e de luta, e um enraizamento na sociedade, que não é ocasional, não é eventual, não é episódico. É algo que tem história e tradição. E nós achamos que essa fiscalização da população deve passar por organismos de caráter permanente da sociedade, cabendo ao Governo aí o papel de prover meios, estimular, apoiar, difundir, sobretudo. Foram colocadas

aqui algumas coisas de extrema importância, que eu me permitiria até reforçar, como a feita pelo representante da EMATER, da necessidade de enraizar isso pelo interior. Nós sabemos que o interior, embora 70% da população estejam nas capitais, é vital na medida em que os preços dos produtos rurais afetam imediatamente os custos de vida da população de renda mais baixa, mesmo a que mora nas cidades. Então, há uma relação estreitíssima entre essas coisas.

Mais ainda, eu gostaria de não me estender muito, nós temos várias propostas concretas de estruturação desse trabalho. Quero dizer desde logo que, não obstante a gente aprovar a convocação, achamos que essas organizações da população devem conservar a sua autonomia. Não se pode, sob hipótese alguma, imaginar colocar as Associações de Moradores, as entidades da população subordinadas ao aparelho de Estado, ao Governo. Seja ele qual for, seja ele de que partido for, em qualquer tempo. Isto é um princípio fundamental. No entanto, achamos que é possível caminhar numa mesma direção desde que sejam respeitados princípios como estes, e que as medidas propostas sejam corretas e que possam ser defensáveis.

Então, não me vou estender mais, apenas digo que temos propostas de como encaminhar isso, mecanismos através dos quais se pode avançar nesse caminho, e gostaria de deixar aqui dito o seguinte: da primeira versão para a segunda, do Decreto-Lei, houve uma regressão visível na questão do BNH, no que diz respeito ao tratamento dos saldos devedores. Desculpem-me entrar aqui em questão tão setorial, mas ela é fundamental a essa altura, porque os mutuários já estão começando a antever conflitos em relação a esta questão. O espírito central do Decreto-Lei é a extinção da correção monetária, que é o principal fator de realimentação da inflação, e, a partir daí, o congelamento de todos os preços durante um ano. Os saldos devedores do BNH são corrigidos trimestralmente. E pela versão atual, já não fica claro como é que vai ser. Mas ela já tem, a versão que foi apresentada ontem, com toda a clareza, o dedo daquela mesma tecnocracia que continua no BNH. Todos sabem que o BNH é uma das instituições brasileiras e que ainda não chegou à Nova República. Já vimos passar por lá, nos últimos 3 anos, 3 presidentes e também houve 3 ministros na área. Mas o cérebro pensante do BNH, o núcleo central formulador, este permanece o mesmo. Aqueles que estão assessorando hoje o Ministro Aragão são os que assessoraram o antecessor do Senhor Nelson da Matta. São os que participaram de um grupo de trabalho criado pelo Presidente Sarney no ano passado, grupo este do qual participei como representante da Coordenação Nacional dos Mutuários e que funcionou de agosto a janeiro deste ano, formulando toda uma proposta de uma nova política habitacional. Nesse grupo de trabalho, uma dessas pessoas, pelo menos, um desses técnicos que hoje está no BNH, está falando na imprensa, está anunciando medidas que contrariam o

espírito do Decreto-Lei, e que agora estão incorporadas à nova versão. Isso mostra a força do poder econômico, dos agentes financeiros, dos bancos, que conseguiram alterar para pior. Essa tecnocracia lá dentro do grupo de trabalho, que visava a reformular profundamente a política habitacional neste País, fez todo o esforço possível para impedir a reformulação, o avanço, não-obstante todos nós tenhamos a absoluta certeza da falência daquele sistema tal como estava.

Então eu apenas trago este alerta e digo mais, já estava marcado antes, nós tivemos um congresso neste fim de semana. Fizemos uma apreciação que no todo era positiva em relação à versão original do Decreto-Lei: Mostrava ainda insuficiências e sobretudo a falta de solução para o problema da equivalência salarial nos últimos três anos. Que estávamos encaminhando a negociação com o novo Ministro do Desenvolvimento Urbano e tudo o mais.

Mas ontem à noite, no Rio de Janeiro, foi feita uma primeira assembléia dos mutuários (estão marcadas assembléias em todo o País) e em face da nova versão, ficou decidido um ato público na segunda-feira, uma passeata de protesto que vai à frente do BNH. Pois vejamos os senhores, hoje, que logo nos primeiros momentos de vida dessas medidas, quando se começa a convocar a sociedade para participar, esse tipo de regressão, esse retrocesso não será positivo. Nós temos que fazer esse alerta aqui. E dizer que estamos dispostos a participar, desde que as medidas sejam defensáveis e não haja a intenção de subordinar o movimento popular, que tem que ser autônomo. E é nesse sentido que queremos cumprimentar as autoridades todas que estão aqui e o próprio Governo, porque não sabemos se existe precedente para uma reunião desse tipo, que reúne os diferentes setores da sociedade para conversar, em pleno Palácio do Planalto. Isso não pode ser apenas o emblema, isso não pode ser apenas um símbolo. Precisa ser algo substancial no sentido de uma mudança.

Obrigado.

Ministro Moscardo de Souza:

Depois dessa colocação extraordinária, eu queria dizer que é isto de que o Governo está precisando, e é isto que o Governo quer. Ele quer participação não só em apoio de implementação. É democracia participativa. É participação na decisão, na formulação da decisão. É participação no Governo. De modo que não é absolutamente um pedido de apoio que o Governo faz. O Governo está fazendo apelo a um conceito de cidadania ampliada, para que o brasileiro se sinta cidadão e que venha aqui, com extraordinária independência e com fidelidade a seus princípios, colaborar de maneira autêntica com a tarefa de governo, que não é só da Administração e que incumbe a cada cidadão brasileiro.

De modo que eu pediria que o próximo prosseguisse, no que nós chamamos aqui nesta grande assembléia absolutamente informal do nosso «pinga-fogo».

Presidente da ASAMA (Ação Social do Amazonas):

Senhor Presidente, condutor deste trabalho,

Senhor Dr. Moscardo,

Ministro Aloisio Alves...

Senhores participantes deste Encontro Sociedade e Nova República,

Senhor Coordenador,

Gostaríamos que o senhor levasse ao Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, os nossos efusivos agradecimentos por esta ação tão boa em prol do povo brasileiro, que de tanto estava necessitando.

Sabedores que somos do desejo deste Governo em ter o máximo de participação popular em suas ações, para isso achamos necessário o devido esclarecimento.

Por isso, gostaríamos de saber do Governo, na pessoa do Coordenador desses trabalhos, se já existe um plano nacional de esclarecimento sobre o tema que achamos muito importante, que é a Constituinte. Se não existe, é necessário que se implante no mais breve espaço de tempo possível.

Achamos que o Governo não deve prescindir da participação das associações organizadas, de maneira nenhuma. Em nosso Estado, temos já uma consciência no sentido de esclarecer a nossa querida comunidade em relação a esse Decreto-Lei do Exmo. Sr. Presidente José Sarney.

Nós gostaríamos de transmitir aos senhores perguntas que são trazidas a nós diariamente. Mais em relação aos pequenos comerciantes, aos taberneiros. Eles querem saber como é que eles podem agir em relação a compras anteriores ao dia 26. Por exemplo: eles compraram leite a 20 mil. Estavam vendendo a 23 mil. E, chegada a tabela da SUNAB, a comunidade, é evidente com orientação própria, pelos meios de comunicação e também da nossa Associação, foram a esses taberneiros e levaram em mãos a lista da SUNAB. Esses mesmos taberneiros diziam à nossa querida comunidade que não haveria condições, de maneira nenhuma, de vender abaixo do preço que eles compraram. Então gostaríamos de saber como agir. Nós, nesse momento, gostaríamos de transmitir a nossa alegria com relação ao congresso que foi coordenado pela COBAL. E que realmente as comunidades

participaram efetivamente e que a COBAL, com esses resultados, está implantando as sugestões derivadas de nossas associações em todo o Brasil.

É o que me resta, e agradeço a atenção dos senhores.

Dr. Ricardo Bittencourt (SUNAB):

Senhor Presidente da Associação,

Quanto ao leite, se eu bem entendi, é um problema de preço praticado anterior ao dia 27, que teria sido alterado. O que eu posso pedir, por favor, é que entregue a documentação que prove essa sua afirmativa para eu poder tomar a providência junto ao delegado regional da Amazônia e dar continuidade. Inclusive eu posso encaminhar ao delegado a sua documentação e pedir o contato do delegado com o senhor. Um contato para poder dirimir dúvidas nesse caso do leite, e outra que possa haver.

Representante da ASAMA:

Com relação à nossa pergunta.

O leite, o comunitário vendedor comprou a 18 mil, no dia 25, e quando foi no dia 26 foi baixado o decreto. E no dia 19 foram até ele as donas-de-casa e outros comunitários consumidores com a lista na mão, dizendo que estava a 16,50 a lata de leite. Ele não poderia, de maneira nenhuma, vender a 16,50, porque ele comprou a 18 mil. E, se ele fizer, quem vai repor a ele?

Dr. Ricardo Bittencourt:

Eu acho que está havendo uma falha de informação.

A lata de leite é um preço cipado, é o preço que tem os seus custos fixados pelo CIP, cujo acesso da SUNAB, SEAP é total. Então nós teríamos esse custo. Naturalmente, é levada em consideração uma margem de lucro para que os comerciantes possam levar até a ponta e ao consumidor. Então, se foi estabelecido — aqui eu não tenho comigo um preço de varejo — de 16,5, ele necessariamente tem que ter comprado bem abaixo desse ponto. No caso, eu posso até aceitar que tenha havido uma prática de preços acima do preço CIP. E para isso volto a insistir, que o senhor, entregando a mim, aqui na SUNAB, ou na delegacia regional a nota fiscal, a fatura com que esse taberneiro adquiriu o leite, nós temos condições de fazer, no caso, uma punição à indústria e o taberneiro não seria onerado porque o delegado regional tem meios de resolver esse problema, que é um problema local. Ou eu aqui, por intermédio da Superintendência, ou o delegado regional teríamos condições de resolver esse problema do taberneiro.

Presidente do Zama:

Os taberneiros compram em supermercados. Eles não compram diretamente à indústria, porque eles só vendem de 100 caixas para cima.

Dr. Ricardo Bittencourt:

Então o senhor está citando é um atacadista que compraria na Capital e levaria para o interior.

Pres. da ASAMA:

Não, é na cidade nova.

Dr. Ricardo Bittencourt:

Então aí, no caso, eu acredito que ele esteja prestando um serviço, *porque*, se o sujeito tem a possibilidade, dentro da Capital, de comprar a 16 no supermercado, ou num armazém, não tem necessidade de existir esse atacadista vendendo a 18 e dentro do próprio local. Aí a livre concorrência não permitiria que ele sobrevivesse nesse circuito de comércio.

Eu tenho a impressão que deve estar havendo uma falha minha de interpretação, ou talvez o seu taberneiro, a pessoa a quem o senhor se refere, também não tenha levado para o senhor um problema.

Eu pediria que depois nós conversássemos à parte. Enfim, eu me coloco à sua disposição para a gente continuar o nosso debate.

Deputado Aníbal Teixeira (SEAC):

Antes de mais nada, o meu agradecimento por esta oportunidade ao Ministro Jerônimo, ao Ministro Aloísio Alves, às ilustres autoridades aqui presentes.

Quero dizer que efetivamente esta reunião marca uma intenção, que é uma intenção permanente do Presidente Sarney, de um contato com a sociedade. E mais do que isso, já temos evidências de que a sociedade, quando convocada, corresponde adequadamente a essas solicitações.

A relação sociedade-governo torna-se imprescindível numa democracia moderna. Os países saxônicos têm, além de uma estrutura partidária sólida, também essa permanente ativação dessas associações, dessas entidades que integram realmente a sociedade, que ajudam o Estado na sua tarefa.

No Brasil nós assistimos a um gigantismo do Estado. E paralelamente a isso uma grande insensibilidade para com os problemas reais da população.

O Presidente Sarney, ao criar a Secretaria de Ação Comunitária, estabeleceu um objetivo que era de uma integração entre o Governo e a sociedade, a nível da comunidade. E temos conseguido realmente muito bons resultados. Esse gigantismo levou o Brasil a obras realmente que não eram desejadas pela comunidade, obras que representavam exhibições faraônicas — eu cito sempre o caso do aeroporto de Belo Horizonte, que é minha terra, onde se gastaram 250 milhões de dólares com uma obra que realmente permitiria, com esse dinheiro, fazer 2.000 grupos escolares de 2.000 alunos cada um em todo o Estado de Minas Gerais, e mantê-lo funcionando durante 6 anos, inclusive com médicos.

Então realmente a sociedade veio sofrendo uma série de obras que não tinham nada a ver com ela. E a ação comunitária é exatamente a democratização da Administração. Nós temos agora, por exemplo, um caso novo que surgiu, que é o caso da Rodoviária de Recife, uma obra de 200 milhões de dólares. Um plano mais oficioso para modernizar e permitir humanizar as favelas do Recife dava em 67 milhões de dólares. Então, para isso o Presidente Sarney mobiliza a comunidade. Nós começamos o nosso trabalho fazendo uma pesquisa junto a 1.800 líderes comunitários, 1.200 prefeitos, e chegamos então a um número de projetos em que se podia integrar governo e comunidade. Entendidos aí como associações de bairros, Lions, Sociedades de São Vicente de Paula, as entidades das igrejas de todos os credos. E isso deu um resultado muito bom.

Nós conseguimos também identificar que o governo podia fazer tudo muito mais barato. Uma escola primária de 300 metros feita há 2 anos em Minas, pelo Governo Federal, ficou em 82 milhões de cruzeiros. Feita pelo Governo Estadual, em 50 milhões. Feita pela Prefeitura, o mesmo tipo de construção, ficou em 30 milhões. E feita pela comunidade, em 12 milhões.

Uma creche governamental gasta 540 mil cruzeiros por criança/mês. Uma creche comunitária gasta 55 mil cruzeiros. Então se pode multiplicar o esforço governamental na área social para responder a esse desafio dessa dívida social que nós temos da ação comunitária. E isso vem sendo testado.

Quando assumimos a Secretaria, nós implementamos programas escolhidos por esses líderes em 15 direções. Fizemos 15 projetos comunitários que envolvem realmente uma gama muito grande de atividades. E já podemos apresentar hoje um resultado interessante. Nós temos já um volume de quase 3 mil projetos envolvendo e beneficiando diretamente 2 milhões e 600 mil pessoas. São projetos modernos, como

por exemplo: hortas e pomares comunitários. Já envolvemos 86 mil pessoas. Mecanização comunitária — 9.900 pessoas; telefonia comunitária — 48 mil pessoas; teatro amador — 240 mil pessoas; bibliotecas comunitárias — 126 mil; reparação de escolas primárias — é a própria comunidade mobilizando-se para consertar uma escola; horta e alimentação escolar — 67 mil. Enfim, nós já fizemos um total de 3.000 projetos comunitários. E isso representa um custo de 1/8 do que seria se o Governo resolvesse ele mesmo tomar essa providência. O custo per capita disto é irrisório: 29 mil cruzeiros. Então nós estamos multiplicando, com esse trabalho, a atuação do Estado. E nisto estão envolvidas centenas e centenas de instituições. Nós já temos, por exemplo, associações (2.130 associações de bairros) envolvidas nesse projeto. Oitocentas e trinta associações tipo clube de serviço (Rotary, Lions, Maçonaria); quinhentas e noventa sociedades São Vicente de Paula e instituições religiosas, além de espíritas, protestantes e de outros credos. Temos 1.130 outros tipos de associações culturais. Nós temos já 4.940 instituições envolvidas nesse projeto. Então nós estamos conseguindo realmente um resultado muito bom, o Presidente está muito empenhado nisso e vamos chegar ao final do ano com 50.000 projetos comunitários. Isso representa envolvimento de 30 milhões de pessoas.

E tão animado estava o Presidente que ele delegou também à Secretaria o trabalho de distribuição de leite às crianças carentes de menos de 7 anos. Foi uma solução heterodoxa. Nós saímos do sistema convencional do Estado para partirmos para uma capilaridade disto através das entidades comunitárias. Contamos para isto com o apoio do Projeto Rondon e de órgãos governamentais que fugiram um pouco àquele convencionalismo do sistema assistencial.

Nesse programa do leite, estamos atualmente atendendo a 105 mil crianças. No dia 15 de março, nós estaremos já distribuindo leite para 580 mil crianças. E podemos dizer que a meta, que era de 1.500 mil crianças, foi dobrada para 3 milhões de crianças este ano. E que esta meta, em vez de ser atingida ao final do ano, será atingida no mês de junho. Nós estaremos portanto usando 16 mil associações, distribuindo leite para 3 milhões de crianças no Brasil. E o que é mais interessante é que este programa, pela primeira vez na América Latina, tem um *feedback* mensal. Nós controlamos através de um convênio com o Projeto Rondon todos os desvios ocasionais deste programa. É um programa que tem a cada mês todo o tipo de desvio que pode existir, inclusive desvios políticos e religiosos. E nós fazemos a correção mês a mês deste programa. Se nós fizéssemos este programa através do sistema convencional — e aqui há um dado que eu acho interessante — em vez de gastarmos 4,8%, que é o custo administrativo deste programa, que é feito através da comunidade, nós estaríamos gastando 38,4%. E teríamos apenas 1/5 da capilaridade.

Então nós verificamos que a comunidade é apta a fazer esse tipo de programa. Nós verificamos que, realmente, quando a comunidade é convocada, ela responde adequada e firmemente. E mais recentemente, nós temos já registrado mais de 400 participações de entidades comunitárias nesse movimento de fiscalização de preços. E agora, foi feita uma referência, nós vamos ter um congresso em Brasília das associações de bairros, envolvendo 6.000 associações de bairros, nos dias 21 e 22, e nesse congresso nós vamos acertar os detalhes também para a intensificação dessa campanha, de forma realmente a que exista maior participação popular em tudo isto.

A verdade é que a sociedade está presente e o Governo está consciente de que ela pode, através das entidades comunitárias, através da mobilização da sociedade civil, com cada um cruzeiro, fazer cinco vezes mais do que se ele fizesse através dos mecanismos convencionais. E isto é não só a democratização da decisão de determinadas obras, pois é a comunidade que escolhe estas obras, como também a possibilidade de fazer uma verdadeira revolução nos métodos tradicionais de ação do governo na América Latina.

Nós temos muita esperança neste programa — é pena que o espaço é curto para dizer mais. E queremos dizer também que mesmo num programa como o do leite, que seria um programa aparentemente paternalista, nós transformamos esse programa num programa educativo-participativo. As famílias recebem o leite numa reunião. Cinquenta, sessenta donas-de-casas recebem talões numa reunião. E em cada reunião é distribuído um folheto de 32 páginas ilustradas sobre um tema educativo e participativo. O primeiro foi sobre o problema de higiene. O deste mês é sobre horta comunitária. Nós queremos que em cada uma dessas 16 mil associações nasça pelo menos uma horta comunitária em cada uma. O próximo será sobre o problema de saúde da criança. O outro sobre problema de participação em pequenas obras nos bairros, e assim nós vamos transformando um programa que seria puramente paternalista num programa educativo-participativo.

Nós teremos, ao final do ano, 16 mil núcleos ativos envolvendo cerca de 3 milhões de famílias num programa realmente que pode trazer uma grande esperança na forma de encarar o problema social no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer. Eu agradeço e peço desculpas pela extensão da exposição.

Nizo Pregó — Presidente da Confederação de Professores do Brasil:

Nós representamos um milhão e cem mil professores da rede oficial do ensino de primeiro e de segundo grau. Nós estamos agrupando 31 entidades estaduais.

O nosso posicionamento é o seguinte:

Nós professores decidimos que vamos realmente engajar na luta contra a inflação.

Nós professores temos sofrido demais com a inflação. Os nossos salários são os mais aviltantes, são os mais baixos, são os mais esquecidos neste País. Nós temos professores municipais que estão ganhando 25 cruzados e 50 centavos. Não ganham nem o salário-mínimo anterior. E, no entanto, agora a medida vem tomar esses professores com o salário médio, calculando-se no salário bastante defasado. É a nossa preocupação.

Nós vamos organizar nas escolas comitês com pais, alunos e a comunidade para que nós possamos evitar a violência, evitar o desaparecimento de mercadorias, evitar o mercado paralelo, vamos educar realmente os nossos alunos, os pais dos nossos alunos e a nós mesmos a encampar essa grande luta contra a inflação, a controlar o preço. Mas nós queremos deixar aqui a nossa grande preocupação. Como é que nós vamos fazer tudo isto, se os nossos professores, principalmente os da rede municipal, estão com o salário abaixo do mínimo que era 600 mil cruzeiros? Isso é na maior parte dos municípios brasileiros.

Eu vou repetir para que gravem bem. Professor que está ganhando 25 cruzados e 50 centavos por um mês de aula, dando 24 aulas semanais. Professor que tem a formação a nível de 2º grau, antigo curso normal. Estamos dispostos a colaborar. Nós somos uma entidade que não apenas contesta. Nós não estamos apenas para criticar. Nós queremos participar. E a CPB está aqui presente para dizer ao Governo que em todos os momentos é necessário chamar a classe do magistério brasileiro para compor uma grande comissão brasileira, um grande comitê brasileiro para que nós possamos, na realidade, ter esse programa vitorioso. Mas ao mesmo tempo recuperando a classe magisterial do Brasil. É preciso valorizar o professor. É preciso neste momento haver uma revisão com relação a esse salário médio dos professores. É preciso pensar que esses professores deverão ter o seu salário médio calculado na base pelo menos do salário regional, do salário mínimo, porque nós estamos lutando para que o professor brasileiro tenha um salário profissional, um salário que lhe permita realmente participar da construção do novo Brasil.

E nós dizemos ao Senhor Presidente da República que o Brasil realmente só se vai transformar na Nova República no dia em que todo o professor brasileiro estiver valorizado. O dia em que realmente a educação brasileira for a meta prioritária nº 1 do Governo.

E nós estamos dispostos a trabalhar, a participar, mas nós queremos recuperar os nossos professores, principalmente os professores municipais.

Esta é a nossa inquietação. Esta é a nossa grande pergunta: Como é que vamos fazer?

Por outro lado, no ano passado, nós fizemos com os professores estaduais mais de 15 greves. E os governos estaduais que se dizem da Nova República recusam até a dialogar com os professores. Não aceitam os professores para o diálogo. Mesmo assim nós conseguimos firmar acordos com o Governo. Com o Governo do Rio Grande do Sul, Governo do Pará, Governo de Minas, Governo de Goiás, Governo da Paraíba, e vários outros Governadores. E no entanto agora, diante desse Decreto, eles não estão querendo honrar os compromissos do ano passado. Estão dizendo que o Decreto revogou os acordos, revogou o protocolo de intenção, revogou realmente a livre negociação que foi arrancada através de movimentos grevistas, movimentos de paralisação do ensino brasileiro, que nós não queremos fazer mais.

Nós estamos dispostos a colaborar, mas nós queremos participar, nós precisamos ser chamados, precisamos às vezes procurar o Ministro da Educação, o Ministro do Planejamento, o Ministro do Trabalho, para marcar audiências, e que nós sejamos recebidos para podermos dialogar e interpretar a grande inquietação do magistério brasileiro, para que nós possamos realmente ter uma Nova República.

Ministro Moscardo de Souza:

Eu agradeço a manifestação e quero dizer que, do ponto-de-vista do Governo, do Presidente Sarney, com o plano de estabilização econômica, se deu o primeiro passo no sentido da normalização da economia.

Mas está atento à necessidade de corrigir essas injustiças e caminhar para um novo pacto social. De modo que é uma preocupação do Governo, e essas manifestações aqui serão levadas ao Presidente e são extremamente valiosas.

Realmente este diálogo tem sido extraordinariamente fecundo. E por isso nós até já estamos ultrapassando os horários muito generosamente concedidos, nós já estamos aqui em vigília física.

Eliseu Menezes de Oliveira — Pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Presidente da Convenção do Distrito Federal:

Nós trazemos uma curtíssima palavra. A nossa entidade tem procurado ajudar no sentido espiritual e também social ao Governo, agora depois do pacote econômico, muito mais, estamos unidos neste propósito.

Mas nós trazemos duas palavras que esperamos sejam sugestões.

A primeira já foi iniciada por D. Vera: que o controle dos preços ao consumidor fosse feito a partir do produtor. Porque temos conhecimento de que um par de calçados que sai do depósito por 99 cruzados chega ao consumidor, aqui em Brasília, por mais de 700 cruzados. E, como todos nós sabemos, isto não é muita novidade. Naturalmente isto é fruto de um vício de muitíssimos anos, pois o comerciante tem de ganhar astronomicamente. Então nós corroboraríamos a palavra da D. Vera no sentido de que houvesse uma possibilidade de o preço ao consumidor sair ou ser determinado a partir do produtor. E assim este produto chegaria muito mais barato ao consumidor.

A segunda palavra nossa, a segunda sugestão é que assim como o Governo tem dado estímulo ao consumidor, ao povo de um modo geral, e o povo respondeu positivamente, que também o Governo, se ainda não pensou nisso, pensasse em estimular também o comerciante. Que em vez de haver medidas de repressão, de pressão sobre o comerciante, que o Governo também desse estímulo ao comerciante. Eu creio que grande parte dos comerciantes receberia esses estímulos. Como ouvimos o empresário Antônio Ermírio de Moraes, dando aquela palavra tão boa, estimulando a que os empresários fizessem o produto chegar mais barato e se esforçassem por vender mais para conseguir o mesmo lucro, e também que o Governo procurasse estimular os comerciantes a concorrerem. Nós vamos fazer uma menção aqui, espero que não seja muito inoportuna, por exemplo: nos Estados Unidos, postos de gasolina concorrem. Então há o dia da promoção. Aquele posto está vendendo o galão com menos 3 centavos de dólares, ou por menos 5 centavos de dólares. E isto faz com que o povo abasteça naquele posto.

Então eu creio que se o Governo, além das medidas de pressão e de estímulo à população para que pressione mesmo, além dessas, se o Governo também estimulasse os comerciantes para que eles concorressem entre si, eu creio que isto nos ajudaria a chegar a um preço final bem melhor.

Muito obrigado.

César Travassos — Governador do Rotary em 84 e 85 — Membro de relações públicas do Rotary Internacional 86, 87, aqui com os outros companheiros trazendo o nosso apoio, o apoio de brasilidade da comunidade rotaryana às medidas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Senhor Ministro,

Senhores Membros da Mesa,

Todos nós sabemos que os empresários, os comerciantes são os geradores de riqueza, são os geradores de impostos, são os geradores de divisas para o País.

Também sabemos que os empresários no todo, com as nefastas medidas econômicas do Governo passado, ajudaram também, contribuíram para que se chegasse a essa situação, agora sendo corrigida pelo Governo Federal.

Aqui, senhores membros da Mesa, como representante comercial, eu faço a pergunta aos senhores membros da SEPLAN e aos senhores membros da SUNAB. As indústrias tiveram as suas listas de preços congeladas em fevereiro (as listas de fevereiro). Os comerciantes tiveram seus preços congelados no ponto de venda, seja em listas de fevereiro, ou seja em listas passadas. Pergunta-se: no caso de uma promoção para entrada de um produto no mercado, houve um pouco de sacrifício da indústria, houve um pouco de sacrifício do comerciante para promoção desse produto. E uma vez tabelado, pergunto aos senhores membros, retira-se a mercadoria de mercado, retira-se a mercadoria de linha, ou a SUNAB, SEAP, autoriza a entrada da mercadoria ao preço da lista de fevereiro?

Ricardo Bittencourt (SUNAB):

Se é um produto novo entrando no mercado, ele não está tabelado. Produto novo está congelado. Então, se hoje tem um produto tabelado, este já existia anteriormente e não foi tabelado de forma aleatória. Este produto foi tabelado porque ele está no mercado, ele já tem os seus preços, ele já tem a margem de lucro dos comerciantes, enfim, ele está dentro da sociedade, já participando.

Se é um produto novo, ele entra com promoções de interesse da empresa, ou de qualquer outra forma, esse produto não está tabelado. Ele está congelado, como está congelado o custo deste produto, a matéria-prima desse produto. Então eu não vejo o problema quanto — a não ser que o amigo tenha alguma coisa a colocar...

César Travassos:

Permita a intervenção. O produto é novo no canal de venda, não é novo no mercado.

Ricardo Bittencourt:

Então ele não está tabelado, ele está congelado. E como congelado ele tem todo o seu apoio atrás de matérias, de custos fixos, indiretos, diretos, congelados também. Então eu não vejo problema.

César Travassos:

Então retira-se de linha esse produto.

Ricardo Bittencourt:

Não vejo por que retirar.

Eu vejo que ele tem como ser mantido naquele valor, porque ele tem sua estrutura toda também congelada.

César Travassos:

Parece que talvez eu não tenha formulado bem a pergunta.

O produto é novo no canal de venda. Ele foi vendido numa condição que não a de fevereiro. Numa condição de dezembro e janeiro para facilitar a entrada do produto.

Ricardo Bittencourt:

É uma promoção.

César Travassos:

É uma promoção.

Ricardo Bittencourt:

E como promoção, ele tem um custo elaborado. Se o senhor se refere a uma margem de lucro que ele poderia estar gerando para a empresa e não vai gerar, eu não vejo como solucionar. Eu vejo dessa maneira — se o colega da SEPLAN tiver alguma observação...

Júlio Buschel (SEPLAN):

Aí se vê uma situação em que você está congelando um preço de um produto que eventualmente poderá estar abaixo do seu custo. Nós vamos ter aqui duas alternativas, no meu entender. O Decreto é mandatório. Todos os preços estão congelados a partir de 27/2. Ou o industrial elimina produto de mercado, como o senhor havia comentado, ou então vai ao Ministério da Fazenda, ao CIP, e faz um pleito. Isto deve estar ocorrendo com muita frequência no Ministério da Fazenda e, eventualmente, dada a importância do produto, os critérios que o Ministério da Fazenda adotar nesses casos, talvez o comerciante seja autorizado a elevar a um suposto preço no dia 27/2.

Ministro Moscardo de Souza:

Eu gostaria de fazer uma sugestão.

Estes depoimentos têm sido extremamente valiosos. Nós gostaríamos que o plenário participasse desses depoimentos. Nós já estamos com o plenário mais ou menos vazio. E a idéia era valorizar e dar realmente uma audiência mais ampla possível a esses depoimentos.

Eu pergunto se nós não poderíamos agora suspender os trabalhos e reiniciar às 2 horas.

Lúcia Pacífico — Presidente do Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais e Membro efetivo do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor:

Em Minas Gerais, logo no dia 28, após a oficialização do Decreto, nós montamos lá na nossa sede um esquema de ação, onde as donas-de-casa estão respondendo em massa, com maior entusiasmo e apoio, às decisões do pacote econômico. Não poderia deixar de ser assim já que nós, donas-de-casa, representamos ou encarnamos o verdadeiro papel do consumidor, principalmente no que diz respeito a alimentos. Geralmente passa por nossa decisão o que comprar, onde comprar e quanto comprar. Portanto, na sede nós montamos um atendimento de plantão diário. De 8 ao meio-dia, e também de 2 às 6 horas da tarde, nós estamos esclarecendo, recolhendo e oficializando as denúncias, as queixas e as reclamações, e levando, no final da tarde, em mãos, para a SUNAB a oficialização dessas queixas.

Portanto, danos à SUNAB o prato pronto. Ela tem apenas de usar as medidas cabíveis.

Na rua, as comissões que nós denominamos «as sentinelas da economia» estão dando *blitz* nos supermercados, nos açougues, nas padarias e em outras áreas do comércio, e também distribuindo as tabelas de preços, conscientizando a população para que essa tabela seja a sua companheira da economia.

Nas escolas, as nossas associadas estão fazendo palestras nas turmas, e reuniões com as diretoras, a fim de que toda a luta seja não só nossa, do movimento das donas-de-casa, mas seja uma luta realmente a nível nacional.

Portanto, é com muito orgulho que eu represento aqui as donas-de-casa e também o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.

Quanto ao Conselho, eu gostaria de pedir ao nosso Ministro Aloísio Alves, o Coordenador dessa Mesa, que fizesse chegar ao nosso Ministro Paulo Brossard um pedido de uma entidade civil, como é o movimento das donas-de-casa, e também dos órgãos oficiais que compõem esse Conselho, que é o órgão máximo de defesa do consumidor, o órgão de assessoria direta ao nosso Presidente, conforme ele mesmo

citou no seu discurso. Então, nós pediríamos ao nosso Ministro que desse um apoio, um fortalecimento maior ao Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, ora vinculado ao Ministério da Justiça, uma vez que ele foi transferido para esse Ministério sem nenhuma infraestrutura. Nós não temos verbas, não temos salas, não temos telefone, enfim, estamos de pés e mãos quebrados. E eu acho que esse Conselho assume uma importância muito grande no atual momento político, social e econômico do Brasil.

Então fica aqui o meu pedido ao Ministro Aloísio Alves, já que o Conselho é o órgão direto de assessoria ao Presidente da República.

Nós temos anteprojetos, tirados lá das nossas reuniões, parados na Casa Civil, e nós gostaríamos que fossem agilizadas essas nossas decisões das nossas reuniões do Conselho.

Muito obrigada.

Ministro Aloísio Alves:

O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor foi organizado no âmbito do Ministério da Desburocratização. E na recente extinção do Ministério da Desburocratização, alguns programas e órgãos foram transferidos ao Ministério da Administração.

Mas o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor foi parar na competência do Ministério da Justiça, uma vez que lá já se encontra a CADIS. Então ficava mais apropriadamente situado. É evidente que essa transferência se fez por decreto, creio que não faz 15 dias. E o Ministro Paulo Brossard está interessado em, no menor prazo possível, agilizar as atividades do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. Apenas há problemas burocráticos dessa transferência, de transferência de verbas e problemas que são inevitáveis, mas eu acredito que até o fim deste mês o Ministro Brossard, segundo ouvi dele próprio, numa reunião que houve na residência do Ministro do Planejamento, estará com o Conselho em condições de colaborar efetivamente na defesa do consumidor, sobretudo nesta hora.

Ministro Moscardo de Souza:

Eu creio que a intervenção das Alterosas fez uma chave de ouro nesta manhã. E gostaria de contar com sua participação na sessão à tarde.

Realmente, o nível do que a Associação está fazendo em Minas Gerais, é um exemplo extraordinário para o Governo, porque o Governo tem que fazer muito esforço para estar à altura da sociedade.

Ministro Moscardo de Souza:

Reiniciando os trabalhos de hoje à tarde, nós gostaríamos de submeter aos senhores um projeto do programa.

O primeiro seria continuar o pinga-fogo. E posteriormente nós teríamos os comentários dos membros da Mesa.

Paulo Afonso Leme Machado — Presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio-Ambiente:

Nós queríamos sugerir à ilustre Mesa que levasse à consideração a possibilidade de agilização e a forma legal dos mecanismos de controle dos preços e dos estoques.

E na esfera administrativa da SUNAB, a primeira sugestão é que as atuações dos fiscais sejam comunicadas ao Ministério Público, tanto federal como estadual, que passará a ter competência para recorrer administrativamente.

E na parte da lei de crime e contravenção contra a economia popular, sugerimos o seguinte:

I — os delegados de polícia sejam obrigados, sob pena de sanção disciplinar, a ouvir, no momento da reclamação, o denunciante e as suas duas testemunhas, ainda que não haja auto de prisão em flagrante. Isso é para que a prova não se esgarce com a audiência posterior;

II — estando ou não preso o indiciado, o inquérito seja enviado em 48 horas para o Ministério Público, e não mais em 10 dias;

III — que o promotor de justiça seja obrigado, sob pena de sanção disciplinar, a apresentar a denúncia ou pedir o arquivamento ou requisitar diligência imprescindível à apresentação da denúncia em 24 horas;

IV — que, em caso de arquivamento, o juiz envie o inquérito policial ao Conselho Superior do Ministério Público;

V — o juiz de Direito seja obrigado, sob pena de sanção disciplinar, a colocar o processo na pauta de julgamento em 48 horas. E em caso de adiamento, recolocá-lo na pauta no mesmo prazo, sentenciando na audiência;

VI — que seja mantido o recurso de ofício para a instância superior em caso de absolvição. E que o Presidente do Tribunal seja obrigado a colocar o processo prioritariamente na pauta para julgamento. Concluindo, se o processo não for rápido, as penas não intimidarão e as infrações serão multiplicadas.

Expedito Quintas — representante do Governo do CE e jornalista:

O ponto crítico da nova etapa que está iniciada com a reforma econômica é a retenção de estoques e a sonegação de mercadorias.

Então a minha sugestão é no sentido de que seja divulgado amplamente determinado endereço, a nível federal, para que as pessoas de todos os níveis e de todas as regiões do País comuniquem aquilo que seja de seu conhecimento quanto à existência de estoques e de mercadorias retidas indevidamente.

Sendo assim, qualquer estoque que exista, alguém tem que guardá-lo, alguém tem que provê-lo. Então essas pessoas devem, de ofício, e numa mobilização de opinião pública, comunicar a um determinado endereço para conhecimento das autoridades que possam coibir os abusos.

José Gilberto Ribeiro Ratti — Presidente do Conselho Nacional de Governadores do Lions Clube do Brasil:

Nós ouvimos na primeira sessão plenária críticas, sugestões e aplausos à atitude do Governo, a esse gesto patriótico do nosso Presidente.

Nós louvamos tudo isto e estamos aqui apenas para fazer um oferecimento e não críticas, e dizer que louvamos em especial o trabalho extraordinário do Secretário de Ação Comunitária, Aníbal Teixeira, cumprimentando o gesto patriótico e referendando aquilo que foi dito do Presidente da República, e deixar consignado um voto de confiança do Lions, sem crítica, reservado a si o direito de crítica no futuro, mas considerando que os trabalhos estão nos primeiros passos, não temos críticas a fazer. E nos oferecemos para ser nesse órgão de comunicação organizada que o Governo tanto está precisando para estabelecer um diálogo positivo, sincero e honesto com a comunidade, tendo em vista que o Lions Clube inclui 1715 clubes no Brasil, representando 47 mil companheiros, oferecemos todo esse nosso exército de trabalho desinteressado.

Muito obrigado.

Ministro Moscardo de Souza:

Nós agradecemos imensamente e saberemos recorrer a este extraordinário oferecimento feito pelo Lions Clube.

Luís Barbosa — Jornalista do Jornal do Brasil:

Eu aproveito a oportunidade de me dirigir aos colegas da mesa-redonda apenas para levantar uma inquietação em relação ao conjunto de medidas econômicas que foram tomadas e ao Decreto-Lei, naquilo em que me parece inquietador, repito, que é a tendência a se tentar ver nesse Decreto a salvação para tudo.

Eu até queria fazer uma breve referência à imagem que se fez aqui dos passos, de não tentar o salto triplice logo no começo da competição. E isso realmente me alarma um pouco. Está-se tentando agora dar ao Decreto uma amplitude que já se vê imprudente. O que eu temo, na verdade, não é a nossa capacidade de chegar e fazer alguma coisa. Mas especialmente de que não se criem frustrações por se tentar muito num primeiro momento.

Hoje me impressionou muito o depoimento do Ministro Sayad no sentido da nossa potencial incompetência de conviver com uma situação estável. Eu acho que nós nos devemos preparar muito para vencer esse primeiro obstáculo e para tentar outros mais amplos para seguir.

Eu acho que esse tipo de alerta deve estar presente em cada pessoa que tem responsabilidade nesse processo.

Olimpio Barbosa Filho — Presidente do Rotary Clube de Taguatinga:

Seria nesse instante duísmo trazer aqui os nossos aplausos às medidas heróicas do Presidente Sarney, que teve a coragem de modificar completamente a economia do Brasil e trazer também uma nova mentalidade.

O assunto que eu trago aqui é um assunto que devia ser tratado com mais demora. Entretanto, eu vou ser o mais sucinto possível em respeito ao horário.

Depois de congelados os preços e obtidos os resultados satisfatórios, como pensa o Governo exigir a qualidade dos produtos que certamente será reduzida para compensar menores preços? Será que daí surgirá instrumento rigoroso a fim de ter o mínimo de qualidade para colocação no mercado?

Oton Pires de Abreu:

Estou aqui convidado como membro do Rotary Internacional. Assim que saiu o 1º Decreto, tive cuidado de lê-lo como cidadão e advogado. Eu achei muito tímido, mas o Governo tinha razão para essa ti-

midez. Com o apoio total de nós todos, da sociedade plena do Brasil, homens do Governo e da sociedade, o Governo ganhou alento. Em seguida, reeditou o Decreto, fazendo sérias concessões, que podem abalar o impulso da sociedade em apoio a certas medidas. Por outro lado, a ênfase foi dada a bens, todo o contexto jurídico e disciplinar do Decreto se refere a bens. Os serviços ficam subentendidos no congelamento geral de preços.

Antes de 64, os bancos funcionavam da seguinte maneira: todas as contas correntes, sem exceção, tinham juros. Não se pagavam serviços, exceto transferência de dinheiro. Os talões de cheques eram gratuitos. Os bancos cobravam uma taxa máxima de 1%. E prosperaram. Depois da avalanche da desnacionalização das empresas, das riquezas nacionais, entramos numa outra era. E preocupa-me deveras que a não-limitação dos juros possa criar em nosso povo o desestímulo ao apoio permanente à política do Governo. E eu penso até que, num prazo máximo de 30 dias, esse corajoso e grande brasileiro, a quem eu tive a honra de telegrafar assim que vi o Decreto, como também telegrafei à Sua Excelência o Ministro da Fazenda, deveria voltar ao povo para reanimá-lo, para que a mobilização permaneça em termos de realidade e patriotismo.

Muito obrigado.

Petronilo Santa Cruz de Oliveira, Superintendente da Sudepe:

Apenas para uma breve comunicação. Integrada nos princípios dos propósitos do Presidente da República, a Sudepe está procedendo a um levantamento de Norte a Sul, de todas as espécies de peixes com os preços, de todos os apetrechos usados para a pesca. Ao mesmo tempo, tabula esse material, datilografa, manda uma cópia para o Ministério e outra cópia vai para a Sunab. Eu tenho impressão de que, como elemento de referência, é um apoio importante que a Sudepe oferece neste momento. Já estamos partindo para uma segunda etapa. É mandar que os extensionistas da Sudepe levem os listões aos pescadores dizendo-lhes: já que vocês vão ser fiscalizados nas suas vendas, sejam fiscalizados também nas suas compras. Isso representa mais ou menos um potencial de 400 mil pescadores e cerca de 2 milhões de pessoas. É esse o trabalho que a Sudepe está orientando, realizando e, ao mesmo tempo, entrando em colaboração com a Sunab, oferecendo transportes, oferecendo seus técnicos, para esse trabalho de fiscalização. Era isso o que eu queria transmitir aos senhores.

Muito Obrigado.

João Antonio Prata — atual Governador do distrito 453, do Rotary Internacional, que compreende o Distrito Federal, O Estado de Goiás e o Triângulo mineiro:

Eu hoje aqui compareço, com muita satisfação, e se a nossa instituição, entre tantos objetivos, preconiza a integração entre o Rotary e o poder público, nós vemos com a maior alegria essa integração entre o poder público e a sociedade, e para tanto eu saí da minha cidade de Uberaba, ontem à noite, para cá me dirigir, para ter o privilégio de participar dessa reunião tão produtiva, e, na mesma oportunidade, eu quero colocar também os esforços e a dedicação dos rotarianos a serviço desta nova e importante empreitada. Particularmente, em meio às minhas enormes esperanças e em meio às minhas preocupações, com respeito a essas novas medidas, eu alinharia aqui duas delas, relacionadas com os estoques de produtos agrícolas e a produção agrícola também, sugerindo que esses estoques reguladores tenham pelo menos uma quantidade suficiente para um ano e que haja, na verdade, uma política agrícola capaz de dar sustentáculo a essa nova política, visto que a especulação e o câmbio negro não nascem somente daquele que está vendendo. Ela nasce também, muitas vezes, do comprador, porque, se faltar o produto ele será o primeiro a oferecer mais para conseguir aquele determinado alimento. Eu agradeço uma vez mais e coloco os serviços dos rotarianos desse distrito e de uma cidade do Estado do Mato Grosso do Sul, ao inteiro dispor desse programa tão importante.

Antonio Pereira dos Anjos, Vice-Presidente da Sociedade São Vicente de Paula, por Brasília:

Falando em Sociedade São Vicente de Paula, muitos dos senhores poderão pensar que é uma grande obra dotada de grandes poderes aquisitivos. No entanto, muito pelo contrário, é uma obra muito simples, muito humilde e nos seus 153 anos de existência, ela quase não é conhecida. Eu trago aqui uma mensagem, antes, porém, eu queria dizer que é uma obra de origem, de fundação religiosa, católica, e que o objetivo seu é atender o necessitado, lá no seu casebre, aonde semanalmente todos os membros de nossa sociedade comparecem. Então nós temos uma noção bem próxima, bem exata, do que é a miséria, e eu queria, nesse momento, trazer uma mensagem que ao mesmo tempo pode ser uma sugestão ou um pedido. Nós temos na sociedade dois pontos extremos, a criança e o ancião. A criança, semanalmente nós convivemos com centenas delas, vindas das cidades-satélites, vindas das cidades do Estado de Goiás, bem próximas, dormindo debaixo dos pilótis, dentro de caixas, jogadas no meio da rua em contato com toda a promiscuidade possível. E temos por outro lado o ancião, já sem resistência, sem ter quem o acolha. Então esta é a mensagem, o que pode-

rá o Governo, o Presidente da República, nessa nova fase que vive a nossa Nação, fazer por esses dois segmentos da sociedade. Naquilo que for possível, os vicentinos estarão ao dispor do Presidente da República.

Ministro Moscardo de Souza:

Eu queria agradecer a boa vontade que os vicentinos põem à disposição do Governo, bem como a menção a este segmento esquecido que é a população idosa, muito bem lembrada pelo representante dos vicentinos.

Abdala Karim Nabut, Governador do distrito Ad-13, e Presidente do Conselho Nacional de Governadores de Lyons Internacional. Governador ano 80/81, e Presidente CNG 81/82, e Diretor da Associação Comercial do Distrito Federal:

Como brasileiro, gostaria que ficasse registrado o orgulho de que somos possuidores, por termos como mandatário supremo desta Nação um homem da coragem do Presidente José Sarney. E as declarações dos Ministros Funaro e Sayad perante a opinião pública através dos órgãos de comunicação, pela seriedade, pela honestidade com que se têm dirigido a todo o povo brasileiro. Nós que fomos criados para que disséssemos sempre a verdade mesmo quando a verdade fosse contra nós, tínhamos verdadeira tristeza quando ministros e pessoas relevantes do governo davam entrevistas com deboches, com mentiras, iludindo a opinião pública. Como brasileiros, sentimos verdadeiro orgulho de termos dirigindo esta Nação homens probos que demonstram a verdade mesmo que essa verdade seja contra o próprio Governo. Como elemento do Lyons, queremos reforçar o oferecimento do nosso Presidente atual do Conselho Nacional de Governadores, colocar o maior clube de serviços do mundo a serviço desse grande programa que, em tão boa hora, o nosso querido Presidente dá ao povo brasileiro. E como empresário, diretor da Associação Comercial do Distrito Federal, gostaria de fazer uma indagação e ao mesmo tempo uma sugestão: porque os títulos pré-fixados não recebem o mesmo tratamento dos títulos pós-fixados, ou seja, que a correção monetária seja feita ou pagamento do juro seja feito até o dia 28 de fevereiro e, a partir do dia 1º de março, sejam creditados os juros reais dos bancos a todas letras de câmbio, uma vez que, segundo rege o Decreto, as letras de câmbio, os investimentos feitos nos bancos serão pagos na época do vencimento, de acordo com a tabela de conversão emitida pela Seplan. Seria um benefício ou seria um não-prejuízo a todos aqueles que acreditaram num investimento pra fazer o seu pecúnio. Era só isso.

Kazuo Watanabe, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, e membro da comissão elaboradora da Lei das pequenas causas:

Eu quero fazer umas pequenas considerações para, talvez, a partir daí, fazer umas sugestões. Inegavelmente, esse Programa de Estabilização Econômica traz uma série de virtudes, de ordem econômica, de ordem social, de ordem política etc. As de ordem econômica já foram destacadas pelos especialistas, e eu subscreveria todos os destaques já feitos. Eu gostaria de examinar sob o aspecto social e político. Nesse ângulo social e político, talvez a grande virtude desse programa foi a de mudar a mentalidade do País. Quer dizer, nós estamos partindo para uma nova prática econômica, estamos partindo também para novos costumes sociais e políticos. Essa manifestação toda já é evidência dessa mudança de mentalidade. A mobilização popular toda que se vê em todo o País já é o grande impacto, vamos dizer, do Programa em termos sociais e políticos. Agora, atrás de tudo isso, é necessário ressaltar que há uma expectativa popular embutida, quer dizer, há uma esperança popular embutida. De sorte que a eventual frustração do Programa poderá trazer ao País uma situação talvez pior do que aquela em que nos encontrávamos em termos sociais, em termos políticos. Claro que toda essa euforia do momento é extremamente importante porque, ao lado da mudança da mentalidade que está ocorrendo, traz também aquele ânimo novo de cooperar no sentido de construir o País. Mas é necessário também atentar para essa possibilidade, já foi ressaltado aqui que essa euforia popular, essa mobilização popular toda não iria durar todo o tempo. Quer dizer, não iria alcançar todo o território nacional. Então, é importante, e isso é certamente o que os senhores estão fazendo, ver as propostas concretas no sentido de institucionalizar essa participação popular, essa participação do povo. De que modo nós podemos aproveitar esse momento, vamos dizer essa nova mentalidade que se está despertando, a organizar a sociedade civil, e nesse sentido a gente percebe que a presença dessa quantidade enorme de associações, de clubes de serviço, de entidades representativas de categorias, já evidencia a organização da sociedade civil. Mas é necessário que o Governo aproveite o momento para dar à sociedade civil uma estrutura talvez mais claramente organizada. Então, nesse sentido, eu gostaria de propor o seguinte: há na Constituição dispositivos que traçam um perfil da sociedade civil em termos de reunião da população em torno de associações, de sindicatos. Esse perfil deve ser construído agora, porque já existe na Constituição atual. A nova Constituinte, quando muito, poderia talvez em termos verbais expressar de uma outra forma, mas a Constituição atual já permite esse tipo de organização civil, de organização da sociedade civil. Muito bem, mas ao lado disso o que importa para nós que pertencemos ao poder público, eu sou do Judiciário, é ver de que modo nós podemos, da mesma forma, responder à sociedade civil. E eu acho que nós devemos

responder à sociedade civil da mesma forma, isto é, em termos de mudança de mentalidade. Isso eu digo tomando apenas o Judiciário do qual faço parte. Hoje a gente percebe que o Judiciário está despertando para o momento político diferente, mas não está de todo inserido ao contexto político do País. Por exemplo, a Lei das pequenas causas foi aprovada em novembro de 1984 e, até o momento, nós não conseguimos implantar esses juizados em todo o País. No Estado de São Paulo, felizmente, começamos a tomar os primeiros passos. Temos o juizado informal de conciliação da Lapa e, semana passada, até como uma resposta a esse programa de estabilização monetária, o Tribunal de Justiça de São Paulo autorizou a criação do juizado informal de conciliação em mais três bairros, Penha, Santana, Santo Amaro, e também autorizou a organização do juizado em Campinas. Pois bem, mesmo que esse tipo de organização, o juizado de pequenas causas, não cumpra a função de fiscalização, tem pelo menos uma grande virtude de colocar o poder público, o Judiciário do País, ao alcance da população, uma justiça fácil. Eu tenho visto uma certa tônica, há reclamações procedentes e a gente percebe que o plano foi lançado no seu arcabouço genérico muito bem traçado, mas os conflitos sociais ocorrem na sociedade a cada interesse que se defronta. Então é necessário criar mecanismos de conciliação, mecanismos de solução dos conflitos que vão ocorrendo. Hoje, por exemplo, nós percebemos que há conflitos entre fornecedores e os supermercados. Eu tenho impressão de que o Governo deve criar mecanismos para dar soluções porque, se é verdade que a eficiência do programa econômico traz o impacto, também ao longo do tempo as soluções injustamente ocorridas na sociedade criam outro tipo que pode de alguma forma funcionar negativamente. Então é importante que o Judiciário, o Ministério Público, organismos cuja função institucional é exatamente a da solução de conflitos, participem desse plano, mas instituindo órgãos que possam arbitrar esses conflitos com extrema facilidade, daí nós teríamos a possibilidade de solucionar esses conflitos com critério de justiça que o povo aceite. Isso eu acho que é extremamente importante.

Ministro Moscardo de Souza:

Meus senhores, esta colocação do Desembargador Watanabe, de São Paulo, é uma das grandes contribuições que nós recebemos aqui neste Encontro, uma contribuição extraordinária, pois nos preocupava muito este problema de mediação entre Governo e sociedade, e temos este instrumento extraordinariamente hábil que é o juizado de pequenas causas. Nós temos aqui duas vertentes que nos interessam profundamente: esse juizado de pequenas causas e também a instituição do ouvidor-geral, que nós ouviremos oportunamente. Então temos essa contribuição do Poder Judiciário e de São Paulo, trazendo aqui esse mecanismo que está à disposição, para ser imitado e para ser imple-

mentado em todo o País, para atender esses problemas de relação de consumo. Pode ser um instrumento muito hábil.

Maria do Carmo Basilio:

Colaborando com o juizado de pequenas causas, exatamente nesse momento, entre 3 e 6 horas, no Brasil todo, do Acre ao Rio Grande do Sul, milhares e milhares de juizes de casamentos estão falando para a população na parte de manhã e na parte da tarde, durante as cerimônias de casamento. Então eu proponho, como propus na parte da manhã, que o Governo exatamente usasse todo esse juizado de paz que fala diariamente lá no interior do Acre, colaborando com o pensamento do Governo. Que aproveitasse o juizado de paz nesse programa.

Ministro Moscardo de Souza:

Muito obrigado, é uma contribuição a mais.

Sr. Narbal Almeida:

Meu nome é Narbal Almeida, eu sou apenas um convidado, um homem do povo. Vocês não se assustem porque eu escrevi para não ser prolixo. Todos conhecemos o papel das instituições financeiras na sociedade moderna. São co-autoras da produção econômica, na medida em que complementam os recursos financeiros dos agentes de produção. Nas medidas econômicas do Governo, não vi dispositivos disciplinando a remuneração, ou melhor dizendo, os juros, a serem por elas praticados. E noto com apreensão que esses juros estão sendo cobrados entre 1,8 e 3,5% ao mês, ou seja, de 21% a 42% ao ano, que seguramente serão computados nos custos dos bens produzidos. Imagino que, enquanto comprimidos pelo Governo, os preços dos bens de consumo, o custo de vida permanecerá estável, porém meio artificialmente, pois, assim que for praticado o livre mercado, a inflação deve renascer e provavelmente recrudescer, se não houver uma disciplina rígida quanto às cobranças de juros. Esse meu ponto-de-vista é em virtude de ter notado que nos países de economia estável, ou seja, com inflação zero ou pouco acima de zero, a taxa de juros mantém-se de 12% ao ano para baixo. Por isso, eu temo que as medidas do Governo, nas quais deposito todas as esperanças, pois do seu sucesso depende a garantia de uma qualidade de vida melhor para meus filhos e meus netos, venham a verificar um retrocesso da atual situação e a frustração geral. Eu, por exemplo, noto com ironia, há uma ironia muito grande em nós vivermos queixando dos emprestadores externos pelas taxas que eles nos cobram e, no entanto, internamente, praticarmos juros muito mais escorchantes.

Sr. Antônio Osvaldo Coutinho (Ministério da Saúde):

Eu me chamo Antônio Osvaldo Coutinho, sou do Ministério da Saúde, diretor da Dinal, Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos. Até mesmo atendendo à colocação de companheiros representantes do Rotary de Taguatinga, com relação à questão da qualidade, com a perda da qualidade dos produtos, a minha proposta é no sentido de integrar a todo esse processo de participação da sociedade numa ação conjunta com o Governo, a questão do controle da qualidade dos produtos e da qualidade dos pesos desses produtos, através de um processo participativo, com ampla participação dos órgãos de fiscalização sanitária dos Estados, dos Municípios e do Governo Federal.

Muito obrigado.

Sra. Tereza C. Amaral:

Sou Tereza Costa do Amaral, trabalho no Centro Nacional de Educação Especial, no Rio, órgão do Ministério da Educação, que traça normas e faz a política para a educação do deficiente em todos os níveis, mental, físico e sensorial. Nós temos trabalhando conosco um Comitê criado pelo Presidente José Sarney para pensar no problema da integração do deficiente à sociedade, em todos os aspectos da sociedade. Já temos em estudo a proposta de criação de um órgão interministerial que coordene a política com relação ao deficiente. Mas acho que chegaremos a um ponto, que é o ponto que me preocupou hoje na reunião. É de como será viabilizada essa coordenação nacional, como será viabilizado pelo Governo esse órgão. No mesmo sentido, eu me pergunto se a Subchefia de Assuntos Institucionais já tem, já pensou em como vai encaminhar, operacionalizar as reivindicações feitas aqui.

Ministro Moscardo de Souza:

Nós estamos recolhendo todos os posicionamentos, questões, reivindicações e críticas e nós vamos elaborar, refletir sobre essas críticas e encaminhar essas críticas dentro do aparelho administrativo. Algumas até nós vamos pedir daqui a pouco o concurso do nosso acadêmico para que, enriquecendo e tomando como base as sugestões e as observações aqui feitas, participemos de um questionamento e de uma reflexão comum sobre o que foi dito. Nós agora nos estamos aproximando do fim do «pinga-fogo». Com mais três debatedores nós vamos suspender o «pinga-fogo» e iniciar aqui uma espécie de mesa-redonda, com a participação dos senhores, que será uma reflexão sobre o que foi dito aqui pela manhã e também a busca de caminhos. Nós ainda não temos a solução, nós estamos ainda num processo de elaboração,

num processo de reflexão e digo que, sinceramente, temos aprendido muito. Os senhores têm-nos trazido uma contribuição extraordinária e realmente nós, este órgão do Governo mudou, ouvindo o que ouviu hoje. Nós já temos uma perspectiva diferente do que pode ser a contribuição da comunidade, do que pode ser a contribuição do povo brasileiro, efetivamente, sem nenhuma retórica, com este programa.

D. Yara Rocha Dias:

Eu sou Yara, sou economiária, o motivo maior é estar aqui para dar os parabéns ao Presidente da República e demais autoridades porque fizeram essa maravilha por nós, os brasileiros. Eu estou aplaudindo em todos os instantes e estou pronta a colaborar naquilo que, como brasileira, eu puder colaborar. E para não deixar de fazer uma sugestão, que, no momento, talvez não seja propícia, mas que fique para o futuro. O Governo tratou da moeda, não seria o caso de tratar também da produção agrícola, industrial, serviços, bens e produtos?

Muito obrigado.

Severino Bezerra da Silva:

Me chamo Severino Bezerra da Silva, sou Presidente da Associação de Moradores do Setor P-Sul, Ceilândia, DF, e como até agora eu não vi ninguém falando qualquer coisa sobre a Ceilândia, eu preciso falar. Nós somos líderes comunitários, representantes daquela comunidade, um contingente de 145 mil habitantes no setor P-Sul. Temos em Ceilândia 500 mil habitantes. E no setor P-Sul nós encontramos 145 mil habitantes, 13 mil residências, 5 mil inquilinos. Nós temos a terça parte da população de Ceilândia, dentro do setor P-Sul. Eu não sei o nome do cidadão que fez uma reportagem por esses dias, que a Ceilândia era a cidade mais carente, de gente mais ignorante, mais pobre, mais mendigos. Eu não acredito nessa história. Porque a Ceilândia é uma cidade de 500 mil habitantes, ela tem um desenvolvimento muito bom, por motivo de ter só 15 anos, ela é uma criança de 15 anos, ela tem um desenvolvimento muito grande dentro do Brasil, eu acredito. E está faltando alguma coisa dentro da Ceilândia, mas eu acredito que, de agora para diante, nessa Nova República, como o Presidente da República tem implantado esse projeto de melhoria do bem-estar da comunidade, que tem ajudado demais (nós estamos participando do programa do leite para a comunidade), outras coisas mais estão surgindo. Nós agradecemos muito intensamente ao Sr. Presidente da República, aos Srs. Ministros que planejaram esse assunto, e nós não deixamos de agradecer a todas as autoridades competentes do Distrito Federal e do Brasil. Mas nós precisamos de mais apoio dentro da Ceilândia, para que nós sintamos uma melhoria, um tempo

melhor na Ceilândia, de bem-estar da comunidade, porque na Ceilândia está faltando mais urbanização, uma reforma na rede educacional, reforma na rede de saúde. Quando se trata de Secretaria de Saúde, está muito fraca, a comunidade é muito grande, os hospitais são poucos, os postos de saúde são muito mal-organizados, os funcionários não trabalham competentemente como precisam, porque uns trabalham porque precisam, outros não trabalham porque não interessa. A maioria de funcionários das cidades-satélites não se interessa em trabalhar pela comunidade como precisam. Mas todo mundo é participante, todo cidadão brasileiro que trabalha, qualquer cidadão que foi empregado, deixou sua carteira e paga seus impostos. Ele tem o direito de reivindicar os seus direitos comunitários. Esse é um direito que assiste ao brasileiro. Em toda a face da terra. Nunca deixou de existir. O INPS não fornece o remédio que precisa, necessário para a comunidade, os postos de saúde, pela Ceme, não têm remédios competentes para a comunidade. A pessoa ganha um salário-mínimo, não tem condição sequer de comprar um vidro de remédio, quanto mais tomar uma receita. Isso é que precisa, eu acho que o Sr. Presidente da República, Srs. Ministros e Srs. Deputados, Srs. Senadores, precisam olhar mais a área econômica da comunidade de baixa renda das cidades-satélites. É porque nós temos um povo muito pobre, muito desempregado, e esse povo não tem condição de comprar o remédio. Esse remédio tem que ser dado pela Ceme, pelo INPS. É disso que nós precisamos. De urbanização, de serviço de transporte, porque o pobre não pode possuir um carro, não pode andar de carro próprio, ele tem que andar de transporte coletivo e transporte coletivo dentro de Brasília eu acredito que não é normalmente organizado, como em outras cidades do Brasil. Nós precisamos aqui dentro de Brasília de uma organização melhor, pela concessão do serviço de transporte coletivo, para o bem-estar da comunidade. Porque esses transportes são pouco organizados, porque uma linha só comanda toda área. Cada linha comanda uma área. E naquela área ela faz o que quer. Ela não dá cobertura totalmente para a comunidade. Então nós precisamos que as 4 empresas que existem dentro de Brasília rodando, possam rodar todas numa linha só, fazendo uma mistura, que todas elas participem da mesma linha, não só uma comandando uma linha própria, que os passageiros, os moradores, fiquem subordinados àquela empresa. Ele fica escravo da empresa. E nós não somos escravos da empresa. Nós somos os passageiros que pagamos o direito de rodar nas linhas. E todo mundo trabalhador precisa chegar na hora certa. Porque não tem hora certa. Para chegar num setor ou outro, precisa de duas ou três horas. Essas coisas são ação comunitária também. Tudo que se parte dentro do movimento de administração do Brasil e de nós, da população, é comunitário. É uma competência comunitária. Como esse assunto foi montado, nós agradecemos imensamente o Sr. Presidente da República, porque ele vai tomar essas provi-

dências e os Srs. Ministros também. Os que estão presentes e os que não estão. Mas também o Sr. Governador do Distrito Federal. Que nós possamos também, as associações de moradores, ter o seu terreno próprio, para trabalhar, para desenvolver algum curso, porque nós precisamos dar cursos para a comunidade, esses jovens que estão parados, pelas ruas, jogados. Para muitos deles, a Associação nada pode fazer porque não tem uma área, não tem uma ajuda. Nós precisamos de uma ajuda, de uma área própria para desenvolver cursos comunitários. Eu agora planejei vários cursos, mas não tenho condição de dar, porque não temos uma área competente para dar o curso para a comunidade. Então nós precisamos dessas coisas, eu queria que o Sr. veja essas coisas para ajudar-nos como lideranças comunitárias que trabalham dia e noite, domingo e dia santo, sem medir distâncias, sem ter salário. Ninguém tem salário por isso, ninguém ganha, não é interessado nesse salário. Nós somos apenas lideranças comunitárias, trabalhando pela comunidade, gratuitamente. Mas como eu estou vendo esse sistema brasileiro, sendo maravilhoso para todo o Brasil, não só em Brasília, precisamos que isso tenha uma vista, um olho mais aberto para que as associações participem mais dessas coisas que estou falando. Muito obrigado e desculpe pelas palavras.

Ministro Moscardo de Souza:

Eu sugeriria que agora falassem mais 2 ou 3 para nós reiniciarmos o «pinga-fogo» posteriormente. Ou que fossem muito breves, porque com breves comunicações nós poderíamos atender a todos que estão na fila. Que fossem breves. Nós temos agora 10 minutos...

Renildo Calheiros, Presidente da União Nacional dos Estudantes:

Não foi possível que a UNE estivesse presente na parte da manhã, mas faremos um esforço para darmos uma contribuição no debate agora à tarde. No nosso entender, o pacote econômico vem no sentido positivo, muito embora ele contenha algumas medidas que apresentam grandes limitações e outras que, inclusive, precisam ser modificadas ou precisam ser melhoradas. Mas entendemos que o sentido geral do pacote é positivo, na medida em que ele vem atender a determinadas reivindicações que são não apenas dos estudantes mas dos trabalhadores e largos segmentos da sociedade, como o controle e o congelamento dos preços, o fim da correção monetária, o seguro-desemprego, a escala móvel de salários, o combate à especulação financeira. Essas são medidas que a sociedade brasileira como um todo reivindica já desde algum tempo e que o pacote contempla. Nesse sentido achamos que é de grande importância. Entretanto, ele apresenta, no nosso entender, algumas limitações. Em momento algum ele faz referência à dívida externa, que o nosso País, acredito, não tem condições de continuar pa-

gando, porque isso é um dos pontos de sangria da nossa economia. E no nosso entender, inclusive, essa dívida externa não deve continuar sendo paga pelo povo brasileiro até que, de forma livre e soberana, a Nação se manifeste na próxima Assembléia Nacional Constituinte, já que essa dívida é bastante questionada. Um outro ponto que também consideramos importante e ao qual o pacote não faz referência é o da reforma agrária. Muito embora já exista a posição do Governo brasileiro, através do projeto que foi apresentado, de que a reforma agrária seja feita, o pacote não faz referência à necessidade da agilização da reforma agrária, o que, no nosso entender seria importante, na medida em que a reforma agrária liberaria as forças produtivas, o que serviria para crescer enormemente a nossa economia. Também achamos que existem outras partes do pacote que precisam ser modificadas. Uma delas o Governo inclusive nesse 2º decreto tenta modificar, mas no nosso entender não resolve. Essa proposta de que a escala móvel dos salários só é disparada na medida em que a inflação atinja 20%, ou como diz o decreto de ontem, de que no momento da data do dissídio coletivo ela seja corrigida, já com base em 60% da inflação, no nosso entender não resolve porque ainda considera que é possível que os trabalhadores tenham uma perda salarial na medida em que a inflação se for desenvolvendo. No nosso entender, um índice razoável para que o gatilho seja disparado é quando o índice de inflação atinja 5%. Isso se não for possível que o salário seja corrigido automaticamente sempre que se verifique inflação. E nós gostaríamos de destacar que nos estamos colocando ao lado dos trabalhadores, no sentido de que esses pontos do pacote que não garantem completamente os seus direitos sejam modificados. Por fim, gostaria só de fazer referência a uma parte do pacote que nos diz respeito mais diretamente, que é a que envolve as escolas particulares, as escolas privadas em nosso País. Só que antes eu gostaria de apresentar alguns dados para que a minha proposta não fique no vazio. Há muitos anos que a UNE vem denunciando que as escolas particulares no País, principalmente as grandes escolas, vêm tendo lucro com as atividades de ensino, o que é proibido pela própria legislação brasileira. A UNE tem apresenado dados, inclusive divulgados na imprensa, que até hoje não foram contestados pelas mantenedoras. E se elas acham que são mentiras esses dados que nós apresentamos, que contestem publicamente para que nós possamos averiguar esses dados que a UNE apresenta. Na Faculdade Campos Sales, no Estado de São Paulo, de acordo com levantamento que a UNE fez, o reajuste salarial dos professores de março de 80 a dezembro de 84, foi da ordem de 4.216%, enquanto que as mensalidades dos estudantes no mesmo período subiram 7.936%. Uma defasagem de quase 4.000% no mesmo período. Agora, considerando que nas escolas particulares, aproximadamente 97 ou 98% do orçamento são gastos com pagamento de pessoal, nós deixamos que as mantene-

doras nos expliquem onde entraram esses 4.000% de defasagem, já que elas sempre alegam que são necessários altos reajustes nas mensalidades dos estudantes para que possam pagar os salários dos professores, o que não é verdade. Além desse dado mostrar que não é verdade, nós também sabemos que, nos últimos anos, as nossas mensalidades foram reajustadas sempre com base em 100% do INPC e o reajuste salarial dos professores não chegava a este índice, era 60, 70 no máximo 80%. Por fim, a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica do Estado de São Paulo divulgou uma pesquisa, que foi coordenada por um professor de economia do departamento da USP, onde mostra o seguinte: que tomando 40 escolas particulares do Estado de São Paulo como amostragem, só no ano de 1981, essas escolas tiveram, em média, um lucro de seiscentos e quarenta por cento. Este dado foi publicado na pesquisa da FIP e a UNE também tem divulgado estes dados e, se não for verdade, que a Faculdade Campos Sales desminta. Enquanto ela não desmentir, o dado fica como verdadeiro. Nós queremos exatamente que ela desminta para que a gente consiga provar esta denúncia que estamos fazendo. Então, diante desses fatos que nós estamos apresentando, eu acho que o pacote prejudica bastante os estudantes na medida em que ele não vem com o objetivo de conter os lucros nas escolas particulares. Os donos das escolas, as mantenedoras têm dito que, se o reajuste das mensalidades dos estudantes não for muito alto, isso inviabiliza as escolas particulares. Nós dizemos exatamente o contrário: que, se o índice de aumento for alto, isso inviabiliza os estudantes, e agrava a evasão escolar. Os dados estatísticos do IBGE comprovam que, a cada semestre, milhares e milhares de estudantes saem das escolas particulares por não poderem pagar as mensalidades. E o Decreto de ontem, eu acho que ele nos prejudica em relação ao primeiro, porque o Decreto que saiu ontem determina que as mensalidades dos estudantes são convertidas de cruzeiro para cruzado em primeiro de março, negando portanto o conteúdo do primeiro Decreto, que determinava que as mensalidades deveriam ser pagas com base na tabela de conversão de cruzeiro para cruzado na data de vencimento de cada mensalidade. No nosso entender, o Decreto de ontem nos prejudica e favorece as mantenedoras. Isto nos deixa bastante apreensivos na medida em que nós sabemos que, durante o dia de ontem, a comissão da SEPLAN que está estudando o índice de aumento das escolas particulares se reunia com as mantenedoras e não consultou, durante esta semana, em momento algum a UNE. Nós estamos apreensivos porque sabemos que esta definição pode ocorrer ainda esta semana e nós não estamos sendo consultados.

Mascarenhas de Moraes, radialista convidado Rádio Nacional de Brasília:

Eu venho hipotecar a minha solidariedade a este Programa do Governo porque tenho, na Rádio Nacional, um programa onde sou

ouvido em todo território brasileiro e tenho recebido milhares de cartas, hipotecando também solidariedade ao Governo. Estou às ordens para divulgação.

Muito obrigado.

Creusa Maria Rodrigues Dias:

Boa tarde, eu vou pedir desculpa por usar a palavra novamente, mas eu não podia sair daqui sem dar o recado em relação aos pequenos comerciantes dos favelões de Brasília. Bom, é o seguinte: nós não podemos deixar de colaborar com o pequeno comerciante quando ele compra daquele comerciante grande e rico. O pequeno comerciante compra do comerciante grande e leva lá para o favelão. Chegando lá, fica difícil para que ele venda prá nós a preço congelado. Mas, mesmo assim, aquele pequeno comerciante está trabalhando honestamente em relação ao pacote do Governo. Na Ceilândia, nós somos tido como pobres, humildes, isso e aquilo outro, mas nenhum comerciante da Ceilândia foi apanhado em flagrante. Então, por isso, eu peço aqui ao Senhor Presidente da República que se, porventura, vier a pegar algum pequeno comerciante que cobre uma multa também pequena. Em relação a como nós recebemos as medidas econômicas do Governo, eu vou dizer: com muita expectativa de melhora, mas sem apoio por parte das autoridades de Brasília, porque nós estamos aqui debaixo do nariz do Presidente da República e não estamos tendo apoio para trabalharmos com o Governo.

Nós não temos um administrador competente. Que me desculpe todo mundo, em matéria de governador, também peço ao Senhor Presidente da República que bote um próximo aqui que se identifique com Brasília. Ele não precisa ser brasiliense, mas que tenha alguma coisa com Brasília, porque este governador atual está prejudicando demais. Outra coisa: eu queria pedir aos companheiros da mesa-redonda, da sala grande, que não deixassem levar o pacotão do Governo por política, porque isto atrapalha o trabalho do Presidente da República em relação a nós, porque nós estamos aqui não para promover político, mas sim para promover nosso estômago, que é esse que está doendo, tá? E eu queria pedir ao coordenador da mesa que arrumasse uma reunião pra mim com o senhor Ministro da Educação porque eu tenho problemas seríssimos a resolver com ele. Muito obrigada.

Doralice Menescau:

Boa-tarde. Meu nome é *Doralice Menescau*, sou da Ceilândia também e eu pergunto aqui como fazer para que a população semi-analfabeta participe desse programa de governo, sendo que, principalmente no que diz respeito à mulher, eu me reúno com mais de 100 mulheres e só a minoria sabe rabiscar o nome. Muito obrigada.

Maria Liberata Campos de Freitas:

Boa-tarde. Meu nome é Maria Liberata Campos de Freitas, sou do movimento de mulheres do Guará, da USP (União de Servidores Públicos do GDF). Eu vim aqui para parabenizar o Governo e demais autoridades competentes e, em particular, a Maria Conceição Tavares, que ajudou na elaboração do pacote econômico. Aquela mulher forte, mas que, na hora de falar com o povo, falou com o coração e com isto nós vimos a Maria chorando.

Bom, eu gostaria de falar o seguinte: eu só concordo, eu só confio no pacote porque este pacote, embora seja elaborado de cima para baixo, teve o apoio do povo e o povo está no Governo. Então, por isso, eu confio no pacote. Gostaria de falar que, nesses 21 anos escuros, 21 anos negros da nossa História, disseram muitas vezes que o Brasil é um País pobre e eu discordo plenamente, o Brasil é um País rico, graças a Deus, o Brasil não tem maremoto, o Brasil não tem terremoto, o Brasil não tem vulcão, o Brasil não tem furacão, infelizmente, nesses 21 anos, o Brasil teve uma desgraça muito grande que foi a corrupção e agora, somente agora, foi chamado o povo para governar junto com o Presidente e, por isso, eu confio no pacote e estou à disposição no Guará, no movimento de mulheres do Guará, para ajudar o Presidente e ajudar o nosso País. Muito obrigada.

Osvaldo Gomes:

Nobres autoridades, eu gostaria de ressaltar o meu nome, para quem foi encaminhado este telegrama: Osvaldo Gomes. Pertencemos ao Conselho da Ordem dos Advogados, Seção do Distrito Federal. Queria apresentar as minhas desculpas por não poder estar presente na parte da manhã aos debates sem dúvida profícuos e então assim, como uma pessoa qualquer do povo, falar, quem sabe, para aquele cidadão dos mais longínquos rincões da nossa pátria, aqueles aonde ainda os meios talvez de comunicação não tenham tido oportunidade de chegar. Agora, também como um cidadão assim preocupado com as coisas do nosso tempo, no limiar de um novo século e ainda sob uma Nova República, dizer que ela efetivamente se concretizará com atividades e atitudes exatamente como esta, deste primeiro Encontro, que promove de uma certa forma a reconciliação do Estado com a Nação. Aproveito, então, regojizando-me com este evento, para pedir que ele não sofra uma solução de continuidade e seja extensivo aos mais longínquos rincões da nossa pátria, nos estados, nos municípios. Muito obrigado.

Ministro Moscardo de Souza:

Com esta intervenção, nós finalizamos esta primeira parte, o chamado «pinga-fogo». E devo dizer que recolhemos muito mais do que

imaginávamos. Podemos dizer que aprendemos. Creio que temos matéria para muita reflexão, desde a cautela apresentada, no sentido de que não se deve tratar o Plano de Estabilização Econômica como uma panacéia. O Governo quer um diálogo autêntico, severo, rígido e sério com os senhores. Realmente, o Brasil é um país muito rico e rico pelas energias que demonstra agora de seu próprio povo. Isso é muito importante, pelas críticas também autênticas e pelas contribuições que nos trouxeram aqui. Agora mesmo falou o presidente da UNE, Renildo Calheiros, fazendo uma postulação e afirmações muito precisas e muito objetivas, que vão ser posteriormente consideradas. Eu agradeço a todos e agora nós prosseguimos numa segunda etapa. Essa segunda etapa é no sentido de tentar meditar, refletir sobre o que foi dito aqui hoje. Esta tarefa não será uma tarefa de burocratas nem do Governo. Para meditar sobre o que foi dito aqui, esta intermediação entre povo e governo, nós chamamos aqui expressões da inteligência nacional, expressões que não têm compromisso com a burocracia nem com a tecnocracia, têm compromisso com a verdade e com a lucidez. Temos expressões de alto nível acadêmico para comentar. Vamos aqui continuar a falar sobre esse momento único na História do Brasil e começamos esta pequena mesa-redonda pelo Dr. Ricardo Serran, do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

MESA-REDONDA

Dr. Ricardo Serran:

Meus amigos, antes de mais nada um esclarecimento: eu pertencço ao Instituto de Arquitetos do Brasil, mas eu aqui não tenho mandato para representá-lo. Vou falar em meu nome. Antes de mais nada, o meu entusiasmo pela coragem e a competência do Governo Sarney, ao decretar a recente reforma monetária e também o meu entusiasmo pela incrível reação favorável do povo brasileiro, que imediatamente percebeu o sentido maior da proposta, foi à rua como fiscal e agora aqui está contribuindo com o que eu chamo de sua sabedoria de vida, com o saber que o povo tem — que talvez não seja o saber oficial da intelectualidade, certo, mas o saber vivido. Isso nos reconforta e só confirma o que a gente de experiência tem. O que eu poderia, ao fim deste dia, contribuir para poder somar ao que eu escutei aqui era dizer alguma coisa nessa linha. Eu sinto que nós estamos em guerra, guerra essa que foi declarada pelo Presidente Sarney. Ele avisou muito claro que será uma longa guerra (o controle dos preços é uma das primeiras batalhas dessa guerra), uma guerra para construir a democracia brasileira, que é a única forma, o único caminho, para se chegar a uma sociedade mais justa que essa em que nós estamos vivendo. Bom, se isso é fato, temos que considerar dois pontos básicos: primeiro, que os quase 500 anos de História do Brasil configuram 5 séculos de autoritarismo com raros espasmos democratizantes. Toda a nossa História é autoritária, em alguns momentos nós respiramos cinco segundos de democracia. Portanto, na prática, nós desconhecemos nacionalmente o que eu chamaria de exercício da cidadania. Nós ouvimos falar, os que viajaram já viram, mas nós não temos esta experiência. Por outro lado, o Brasil neste final do século é um País predominantemente urbano, ou seja, 70% da população vivem em cidades e 30% em grandes cidades, em aglomerados metropolitanos. Ora, se o destino dessa guerra é a construção da democracia, nós temos que apostar de todo coração, de toda força, na sua implantação em cada pedaço deste território, ou pelo menos no pedaço urbano, no que nós chamaríamos de gestão democrática da cidade. Este seria o nosso grande desafio nestes próximos

anos. O projeto «inflação zero», essa reforma monetária, além de reabrir grandes esperanças nas mudanças, pela sua abrangência e profundidade, dá o primeiro passo inovador para implantação da cidadania do nosso País. Na medida em que o Presidente da República conclama que cada brasileiro seja seu fiscal, agora o povo está no poder, como vários testemunhos aqui apresentados. Bom, mas o que eu imagino é que nós não vamos ficar apenas no controle de preços. Nós temos que começar a pensar em outras coisas. Em termos de gestão democrática, alguns depoimentos já falaram nisso, é necessário que o povo organizado não só controle preço mas passe a controlar o serviço, a qualidade de serviço, serviço educacional, de saúde, qualquer tipo de serviço pelo qual ele paga imposto e quer uma qualidade mínima. Em síntese, é essa cidadania, é essa gestão democrática que nos vai dar, como povo, o direito de usufruir os benefícios do desenvolvimento nacional. Para tanto, parece-me que não só o Decreto como esta reunião e, principalmente, o papel da Subchefia de Assuntos Institucionais dão um passo importantíssimo para uma organização (com todas as ressalvas colocadas pelo companheiro Mário Madureira sobre o respeito a cada entidade, o respeito à autonomia de cada entidade), que possa ligar a base da sociedade ao próprio Governo. Eu tenho a impressão de que este é o trabalho que nós temos que fazer paralelamente ao controle de preços. É uma sugestão que nós poderíamos levar ao Governo de um lado, e a cada representante de cada unidade, seja na igreja, seja em partido político, seja em qualquer lugar, para que se vá colaborando com o Governo na montagem desta estrutura. Dentro de seis meses mais ou menos, com os preços controlados, nós poderíamos então começar a pensar na construção do que eu chamo da gestão democrática de cidades. Isso eu gostaria de apresentar como síntese e, agradecendo a oportunidade do convite dessa participação, mais uma vez parabeno o povo e o Governo por este Encontro.

Dr. Mateus Schnaider:

Obrigado. Eu sou presidente do Clube de Engenharia, uma entidade que congrega engenheiros em todo o Brasil há 105 anos, portanto bastante antiga e organizada. Eu gostaria de dizer inicialmente, como testemunho de nossa reação ao Decreto que foi baixado, que uma hora e meia depois da fala do Presidente Sarney, a nossa diretoria toda já saía de seus trabalhos em cada lugar onde estava e fazia um documento de apoio ao Presidente Sarney, pela coragem da iniciativa e pela pertinência das medidas tomadas. Já à tarde, organizamos e pedimos que em todo o Brasil se formassem células que entendessem melhor a natureza do que foi feito, porque é muito mais complexo do que pode parecer ao cidadão comum, e que, através dos 350.000 engenheiros do Brasil, pudessem agir como agentes, não fiscais, mas como agentes de divulgação e explicação do que realmente se propõe o

País a fazer nisto que eu chamo de uma revolução sócio-política, cultural e econômica, porque eu acho que o econômico foi o menor disso tudo. Eu quero também dizer da nossa alegria de estar aqui presente e atender prontamente ao convite. A primeira proposição seria de regionalizar este debate, oferecendo imediatamente o Clube de Engenharia, que tem sua sede no Rio de Janeiro, como fórum para o próximo debate, que seria levado à sociedade civil lá localizada, onde muitas lideranças nacionais ainda se encontram, por força mesmo de ter sido capital por tantos anos. Feito este intróito, eu gostaria de entrar em outro nível da discussão que talvez esteja um pouco adiantado à emoção e ao entusiasmo, ao regozijo que a Nação vive nestes momentos com o pacote e com o que está sendo feito nas ruas pelo povo, pela sociedade e por todos nós. Trata-se da questão do desenvolvimento, o que mais nos preocupa. Eu gostaria que todos vissem em nossas propostas e palavras não o sentido que ganhou a palavra criticar, nos últimos 20 ou mais anos no Brasil, mas no sentido de que crítica é forma de contribuir para melhorar aquilo que está sendo feito e só nesse sentido as minhas palavras deverão ser interpretadas e ouvidas. Ora, nos dois países em que se fez uma reforma semelhante, mas não igual porque a do Brasil é *sui generis*, aconteceu num, depois de 6 meses, e no outro, depois de 12 meses, uma recessão. Eu acho que a coisa mais odiosa que existe para o povo do Brasil, onde nascem 3 milhões de habitantes por ano e entram no mercado de trabalho um milhão e oitocentos mil pessoas, é a recessão. Em nossa opinião, talvez pior do que a inflação, que hoje foi transformada no bode expiatório de toda a preocupação nacional, de todos males nacionais, quando na verdade não é, é parte de uma série de males que se vieram formando ao longo dos anos e cuja responsabilidade é diluída. Segundo ponto: inflação nunca foi culpa de comerciante (eu não sou comerciante, eu sou engenheiro puro), inflação é culpa de muita gente, começando pelo Governo. O maior responsável por inflação num país é o governo ou os governos que se vieram formando e foram alimentando a inflação, gastando mais do que podiam, do que tinham ou do que arrecadavam, desperdiçando mais do que podiam. Provocando uma série de conseqüências que vão formando o preço final que estamos todos nós hoje fiscalizando para manter e congelar naquela posição. Vamos ver alguns condicionantes deste preço mais alto, porque aí vêm as nossas proposições como contribuição ao Governo. Primeiro, tributação muito alta no Brasil, apesar da inflação. Não tenho dúvida de que a tributação num país como o nosso está excessiva. O pacote ou o programa de estabilização aumentou violentamente os impostos, não porque queria, mas como forma conseqüente da própria natureza da inflação, que havia diminuído os impostos. Então, cada vez que a inflação diminuía os impostos, vinha o Governo e aumentava os impostos nominalmente para compensar. Só para que todos aqui, mesmo as pessoas que não estão acostumadas ao pensamento econômico, entendam o que eu estou

falando, dou o seguinte exemplo: produtos industrializados. O imposto dos produtos industrializados, que vale 8%, era pago três meses depois, 90 dias depois de devido ou recebido por uma indústria, ou seja corroído pela inflação em 45%, quando era recebido pelo Governo. Com a estabilidade, automaticamente estará recolhendo os 8% e não os 4 e meio equivalentes àquele dia do recolhimento. Mesma coisa com o ICM e com outros impostos, ou seja, não se falou que a carga tributária é um grande componente da inflação e do preço alto que nós vimos pagando. Proposta ao Ministro Funaro, já repassada ao Ministro Sayad, em debate que tivemos semana passada no Rio de Janeiro: vamos calcular hoje quanto vale este aumento tributário e diminuir o preço dos produtos que foram tabelados no valor igual ao aumento da arrecadação tributária conseqüente do plano que foi baixado através do Decreto do Presidente. Isto é uma forma de contribuir para baixar a inflação e de melhorar a produção e incentivá-la, obrigando a transferir isso ao público, porque esses preços são tabelados. É uma proposta que pode ser em suas variedades estudadas. Outro ponto ainda nesta consideração da formação dos preços e do cuidado que estamos tomando é que não se pode chegar e dizer que a inflação e tudo de mau que havia neste País foram os comerciantes que fizeram, porque não foi, é um equívoco. Em vez de encostá-los contra a parede, vamos incorporá-los à luta do Presidente Sarney. A questão dos juros bancários é uma das que mais afligem e já foi levantada aqui por alguém, que, com grande propriedade, afirmou e garantiu, com os dados corretos, que no Brasil foi permitido depois da reforma cobrar juros bancários. Para o giro bancário, que é aquele que o comerciante usa, de até 30%, e para empréstimos para venda de bens eletrodomésticos, carros etc. até 55% ao ano, quando em países com inflação zero ou próximo a zero, normalmente, a diferença entre o custo do dinheiro e o repasse do dinheiro é de 4 a 5%. É claro que, como o Ministro Sayad aqui afirmou, essas coisas são muito difíceis de serem sanadas de uma vez, mas não há dúvida de que a instituição de um tabelamento bancário progressivo que permita que os bancos se adaptem nos próximos 12 meses, com a incorporação de todos os tomadores, sejam eles os consumidores sejam eles os comerciantes, como fiscais do Presidente, para que se cumpra esta tabela, reduziria de novo os preços dos produtos que estão em cima das prateleiras e também permitiria o que mais nós ansiamos, engenheiros profissionais, que é a retomada firme do desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento do ano passado, brilhante, que trouxe a política do Ministro Funaro está ameaçado pela ocupação de todo parque ocioso nacional através deste movimento. É preciso investir mais e só se investe quando se tem confiança e só se tem confiança quando se vê uma medida como essa, corajosa, que permitiria aos bancos, aos conglomerados financeiros, adaptar-se em 12 meses à nova situação, mas que garantiria a todos aqueles que querem fazer investimentos que produzam, todos aqueles

que querem estocar para atender a uma demanda muito grande que vai haver no fim deste mês, quando o salário nominal de todos os brasileiros que trabalham e recebem salário vai aumentar. Teríamos outras sugestões a fazer, mas nós prometemos que não ultrapassaríamos cinco minutos. Ficam algumas delas e que, depois de passada a emoção inicial desta grande vitória, desta grande participação daquilo que eu chamo uma revolução que ocorreu no Brasil e está agora pronto para a arrancada, nós possamos fazer não só esta transição, mas possamos continuar por anos e anos com a prosperidade que agora se afigura. Obrigado.

Dr. Marcílio Marques Moreira:

Vou procurar ser o mais breve possível, inclusive porque já visualizo chegando o Ministro Dilson Funaro. Gostaria de dizer que, como todos os outros que aqui falaram, recebi com maior júbilo e confiança a decisão que o Governo tomou, exatamente num momento em que o País se estava enredando numa perplexidade, perplexidade esta causada pelo alargamento das áreas de incerteza. Perde o poder aquele que não tem controle sobre as áreas de incerteza e isso é que estava ocorrendo com o Governo, especialmente com relação à política econômica. De modo que a reforma monetária e financeira estava realmente madura, ela precisava vir porque nós estávamos ameaçados de ter o nosso tecido econômico-social e político esgarçado e estávamos ainda ameaçados de resvalar, inexoravelmente, para a mediocridade. Como disse agora o Mateus Schnaider, as nossas taxas de poupança estavam-se erodindo e caindo assustadoramente a menos da metade do que eram há 10 anos. A nossa taxa era em torno de 30%, nos meados da década de 70, tinha caído a 15% e ameaçava cair ainda mais, de modo que o programa do Governo realmente resgatou a esperança do povo e restaurou algo que é extremamente importante, que é a cidadania econômica. A cidadania econômica é realmente muito importante, como vimos aqui com toda a força nesta manhã e no começo desta tarde.

Ministro Moscardo de Souza:

Só vou solicitar ao Dr. Marcílio Marques Moreira que faça uma breve interrupção para que possamos receber o Sr. Ministro da Fazenda. Depois, prosseguiremos do ponto que ele interrompeu. Anunciamos, Senhoras e Senhores, a chegada de Sua Excelência o Ministro da Fazenda Dilson Funaro.

Dr. Marcílio Marques Moreira:

Eu estava observando aqui que o programa de reforma político-monetária do Governo tinha resultado em dois objetivos da maior im-

portância: o primeiro era o resgate da esperança e o segundo era a restauração da cidadania econômica, isto é, que cada brasileiro começou ou recomeçou a se considerar um agente econômico de todo direito. Então o consumidor, o trabalhador, todos os que participam, os contribuintes neste processo econômico passaram a não ser meros agentes passivos e começaram realmente, quer isoladamente, quer na família, quer através das associações que realmente dão vida a este tecido social, a ter um papel próprio muito importante. É fundamental que esta cidadania agora venha a ser exercida em plenitude e o que ouvimos aqui nos dá muito alento de que isto vá acontecer. Este programa precisa dar certo porque, como foi dito aqui, se isso não ocorresse, poderia gerar uma grande frustração que seria realmente dramática para o País. Mas não só isso. Este programa, mesmo que dê certo e vai dar certo, precisa ser e vai ser seguido de outros passos, porque ele não esgota a agenda nacional das grandes prioridades deste País, que são a continuidade do processo do crescimento econômico, uma melhor distribuição de renda e tantas outras. São objetivos da maior importância e que podem ser resumidos no desafio à modernidade. O nosso País está no momento colocado diante desse desafio enorme que o mundo inteiro coloca diante dele que é a modernidade. Ao mesmo tempo, ainda estamos convivendo com bolsões enormes de pobreza e temos a nossa identidade cultural a defender, preservar e enriquecer. Por isso, é muito importante que esse passo primeiro tenha pleno êxito e que ele seja seguido (e aí a cidadania econômica cada vez terá maior importância) por outros passos, por exemplo, para acabar com os enormes desperdícios com que a sociedade ainda convive, as enormes desigualdades, a necessidade de aumentarmos a produtividade, de poupar mais, de investir mais, olhar para o futuro. Isto é construir um País, primeiro que já está em vias de construir, que é um Brasil pós-autoritarismo, depois um País pós-recessão e finalmente agora um País pós-inflação, mas sobretudo construir um País novo, um País respaldado por esta cidadania econômica revivida, e aí eu lembraria um breve trecho daquele que foi o maior teórico desse associativismo, cuja manifestação nós vimos de uma maneira tão clara aqui, desde a D. Creusa até o Mário Madureira e por tantos outros representantes dos mais diversos segmentos e associações no Brasil. Dizia Tocqueville, ainda no início do século passado, que a democracia não assegura necessariamente ao povo o governo mais competente, mas ela faz o que o governo mais competente é muitas vezes incapaz de criar, isto é, a democracia permeia todo o corpo social de uma atividade inquieta, de uma força super-abundante (e quanto vimos isto aqui esta manhã!), de uma energia que nunca existe sem ela. Estes são os verdadeiros trunfos da democracia. Muito Obrigado.

Com a palavra *Dr. Manoel Camargo e Gomes* (Ouvidor-Geral de Curitiba):

Para não roubar o prazer dos senhores de ouvir o Ministro Dilson Funaro, eu serei o mais breve possível. Gostaria de dizer que, neste momento que resgata parcela significativa da cidadania brasileira, é necessário nós nos preocuparmos com a criação de meios institucionais mais eficientes para a garantia dos direitos individuais dos cidadãos brasileiros. Um dos meios seria o que criamos no Município de Curitiba, uma ouvidoria que tem como objetivo principal o seguinte: atuando na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões, ilegais ou injustos, cometidos pela Administração Pública Municipal, compete ao ouvidor receber e apurar a procedência das reclamações ou denúncias que lhe forem dirigidas e determinar, quando cabível, a instauração de sindicância, de inquéritos administrativos e de auditoria aos órgãos competentes; recomendar a anulação ou correção de atos contrários à lei ou às regras da boa administração, representando, quando necessário, aos órgãos superiores competentes; sugerir medidas de aprimoramento da organização e das atividades da administração pública, em proveito dos administrados. Em síntese, através da ouvidoria, pretende-se garantir aos munícipes a existência de um advogado que gestiona junto à Administração Pública os seus interesses e, de outra forma, oxigena esta última, trazendo para dentro dela os reclamos dos munícipes. Era isso que eu tinha para colocar. Muito obrigado.

Fernando Bastos D'Ávila (CNBB):

Eu acho que durante todo esse dia nós tivemos ocasião de ouvir depoimentos e explicações que mostraram toda a adesão da sociedade ao produto deste Decreto, que foi tão oportunamente lançado. Entretanto, tentando uma síntese de vários depoimentos, eu diria que este Decreto ou esta fase que se inicia na vida brasileira tem, além do produto direto que foi visado, 3 subprodutos, talvez mais importantes, aos quais já foram feitas alusões. O primeiro é o que eu chamaria subproduto cívico, o sentido de cidadania de que se sentiu investido o povo brasileiro, de sua responsabilidade cívica de participar do próprio poder. Nós tivemos aqui exemplos deste civismo que emociona e hoje empolga o Brasil. Nós tivemos hoje aqui exemplos extraordinariamente emocionantes de todos os setores sociais que foram convidados a participar deste Encontro. O segundo subproduto é o subproduto político, por este exercício cívico em um ano de eleições para uma constituição. Para a preparação de uma constituição, o povo se habilita por um processo de crítica, de discernimento, à escolha de constituintes dignos que deverão dar ao Brasil uma constituição que permita à nossa pátria consolidar esta etapa final de nossa experiência democrática amplamente participativa. O terceiro subproduto, a meu ver o mais importante, é o subproduto ético. Inicia-se agora um processo de moralização da nossa sociedade, de autocritica da própria sociedade, de educa-

ção cívica e ética de nossa sociedade. Com isto se inicia o momento no qual neste País é possível, afinal de contas, ser honesto sem precisar ser herói. Estão nestes subprodutos o passo seguinte. O primeiro passo, que foi dado no próprio Decreto, na reforma da estabilização monetária, abre o caminho para o passo seguinte, que é indispensável: criação de um grande consenso nacional para um programa de desenvolvimento social sustentado, de maneira a que o País, que atingiu altos níveis de modernidade, possa superar condições — desculpem se o termo possa parecer um tanto contundente — de uma assimetria social que deixa o Brasil numa posição de verdadeira indecência social. É preciso um grande consenso nacional. Não é o pacto social no sentido apenas de acordos importantes entre empresários e sindicatos e sindicalistas, mas o grande consenso de toda a Nação para que o Brasil seja um país digno, que possa provar ao mundo que é possível viver com dignidade, inspirado nos profundos valores que animam a consciência brasileira. Para isso, Senhor Coordenador, eu queria apenas enfatizar o que já foi dito. É extremamente importante — eu sei que a coordenação deste encontro está atenta a isto —, é fundamental que todos que vieram aqui e que fizerem aqui sugestões tenham a certeza de que estas sugestões não vão cair em vão, elas vão ser levadas em conta. E vão ser levadas em conta e devidamente encaminhadas para soluções realmente oportunas. Muito obrigado.

Dr. Hélio Jaguaribe:

Pedi-me o Coordenador desta primeira mesa-redonda que, com a brevidade que o momento requer, fizesse uma reflexão final sobre o que poderia induzir como sendo a expressão das preocupações dos participantes. Como todos os presentes, estamos aqui aflitos para ouvir a palavra deste homem que deu contribuição tão significativa para a reformulação da economia brasileira. Estou entre os que estão ansiosos para ouvi-lo. Eu diria, meus senhores, que desta manifestação de preocupações que nos ocupou durante todo este dia, resultam possivelmente três aspectos que eu consideraria particularmente salientes. O primeiro, o compacto, unânime apoio da opinião pública às medidas refletidas no decreto de estabilização, aprovado pelo Governo. Existe um consenso nacional de que a inflação era insuportável, que precisava ser corrigida e exigia medidas heróicas, medidas sérias. O Presidente da República teve o valor de enfrentá-las, sabendo que está jogando, na verdade, o seu mandato, porque o malogro dentro de um plano deste implicava a perda da condição de permanecer na Presidência da República. Todos que circundaram o Presidente estavam jogando os seus respectivos cargos e esta jogada foi compreendida pelo povo brasileiro e teve esta repercussão extraordinária. Provocar esta reversão de expectativas de cinquenta anos de inflação é uma coisa extraordinária e algo que não é apenas um milagre da psicologia, é algo

que está inserido numa realidade técnico-operativa apta a produzir resultados. Este, creio que é um consenso que torna possível realmente que este combate à inflação seja eficaz. Duas outras coisas me parecem marcar a preocupação dos participantes do nosso encontro: uma é a de que para que isto resulte eficaz é necessário um refinamento constante, uma ampliação nos mecanismos fiscalizatórios dos preços e, por outro lado, uma frustração que se manifestou, em muitas das comunicações que recebemos é de que este decreto que instituiu a estabilidade monetária, estabilidade financeira, deixou de fora aspectos extremamente graves, que dizem respeito à profunda iniquidade da sociedade brasileira. Eu terminaria as minhas reflexões, com esta brevidade que me proponho dar, com duas considerações: a primeira é a de que, sem dúvida nenhuma, a fiscalização que está sendo exercida pela cidadania está tornando possível a implementação da nova legislação e a sua vigência, mas não confundamos a indispensável necessidade da fiscalização do congelamento, sem a qual este congelamento não tinha vigorado, com a suposição de que o congelamento seja um ingrediente necessário e permanente da nova estabilidade. O congelamento é um ingrediente necessário da transição para a estabilidade. Aquilo que esta nova legislação vai criar é precisamente a desnecessidade futura de congelamentos, quando mecanismos da oferta e da procura estejam estabilizados no novo nível de custos, quando a perspectiva da inflação deixe de ser um ingrediente de toda a projeção para o futuro e o revés seja a expectativa da estabilidade que determine formas concorrenciais que vão acarretar reduções de preços pelos mecanismos que elas operam onde o capitalismo funciona de uma forma eficiente e não de uma forma fictícia. Instaurou-se em nosso País um sistema de mecanismos que torna possível, a posteriori, uma fase de transição que não poderá ser válida sem a fiscalização popular, o equilíbrio de preços. E, portanto, nós temos possibilidades de viver sem o congelamento permanente. A segunda reflexão que eu gostaria de introduzir é no sentido de que a validade, o êxito, a eficácia de uma reforma monetária, de uma reforma financeira, reside em sua neutralidade social, ou seja, independentemente da taxa de iniquidade que apresente a sociedade em relação à qual se está criando o novo mecanismo monetário dotado de credibilidade e estabilidade. É necessário que neste momento criativo do mecanismo, esta criação se faça irrespectivamente das condições dessa sociedade. Ele tem que ser um mecanismo neutro, a moeda é neutra. A moeda é boa para o ladrão e para o santo, é a mesma coisa. Agora, o que acontece é que a sociedade não se salva pela ação da moeda. Se não, as sociedades de moeda estável seriam sociedades perfeitas e isto está longe de acontecer. Aqui vivemos, como acaba de dizer o Padre Ávila, dentro de uma sociedade marcada por taxas absolutamente inaceitáveis de desigualdades sociais e desequilíbrios. Ainda nas informações que nos foram dadas, foi mencionado que as professoras primárias dão curso de tem-

po integral, pelo preço de 25 cruzados por mês, ou seja, essa sociedade não tem sentido. Mas, para que sejam possíveis políticas de reestruturação da sociedade, políticas visando a um prazo que terá que ser necessariamente mais longo, uma modificação do perfil econômico e social, é necessário que haja estabilidade. Esta estabilidade é a premissa, é a condição de possibilidade de uma premissa de reforma social. Agora pesa sobre o Governo Sarney a possibilidade, o encargo e a exigência de toda a sociedade brasileira de que, num passo adiante, enfrente corajosamente o problema social brasileiro. E para esse efeito estão sendo feitos os estudos, em várias instituições. O meu próprio instituto está trazendo uma modesta contribuição para essa problemática que será entregue ao Presidente da República no fim do mês e, entre tantos outros estudos, estão-se formando as condições de informação e de meditação de técnicas que permitirão, a partir de um prazo que suponho seja relativamente curto, uma nova iniciativa fundamental: a de modificar o perfil da sociedade brasileira, a de adotar condições de erradicação da miséria e da extrema pobreza. A de adotar condições em virtude das quais se incorporem as grandes massas a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação. Mas é evidente que esse tipo de medida não podia estar embutida na reforma monetária. E, por outro lado, sem a reforma monetária, essa reformulação da sociedade e do próprio perfil produtivo da sociedade brasileira não seria viável. Eu, pessoalmente, tenho grande convicção de que se criaram aquelas condições a partir das quais esta grande demanda de democracia social que marca o nosso tempo, no nosso País, poderá ser reimplimentada pelo Governo Sarney. Muito obrigado.

ENCERRAMENTO

Ministro da Fazenda Dilson Funaro:

Quando ouvia o Marcílio, o Professor Jaguaribe, o Padre D'Ávila, a impressão com que eu ficava é de que todos nós estávamos trabalhando (nós já trabalhamos juntos no passado, em palestras, conferências) nestes últimos 5 meses, onde, na realidade, e ao lado de um plano econômico, a grande preocupação não era apenas arrumar a economia brasileira, mas propiciar que se desse a oportunidade indispensável para que a população diminuísse esse abismo de injustiças, o qual durante tanto tempo se acabou firmando no nosso País. Muitas vezes, ao lado das discussões complexas, no fim de uma reunião entre os setores, verificando a parte econométrica do plano, verificando se realmente as relações poderiam ser superadas do lado econômico, nós nos baseávamos em premissas mais simples. Como vivia o povo, do que realmente necessitava o cidadão brasileiro, o que era importante nós planos sociais do Governo para que eles fossem implantados, qual era o tipo de estrutura política e econômica de que nós precisaríamos para podermos realmente mudar este País. E várias dessas premissas, que foram constantes durante toda a discussão desse plano, cada dia mais ficaram claras e foram entendidas pela população brasileira. E, certamente por isso, é o sucesso desse plano lançado pelo Presidente Sarney. É realmente um plano extremamente sério, no que se refere à transferência de rendas dentro da população. Trata todos os setores, no mínimo, com igualdade. Não há setor algum que tenha um privilégio, a não ser as classes menos favorecidas e os assalariados. Na realidade, há uma recomposição muito profunda dos sentimentos e das exigências de uma Nação que queria mudar. Ele representa muito mais que um plano econômico, mais do que uma reforma monetária, ele representa realmente terminarmos o alicerce para que a população brasileira possa construir uma grande Nação. É isso o que ele realmente representa. E em todos os momentos, estabelecendo inicialmente os primeiros passos para que esse plano pudesse ser implantado, já aí ficava demonstrado que este País poderia realmente mudar.

Distribuição de renda, através de uma reforma tributária, foi feita em novembro. Uma negociação externa que permitisse no fim uma profunda liberdade deste País na escolha dos seus caminhos. Modificações entre o relacionamento das contas do Tesouro Nacional para que pudéssemos efetivamente ter um controle absoluto sobre isso. E, nesse momento estou chegando do Ministério, onde acabei de dar posse ao Andrea Calabi na Secretaria do Tesouro, o que é mais um passo no sentido de que a sociedade controle, o Governo tenha o seu controle, o Congresso possa ter transparências das contas do Governo. E, finalmente, a implantação de uma reforma monetária que permitisse então realizar uma economia estável para que os planos sociais possam ser desenvolvidos através de um processo que permita cada vez mais dar chances a toda população brasileira, dar igualdade nas chances da população brasileira. Na verdade, Prof. Jaguaribe, o Sr. citou um ponto extremamente importante, todo o processo de congelamento é apenas de transição. É uma mudança de mentalidade para que pudéssemos, o mais rápido possível, caminhar através de uma economia de mercado. E isto está previsto em todos os regulamentos do Decreto-Lei, todos os parágrafos, que permitem, imediatamente após o período de transição, a economia voltar a funcionar, porque aí sim, a população brasileira começou a acreditar na sua moeda, sabe o valor dos preços, sabe realmente as trocas dentro da sociedade. Na realidade, eu tenho impressão de que nós conseguimos dar os primeiros passos. O primeiro passo importante, indispensável, extremamente corajoso do Sr. Presidente da República, para que este País pudesse retomar o seu caminho. Após este primeiro passo, nós temos todo um futuro para construir, e todos nós juntos. Eu felicito os que fizeram este Encontro, porque é um encontro com a sociedade, e é exatamente disso que nós precisamos, é todos juntos construirmos um grande País. Muito obrigado.

Ministro Moscardo de Souza:

Senhoras e senhores, chegamos assim ao final dos trabalhos deste 1º Encontro sobre o Governo e Sociedade na Nova República. Muito obrigado pela presença de todos.

SÍNTESE DO ENCONTRO

O I Encontro sobre Governo e Sociedade na Nova República, realizado em 12 de março de 1986, reuniu no Palácio do Planalto, em Brasília, cerca de duzentos participantes, entre líderes comunitários, representantes de associações profissionais e entidades de defesa do consumidor, membros da comunidade acadêmica e funcionários governamentais, no intuito de promover amplo diálogo, tendo como pano de fundo a recente mobilização da comunidade em torno do Programa de Estabilização Econômica.

No pronunciamento de abertura do I Encontro, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, observou que, «assim como a Nova República significou o compromisso de restauração da democracia representativa, a Nova Economia deve implicar a instauração da democracia participativa» e que hoje se pode afirmar, sem risco de erro, que já se começa a superar o divórcio entre o Estado e a sociedade e a separação entre o Governo e o cidadão.

O Ministro Marco Maciel ressaltou, ainda, que, ao criar a Subchefia para Assuntos Institucionais no Gabinete Civil da Presidência da República, estava convencido de que «os rumos que a Nação deseja exigem olhos para ver, ouvidos para ouvir e sensibilidade para detectar as manifestações da sociedade» — sendo consequência dessa realidade o I Encontro que então se instalava.

Na sua exposição, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad, depois de abordar a posição tanto dos trabalhadores quanto dos empresários diante da questão salarial, com relação ao Plano Cruzado, alertou para as dificuldades que «vão aparecer com muita clareza» e que só serão combatidas vitoriosamente com o apoio de todos ao grande esforço de reconstrução da economia brasileira, em marcha.

Por sua vez, o Ministro J. J. Moscardo de Souza, Subchefe para Assuntos Institucionais do Gabinete Civil, destacou que o I Encontro se inspirava na convicção do Presidente José Sarney de que «a melhor assessoria do Governo é a própria sociedade» e enfatizou o sentido de mesa-redonda do evento, com o auditório indagando, depondo, postu-

lando e reivindicando, para a implementação do Programa de Estabilização Econômica — implementação que, na verdade, depende fundamentalmente da interação Governo-Sociedade, Estado-Comunidade.

O Professor Padre Fernando Bastos D'Ávila, após rememorar os recentes passos da reconquista da democracia em nosso País, afirmou que, enquanto se processava a modernização da sociedade brasileira, por exemplo, no campo da Informática e das Comunicações, «cresceu de maneira espantosa a situação de pobreza, de indigência e de miséria» em nosso País e que, diante dos contrastes sociais, «não é possível, por muito tempo, esperar a consolidação da nossa promissora experiência democrática». Após assinalar que é preciso trabalhar rápido, em direção às mudanças que se fazem urgentes, o Padre D'Ávila conclui declarando — que a reflexão e intercâmbio de idéias entre Governo e sociedade ajudarão a Nação a enfrentar as dificuldades presentes e futuras, para consolidar a vivência democrática plena. Segundo ele, só pela realização dos grandes ideais de justiça social e de saneamento econômico poderá firmar-se a experiência de uma democracia de que amplamente participem todos os cidadãos.

Por sua vez, o Prof. Hélio Jaguaribe aludiu ao completo divórcio entre o Estado e a sociedade, nos últimos 20 anos, o Estado, então, cada vez mais cerrado sobre si próprio, dominado por uma tecnocracia insensível às demandas da coletividade desamparada, que não encontrava correspondência da parte dos mecanismos do Governo. Lembrou o expositor que, embora seja o Parlamento o «lugar da conversa que representa o povo», o Presidente José Sarney e o Ministro Marco Maciel estão ensinando a abertura de um canal novo de comunicação entre o Governo e a comunidade, — através da Subchefia para Assuntos Institucionais.

As sugestões e os pedidos de esclarecimentos, por escrito ou verbais, foram numerosos e estão, todos eles, documentados, revelando o grau de interesse e a amplitude da gama de temas levados ao debate e ao encaminhamento de soluções. Além das autoridades mencionadas, esteve presente, participando dos debates na sessão da manhã o Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração, Aluísio Alves.

Encerrando o Encontro, o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, assinalou que o Programa de Estabilização representava mais do que uma reforma monetária. Constituíu o primeiro passo «importante, indispensável, extremamente corajoso do Sr. Presidente da República», para a reconstrução do País, tarefa da qual participariam juntos Governo e sociedade, tal como se observou no decorrer da reunião.

O próprio Encontro, efetivamente, transcendeu o plano econômico que lhe serviu de tema e veio a evidenciar, de modo especial, a potencialidade e o papel construtivo da cidadania, em seu significado mais amplo de principal protagonista da nova fase político-social do País.

LISTA DE PARTICIPANTES DO 1º ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE*

Dr. Abenilio Aires Cirqueira — DNAEE-MME
Dra. Ada Pellegrini Grinover — CNDC-MJ
Ten.-Cel.-Av. Adalberto de Rezende Rocha — MAer
Adérito José Nogueira — Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
Dr. Adhemar Faria de Moura — Lions Clube de Brasília
Admir W. Caldas — Ass. dos Moradores do Guará
Dr. Afonso Celso Guimarães Lyrio
Dr. Afonso Gomes de Sousa — Sociedade São Vicente de Paula
Alberto da Silva Dias — Lions Clube de Goiânia
Dr. Alexandre Garcia — TV Manchete
Dr. Almir Silva Ramos — Secretaria Nacional de Abastecimento — MA
Dr. Álvaro Alberto de Araújo Sampaio — Ministério das Comunicações
Amélia da Annuniação dos Santos — MPAS/SSM-ST/CIPLAN
Jorn. André Gustavo Stumpf Alves de Souza — Jornal de Brasília
Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos — Min. da Cultura
Antonia Cilene de Lucena — Ass. de Moradores do Acampamento da CEB
Antônio Lins Guimarães — Construtora Guimarães Figueredo Ltda.
Antônio Osvaldo Nunes Coutinho — Div. Nac. de Alimentos M. Saúde
Antônio Pereira dos Anjos — Sociedade de S. Vicente de Paula
Dr. Aristides Gonçalves Leite — Secretário de Est. do Amazonas
Dr. Aristides Junqueira Alvarenga — Procuradoria Geral da República
Armando Teixeira — Assessoria Parlamentar do Gov. do Est. do Acre
Dr. Artur Eduardo Valente Aymoré — Coord. de Comunicação Social — MC
Dr. Aylé Salassié Filgueiras Quintão — Coord. de Comunicação Social — MIRAD
Dr. Carlos Rodrigo Ribeiro de Lessa — Ass. do Gab. do Ministro MPAS
Carmen Barreira Santiago — União dos Escoteiros do Brasil/DF
Dr. Cícero Adolpho da Silva — Chefe de Gab. do Ministro da Saúde
Cesar de Andrade Travassos — Repres. Comercial do Rotary Internac.
Cláudio da Cunha e Silva — Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
Creusa Maria Rodrigues Dias — Ass. dos Constituintes e Moradores da Nova QNL — Taguatinga-DF

(*) relacionados apenas os nomes dos participantes que preencheram as papeletas de identificação no curso do Encontro.

Delvo Ferreira Leite — Grande Loja Maçônica de Brasília
Dulciléia Fernandes do Couto Silva — Defesa do Consumidor — MJ
Dr. Edison Sauguellis
Edson Santos Pimentel — Ass. de Moradores do Acampamento da CEB-DF
Eduardo Calmon Costa
Egídio Serpa — Coord. de Com. Social do MT
Dr. Elézer Puglia — Representante do Escritório do Gov. SP
Elizeu Menezes de Oliveira — Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Errol Douglas Schukker — Centro de Int. Emp. Escola — CEFE
Eurico Jacinto — Ass. dos Moradores da Nova QNL — Taguatinga-DF
Fenando Craidy — CIBRAZÊM — MA
Dra. Flórida Mariana Acioli Rodrigues
Francisco Mirto Florêncio da Silva
Geraldo Eustáquio Pereira — Soc. São Vicente de Paula
Gilvandro I. Ribeiro Filho — Governo do Território do Amapá
Guido Mondim — Liga da Defesa Nac. dos Escoteiros do Brasil
Inacia Lopes Bernardo — Governo do Est. do Espírito Santo
Inah de Carvalho dos Anjos
Dr. Ivam Braz Peters — Governo do Est. do R. G. Norte
Jairo Perez de Vasconcellos — União dos Escoteiros do Brasil
João Alvear Fagundes — Pres. do Lions Clube — Brasília
João Antônio Prata — Governador do Rotary do Distrito 453
João Bosco Rennó Salomon — UnB
João Cláudio Todorov — UnB
João Gomes Gonçalves — CADE/MJ
Dep. João Herculino — CEUB
João Mascarenhas de Moraes
João Saldanha Fontencelle Filho — Governo do Estado do Piauí
Joaquim Alves Bastos Filho — CEFE-DF
Joaquim Mendonça — ABERT
Dr. José Adjuto Filho — Governo do Estado de Minas Gerais
Dr. José Colombo de Souza Filho
Reverendo José Ernanie Pinheiro — CNBB
José Gilberto Ribeiro Ratto — Lions Clube do Brasil
Dr. José Monserrat Filho — Ministério da Ciência e Tecnologia
Cap. Corveta José Vitor Juliano Galo — Ministério da Marinha
Joselito Carvalho Branco — SUCAM
Kasemiro Caetano Sgelbracikowski — Secretário da Receita Federal
Prof. Laélcio Diniz Guimarães — Ass. dos Moradores da UDF
Dr. Luiz Amaral — Cons. Nacional de Defesa do Consumidor
Dr. Luiz Antônio de Souza Cordeiro
Manoel Aldu Teixeira Hilgenberg — União dos Escoteiros do Brasil/DF
Dr. Marco Antônio Tavares Coelho — Coord. de Com. Social do MA
Dra. Maria Carmem Basilio — Ass. dos Juízes de Paz do DF
Dra. Maria da Glória Fonseca — Ass. dos Juízes de Paz do DF
Maria das Graças Andrade Leal — Com. de Defesa do Dir. Humanos do Gama-DF
Maria Nazaré Tavares Quintela — Rep. do Gov. do Est. do Esp. Santo
Maria de Oliveira Rocha — Ass. dos Moradores da Nova QNL — Taguatinga-DF

Marilena Lazzarini — PROCON-SP
Mário Miguel Nicola Garofolo
Marusa Vasconcelos Freire de Aragão — Com. de Defesa dos Dir. Hum.
Gama-DF
Mauro Baruque — Cons. Nacional do Consumidor-MJ
Narbal Almeida
Secretário Norton de Andrade Mello Rapesta — MRE
Norimar Burdon de Andrade — Rep. do Gov. do Est. do Paraná
Olympio Barbosa Filho — Rotary Club de Taguatinga
Orlando Mendes Gonçalves
Orlando Sampaio Silva — Ass. para Assuntos Indígenas-MG
Othon Pio de Abreu — Rotary Clube do Brasil
Paulo Camilo Vargas Penha — Secretário Executivo do PROCON/MG
Dr. Paulo Nogueira Neto — Secretário Especial p/Meio Ambiente — MDU-
MA
Pedrinho A. Guareschi — Setor de Pastoral Social CNBB — Brasília
Ten.-Cel. Pedro Geraldo de Siqueira — Gab. Ministro do Exército
Pedro Laurindo da Silva — ASAMA — Ação Social do Amazonas
Pedro Wilson Carrano Albuquerque — Gab. do Ministro do MIC
Petronilo Santa Cruz de Oliveira — SUDEPE/MA
Reinaldo José Pinto — PROCON-ES
Renildo Vasconcelos Galheiros — União Nac. dos Estudantes
Roberto Pereira
Ruy Coutinho do Nascimento — Assessor Parlamentar do MIC
Romeu Padilha de Figueiredo — EMBRATER
Ruy Fernando Ramos Leal — Centro de Integração Emp. Escola — CIF
Severino Bezerra da Silva — Ass. dos Moradores do Setor «P» Sul — Tag.-DF
Sidnei Ribeiro — Projeto Candango-DF
Sylvia Bastos Tigre — Chefe de Gab. do ME
Teresa Costa D'Amaral — Centro Nac. de Educação Especial
Vera Cristina Medeiros Azevedo — Governo do Est. do Esp. Santo
Vera França e Leite — Assessor Parlamentar Câmara dos Deputados
Vinicius Becker Costa — Ministério da Cultura
Yara Rocha Dias — Ministério da Justiça

CONVIDADOS ESPECIAIS

Pe. FERNANDO BASTOS D'ÁVILA — CNBB

Professor HÉLIO JAGUARIBE

Dr. HÉLIO SABÓIA — Inst. dos Advogados do Brasil/RJ

Dr. JOÃO RICARDO SERRAN — Inst. de Arquiteto do Brasil

Dr. MANOEL EDUARDO ALVES CAMARGO E GOMES —
Ouvidor-Geral de Curitiba

Professor MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

Dr. MÁRIO LUIZ MADUREIRA — Coord. Nacional dos Mutuá-
rios/RS

Dr. Eng.º MATEUS SCHNAIDER — Pres. do Clube de Engenharia
do Rio de Janeiro

Dr. MAURÍCIO CORREIA — Ordem dos Advogados do Brasil/DF

SUGESTÕES

1. NOME: *Valderez Cactano Paes de Almeida*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *PMDB Feminino do DF.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Qual a segurança que as autoridades dariam a alguns segmentos, por exemplo, os comerciários, que estão sendo pressionados pelos patrões para remarcarem preços.*
4. SUGESTÕES: *Determinado tipo de autoridade para entidades e órgãos de classe poderem fiscalizar. Exemplo: Poder de autuar o infrator.*

1. NOME: *Vera Santana*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação Donas-de-Casa de Brasília e do Distrito Federal*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *No caso de haver «boicote» por parte dos fornecedores de produtos tabelados, qual será o procedimento do Governo?*
4. SUGESTÕES: *Sugerimos ao Governo que as donas-de-casa que ao longo destes anos de crise e inflação, aguardaram estas medidas agora tomadas, que sejam o «termômetro» para decisões futuras. Sugerimos também os preços já fixados nos produtos já na própria indústria e que já venham nas embalagens.*

1. NOME: *Taís Lima*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação das Donas-de-Casa de Brasília*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Qual foi o critério na escolha das marcas dos produtos na listagem? Na falta de tais marcas no mercado, como proceder em relação a outras do mesmo produto e não relacionadas?*
4. SUGESTÕES: *O Governo deve estabelecer padrões de qualidade. Símbolos que serão fixados aos produtos, por seus fornecedores, eliminando assim a necessidade do relacionamento de marcas.*

1. NOME: *Othília Pompeu de Sousa Brasil*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *PMBD — Mulher*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *O aumento do condomínio-aluguel*
4. SUGESTÕES: *Distribuição equitativa de sacrifícios dos segmentos mais ricos da Sociedade. Vigilância na qualidade dos produtos além dos preços.*

1. NOME: *Kleiler Luiz Alves de Faria*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: «*Associação de Moradores da Candangolândia*» e «*Conselho de Proteção Civil do N. Bandeirante*»
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: Os «*Conselhos Comunitários de Proteção Civil*» são entidades ligadas à *Secretaria de Segurança Pública* e existentes nas diversas cidades-satélites (no caso do D.F.). São grupos de representantes comunitários recém-criados e, ao meu ver, pelo caráter que têm, encontram-se férteis para um trabalho de fiscalização dos preços e orientações à comunidade em relação às mudanças econômicas recém-efetivadas pelo Governo.

1. NOME: *José Edmar de Castro Cordeiro*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ass. de Moradores do Setor QND - Taguatinga - DF.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
 - 1.º) *Manutenção do Programa.*
 - 2.º) *Produtos não tabelados, e fundamentais às pequenas empresas, como dar segurança e garantia a esta pequena empresa.*
4. SUGESTÕES:
 - 1.º) *À MESA: Seja revertido em favor do fiscal comunitário 50% da multa aplicada ao comerciante.*
 - 2.º) *AO PLENÁRIO: As instituições poderiam fazer camisetas com logotipos de publicidade, constando também os dizeres: Sou fiscal do Presidente.*
 - 3.º) *Autonomia às entidades reconhecidas pela comunidade, autorização para atuarem à aplicação de multa que seria confirmada pela SUNAB.*

1. NOME: *Maria Luiza Fagundes*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *PMDB - Mulher*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Se temos autorização para fiscalizar depósitos e verificar se estão estocados os alimentos que faltam nos supermercados, para denunciá-los.*
4. SUGESTÕES: — *Que a punição seja aplicada aos responsáveis pela majoração dos preços e não mais a comerciantes ou funcionários subalternos. Para não se repetir a humilhação a que foi submetida a funcionária das Lojas Brasileiras de Manaus, que saiu presa, algemada, em lugar do gerente, que fugiu;*
— *Agilizar o recém-criado Procon, no DF.*

1. NOME: *Lúcia Pacifico*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Movimento das Donas-de-casa de MG e membro efetivo do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *Consolidação urgente o CND do Consumidor, órgão de assessoria do Presidente Sarney, que na reforma econômica tem um papel dos mais importantes para o êxito das medidas governamentais do pacote econômico.*

1. NOME: *João Antonio Prata — Av. Santos Dumont 245 — Uberaba — MG — 38.100 — 034.332.0551*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Rotary — Governador do Distrito 453*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Estoques regulares dos produtos agrícolas.*
4. SUGESTÕES: *Política agrícola com produção satisfatória e conseqüente estímulo do produtor.*

1. NOME: *João Mascarenhas de Moraes — SQS 408 — Bl. «N» — Apto. 202 — Fone: 244-5602 — CEP: 70.257*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Rádio Nacional Brasília — AM. — RADIOBRÁS*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *O rádio é ainda o maior veículo de comunicação. Sendo eu produtor e apresentador de programas voltado ao trabalhador rural, ao homem do interior, o chamado Povão do Rádio, levo numa linguagem simples a informação que me pedem. Coloco-me ao dispor dessa coordenadoria, para expressar aos meus ouvintes as informações que julgarem necessárias.*
Horário dos Programas:
03:30 às 07:00 horas de segunda a sábado.
19:00 às 02:00 horas aos domingos.
4. SUGESTÕES: *Receber sempre informações para passar ao ouvinte de rádio.*

1. NOME: *Eurico Jacinto — QNL 26 — Via LN30 — Casa 42*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Moradores da Nova QNL — ACM — Taguatinga — 72.150*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Salário de Aposentados.*
4. SUGESTÕES: *Continuidade de melhoria de custo de vida — Salário de Aposentados.*

1. NOME: *Elizeu Menezes de Oliveira — Presidente da Convenção do DF — Av. L2 Sul — Q. 611 — Mód. 77 — CEP: 70.200 — Fone: 243-8611 e 242-8856 — Cx. Postal 12.2586.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Igreja Evangélica Assembléia de Deus.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Desejo ser participante na distribuição de leite aos carentes, através de nosso serviço educacional filantrópico evangélico. Fones acima. Grato.*
4. SUGESTÕES:
1º) Que o preço ao consumidor seja determinado a partir do produtor (ou a fonte produtora).
2º) Que o Governo movesse uma campanha de estímulo junto aos comerciantes (como foi feita ao consumidor), no sentido de os levar a concorrer, baixando preços.

1. NOME: *Eduardo Calmon Costa*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Grupo Shell e Escritório de Brasília — SCS — Ed. Camargo Corrêa — 5.º andar — BsB — DF — CEP: 70.302*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *O congelamento de preços é passageiro, mas a idéia de mobilização popular para tarefas específicas teve um êxito inquestionável e importante para obtenção do respaldo popular para certas ações do Governo. Aproveitando-se então a idéia bem-sucedida do «mutirão dos preços», poderia-se também convocar o povo para outras tarefas específicas, no futuro, tais como:
1.º) Fiscalização e controle de qualidade e eficiência dos serviços públicos;
2.º) Monitoramento e controle dos danos causados ao meio-ambiente (flora, fauna, ar e água) por indivíduos e organizações.*

1. NOME: *Elézer Puglia — SQN 206 — Bl. «J» — Apto. 102 — CEP: 70.844*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Escritório do Governo do Estado de São Paulo — EGESP*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Desejo continuar recebendo todas as informações que houver sobre o programa de estabilização.*
4. SUGESTÕES:

1. NOME: *Guido Mondin — HIGS 703 — Bl. «E» — Casa 79 — CEP: 70.331 — Bsb — DF.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Liga da Defesa Nacional e União dos Escoteiros do Brasil*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Quais os planos do Estado na preservação da moral social como base de comportamento em toda ação do homem?*
4. SUGESTÕES: *Desencadeamento de uma campanha permanente precedida de diretrizes discutidas em encontros especiais.*

1. NOME: *Edson Santos Pimentel — Rua A 202 — CEP: 71.000*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação de Moradores do Acampamento da CEB — SIA — Brasília — DF. Tel.: 233-3569.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *A moradia, terá investimento na nova economia.*
4. SUGESTÕES: *O Governo terá que investir na comunidade carente, fazendo com que o lavrador volte ao campo.*

1. NOME: *Gilvandro Itamaia Ribeiro Filho* — SAS — Ed. Bandeirantes — 1º andar — CEP: 70.300 — SCS Ed. Bandeirante — 1º andar — Fones: 224-4470, 224-4425 e 224-6759
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Governo do Território Federal do Amapá*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *O mercado imobiliário, após o pacote econômico, triplicou os preços dos aluguéis. Sugiro que o Governo controle também os preços dos aluguéis.*

1. NOME: *Nilcilea Fernandes do Couto Silva* — Telefones: 273-3693 — Trab.: 226-8015 — Min. da Justiça — Esplanada dos Ministérios — CEP: 70.064
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Patrulha Feminina do PMDB — Mulher (Ministério da Justiça — Defesa do Consumidor)*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Sim. Até onde vai a nossa autoridade dentro da patrulha feminina o PMDB — Mulher.*
4. SUGESTÕES: *Porque a lei desemprego em vez de ficar para o Governo, não fica para as próprias empresas. Só assim as empresas e firmas pequenas e grandes poderão respeitar os seus auxiliares;*
1º) Montar cursos para as defesas dos consumidores particulares;
2º) Orientar pessoas para o interior principalmente nos estados de Goiás;
3º) Desejaria fazer um aperfeiçoamento melhor sobre o assunto do pacote para orientar as pessoas no interior de Goiás, principalmente nas cidades de: Sta. Teresinha do Goiás, Crixás, Novo Crixás, Itapaci e Rubiataba, que são gente de que estão sofrendo muito com os espertos, neste pacote naquelas cidades;
5º) Tabela os produtos agrícolas com urgência.

1. NOME: *Flórida Mariana Acioli Rodrigues* — Rua Sto. Afonso, 110 — GRS 605-606 — Tijuca — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20.511.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA:
1º) Centro Nacional Bertha Lutz de Assistência, Educação e Promoção da Mulher e da Família.
2º) ALFA — Ação Liberal Feminina
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Materiais de apoio para ação junto a grupos comunitários, no enfoque de uma nova mentalidade governo-sociedade.*
4. SUGESTÕES:

1. NOME: *Cesar de Andrade Travassos* — Cx. Postal 40/0096 — Taguatinga — 72.000 — Bsb — DF.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Governador 1984/85 — D. 453 de Rotary International. Membro do Comitê de Relações Públicas de Rotary International 1986-1987 — Representante Comercial*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Preços congelados nas indústrias s/ lista fevereiro/1986;*
Preços congelados nos magazines (Produtos que estavam em promoção s/ listas de janeiro a fevereiro. Como fica? Retira-se a mercadoria de linha?
4. SUGESTÕES: *Autorizar majoração p/ lista congelada em fevereiro.*

1. NOME: *Creusa Maria Rodrigues Dias*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Constituintes e Moradores da Nova QNL — Taguatinga Norte — QNL 26 — Conj. D — Casa 24 — CEP: 72.150*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Articular as medidas econômicas do Governo nos setores mais carentes.*
4. SUGESTÕES: *Divulgação com panfletos propagandas nas Reuniões da Associação.*

1. NOME: *Aylé Salassio Filgueiras Quintão — Tel.: 214-7128 e 214-7139*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — Coord. de Com. Social — SBN — Edif. Palácio do Desenvolvimento — 18º andar — 70.040*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Como a Reforma Agrária da Nova República é algo que implica numa transformação estrutural e que tem vínculos estreitos com a proposta econômica.*
4. SUGESTÕES: *Sugiro que se faça um encontro semelhante nessa área. A RA é uma bandeira, no conjunto das transformações propostas que deve ser levada à frente com seriedade e popularidade suficientes, e para isso há necessidade de um engajamento geral, a partir da Presidência da República. Acho que nem o Governo nem a sociedade pode perder a oportunidade de aprofundar numa transformação como esta que vai atingir e mudar estruturas medievais e injustas na sociedade brasileira.*

1. NOME: *Amélia da Anunciação dos Santos*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *PMDB — Mulher. MPAS/SSM-ST/CIPLAN — Esplanada dos Ministérios. 70.065*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *A situação do servidor público federal (venc., sal., aposent., etc.) — Reposicionamento — Transformação dos CLTs em Estatutários — Após 2 anos com concursos.*
4. SUGESTÕES: *A fixação das Tabelas de Preços, fornecida pela SUNAB, em todos os setores — Indústrias, comércio e serviços de terceiros em geral, para conferência, no ato, da aquisição prestada ou realizada.*

1. NOME: *Armando Teixeira*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Representação e Assessoria Parlamentar do Gov. Est. Acre. (068) 224-1513 — (R. BRANCO — AC)*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Representação do Estado do Acre — 225-5924*
4. SUGESTÕES: *Considerando-se que a partir do tabelamento a nível regional (AC, AM, PA, RO, MT) e cujos preços de fretes são diferenciados, há uma tendência natural na falta desses produtos, pela redução da margem de lucro; Considerando-se que o estoque normalmente da COBAL não é suficiente para atender a atual demanda e que a mesma tende a crescer a curto e médio prazo sugerimos a elevação da capacidade da rede COBAL, principalmente em Rio Branco.*

1. NOME: *Aristides Junqueira Alvarenga*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Procuradoria-Geral da República — Ministério Público Federal — Av. L2 Sul — Q. 603 — Lote 23 — 70.000*
 3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
 4. SUGESTÕES: *Reativação imediata do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, órgão de assessoria do Presidente da República, que tem, em sua composição, expressiva participação popular.*
-
1. NOME: *Antonio Pereira dos Anjos — SHIN — Ql. 3 — Conj. 2 — Casa 8 (Lago Norte) — 577.2579 — 71.500*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Sociedade de São Vicente de Paula em Brasília — DF.*
 3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Centenas de crianças das cidades próximas de Brasília e das próprias cidades-satélites afluem diariamente a esta cidade onde, em convivência com toda a espécie de promiscuidade preparam-se para um futuro muito perigoso para o país. — Qual a preocupação dos órgãos responsáveis?*

PAPELETA DE IDENTIFICAÇÃO

1. NOME: *Antônio Osvaldo Nunes Coutinho*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Divisão Nacional de Alimentos — DINAL, Ministério da Saúde — Esplanada dos Ministérios — 70.058*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *Faz-se necessário juntamente com o controle de preços desencadear de forma participativa o controle da qualidade e do peso dos produtos.*

1. NOME: *Antonia Cilene de Lucena — Rua A 202 — 71.000*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação de Moradores do Acampamento da CEB — SIA Brasília-DF. — Fone: 233.3569*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *O abastecimento de produtos alimentícios. Como o governo fará para presionar os atravessadores.*
4. SUGESTÕES: *O Governo tem que comprar o produto do produtor para repassar ao consumidor.*

1. NOME: *Admir W. Caldas*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Assoc. Moradores QE-38 e Pró-Moradia dos Inquilinos do Guará-DF. — QE-38 Conj. D Casa 9 — Guará II — Tel.: 552.0286 — 71.000*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Os programas habitacionais populares.*
4. SUGESTÕES: *Participação ativa da comunidade nos sistema de mutirão.*

1. NOME: *Adhemar Faria de Moura — Endereço: QSA 2 nº 08 — Tel.: 561-0155 — Taguatinga-DF. — 72.015*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Lions Clube de Brasília-Taguatinga*

3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:

4. SUGESTÕES: 1. O controle dos preços, ao consumidor, cessado o seu congelamento, poderia ser praticado estabelecendo-se uma margem de lucro justo para o produtor e comerciante, facilmente controlável pelos órgãos governamentais já existentes.

2. Estimular a transferência de indústrias para o interior, o que traria, de imediato, os benefícios seguintes, entre outros: 1 — aliviaria os grandes centros, da pressão de implantação de infra-estrutura cara (esgoto, abastecimento de água, escolas, assistência médica, abastecimento, transporte, etc.); 2 — evitaria as grandes concentrações demográficas (perdas da individualidade, marginalização, etc.); 3 — Torna-se-iam estas indústrias em pólos de desenvolvimento regional, possibilitando a implantação de numerosas outras, satélites (ex.: frigorífico: indústrias de artefatos de couro, sabão, ração etc.); 4 — ficaria o homem no seu habitat natural, proporcionando-lhe, com muito menor gasto, assistência médica, educação, moradia econômica e bem mais confortável que as favelas, etc.) evitando, portanto, sua migração desastrosa para os grandes centros.

3. Modificar a política educacional, proporcionando educação primária a todas as crianças em sistema de semi-internato; ensino universitário pago, reservando-se bolsas de estudo para alunos carentes.

4. Modificar o sistema carcerário, conferindo penitenciários, agroindustriais, transformando-os em entidades auto-suficientes.

5. Reforma agrária aliada à implantação de um sistema cooperativista, evitando-se o «atravessador».

1. NOME: José Adjuto Filho — SCS Edifício JK 9º andar — Fones: 223-0861 e 223-0784 — 70.306.

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Representação do Governo de Minas Gerais em Brasília (Diretor).

3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: Condições e órgãos controladores de preços nos municípios do interior, particularmente nas pequenas cidades.

4. SUGESTÕES: Criação de Comissão Especial e não apenas delegação de poderes, para tanto, apenas a algumas autoridades locais, tais como foi anunciada: Promotor, Delegado, etc. Todos os segmentos da sociedade estariam nela representados com a direção do Juiz de Direito, do Promotor de Justiça, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal.

1. NOME: Kasemiro Cactano Szelbracikowski

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Coordenação do Sistema de Fiscalização da Secr. da Rec. Federal. Ministério da Fazenda — Anexo do M. Fazenda Ala A — 2º andar, sala 201 — 70.058.

3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:

4. SUGESTÕES: O governo deve aproveitar a oportunidade para simultaneamente, procurar a desburocratização e a desestatização e enfrentar o déficit público e diminuir a dívida pública interna, imprescindíveis ao êxito do programa.

1. NOME: *José Monserrat Filho*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério da Ciência e Tecnologia — SAS — Quadra 05 — Lote 06 — Bloco H — 9º andar — 70.070.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *Estímulo do Governo no sentido da formação de um organismo social (não oficial) permanente em cada Bairro e Distrito do País, com ampla e variada representação local, em defesa do Programa de Estabilização.*

1. NOME: *Laélcio Diniz Guimarães*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Docentes da Universidade do Distrito Federal — QI 5 — Conj. 5 — Casa 10 — Lago Sul — Fones: 226-4021, 226-4067, 248-4065 e 248-5582.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Qual será a metodologia de cálculo do IPC, tendo em vista que os produtos que compõem o índice estão congelados.*
4. SUGESTÕES: *A metodologia deveria ser publicado, como forma de estabelecer um clo de confiança da sociedade para os índices publicados, inclusive o índice «zero» esperado para o mês de março.*

1. NOME: *Dra. Maria Carmem Basilio*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ass. Juizes de Paz do DF.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Quais as providências tomadas para, pelo menos minimizar o grave problema de Falsificação de Certidões de Casamento para recebimento PIS-PASEP, prejuízo erário da ordem de mais de 500 bilhões.*
4. SUGESTÕES: *Programa de Valorização, Orientação da Família, como base moral, espiritual, cultural e econômica da Nação, usando a força alternadamente inercial, dos juizes de Paz em todo Brasil, que falam diariamente à população, penetram nas casas. Esta classe precisa ser melhor aproveitada pelo Governo.*
Há inúmeras sugestões a dar nesse campo, criando-se até Conciliatório junto às Famílias, como espécie de Medicina Preventiva evitando, com isso, os longos e demorados processos da Vara de Família. Maria Carmem de S. Basilio — SQS 307 «B» apto. 307. Brasília-DF (70.354) — Tel.: (061) 243-8393.

1. NOME: *Luiz Amaral*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Secretário Executivo do Conselho Nacional Defesa Consumidor — CNDC/MJ. Ed. Sede Min. da Justiça — Esplanada dos Ministérios — 70.064 — Brasília-DF.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *Consolidação do CNDC/Gestões junto Governos Estaduais para criação Sistemas Defesa Consumidor/Agilização anteprojetos de leis elaborados pelo CNDC (Gab. Civil/PR). O CNDC é único órgão federal no setor que tem ampla participação da sociedade civil, ministros e não tem sido usado.*

1. NOME: *Maria de Oliveira Rocha* — QNL 26 — Via LN31 — Casa 11 — Taguatinga Norte — 70.150
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Moradores da Nova QNL de Taguatinga.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Preços nos pequenos mercados, como: na QNL. Sobre: materiais escolares.*
4. SUGESTÕES: *Materiais mais baratos para os estudantes pobres.*

1. NOME: *Maria da Glória Fonseca* — 242-0082.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Vice-Presidente da Ass. dos Juizes de Paz do Distrito Federal — SQS 109 — Bloco E — 320.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Reforma do Judiciário. Quanto o papel do Juizado de Paz, junto à família:*
4. SUGESTÕES: *Porque não convocar o Juizado de Paz em todos os Estados, para vigilantes do Programa de Estabilização Econômica. Reforma dos Cartórios.*

1. NOME: *Mauro Baruque* — Rua Padre Antônio, 333 — Curitiba-PR — 80.000
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *CODEC Governo do Paraná e Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Por que o Ministério da Justiça ainda não reativou o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor em virtude da importância do Conselho neste momento da vida nacional?*
4. SUGESTÕES: *Pedimos a reativação imediata do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, cumprindo inclusive a determinação do Exmo. Sr. Presidente José Sarney no Artigo 37 do Decreto n.º 2.283.*

1. NOME: *Marilena Lazzarini*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor — PROCON — Gov. São Paulo — Rua Bandeira Paulista 808 — SP — 01.530.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *Imediata reativação e fortalecimento do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.*

1. NOME: *Yara Rocha Dias*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério da Justiça. SAA/DP — Ed. Anexo II/MJ 4.º andar — Esplanada dos Ministérios — 70.064.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Sim. Art. 21. Salários, vencimentos, soldos, pensões e etc...*
4. SUGESTÕES: *A fixação do congelamento de todos os preços nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986. Data marcante em todo país. Telefone Casa: 233-7841. Trabalho: 226-8013 R. 291 ou 207.*

1. NOME: *Marusa Vasconcelos Freire de Aragão — SQS 312 Bl. F — apto. 504 — Tel.: 242-6709 — 70.364*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Gama-DF.*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE:
4. SUGESTÕES: *5 minutos de horário de televisão e rádio, para esclarecimento da opinião pública por 1 mês. Liberação de Func. Públicos, Economistas, Advogados, etc. por 2 horas por semana fiquem à disposição das organizações comunitárias para esclarecimentos e orientações.*

1. NOME: *Pedro Laurindo da Silva*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *ASAMA — Ação Social do Amazonas. End. Núcleo 11, Rua 124 s/n.º — Cidade Nova II — 69.000 — Manaus-AM. — Fone: 245-1336 e 245-1173 (DDD 092).*
3. DESEJA ESCLARECIMENTO SOBRE: *Sim em relação à constituinte.*
4. SUGESTÕES: *Que se realizem novos encontros como esses.*

Povo e governo debatem a economia no Planalto

Brasília - Com uma lata de salsichas na mão, reclamando do preço tabelado em Cr\$ 7 90, a lavadeira e manicure Cleusa Maria Rodrigues, 32 anos, presidente da Associação de Moradores de Taguatinga Norte, um dos bairros mais pobres dessa cidade-satélite, emocionou, ontem, os participantes do I Encontro Governo-Sociedade, realizado no Palácio do Planalto.

- Vivo com dificuldades para alimentar meus três filhos e meu amásio, que está doente e sem emprego - disse, acrescentando que apoia as medidas econômicas do presidente Sarney mas não entendia por que aquela lata de salsichas que custava Cr\$ 3,40, antes do tabelamento, teve seu preço aumentado. Ela pediu, "pelo amor de Deus" que o governo instalasse nas áreas mais carentes do Distrito Federal, postos para explicar à população as mudanças do cruzeiro para cruzados.

O chefe do Gabinete Civil da Presidência, ministro Marco Maciel, ao abrir o encontro, no auditório do Palácio do Planalto, afirmou que a nova economia brasileira deve implicar a "instauração da democracia participativa. Hoje podemos dizer, sem risco de erro, que já se começa a superar o divórcio entre o estado e a sociedade, e a separação entre governo e o cidadão".

O ministro do Planejamento, João Sayad, disse que as etapas mais difíceis do novo programa econômico ainda virão, depois de passado o período de "aplausos, de aclamação e de apoio". "Nós precisamos aprender a conviver com uma economia sem inflação. E uma economia, como a brasileira, quando começa a viver sem inflação, coloca à mostra uma porção de problemas que antes a inflação escondia. São os orçamentos do setor público, que eram mascarados com uma hipótese irrisória de inflação. Este conforto à inflação não nos dará mais", afirmou.

Terminada a parte oficial do encontro, o subchefe de Assuntos Institucionais, Jerônimo Moscardo franqueou o microfone para os participantes, em uma espécie de pinga-fogo, no qual cada um dispunha de três minutos. O presidente da Emater, Romeu Padilha, propôs um novo tipo de fiscalização pelo povo: o controle do atendimento dos serviços públicos. "Nesse momento em que o Brasil ingressa em uma nova fase de sua vida, o povo deve fiscalizar os serviços públicos que são pagos pelos seus impostos", afirmou.

Ele falou de seu temor da fiscalização de preços nas cidades do interior, principalmente as do Nordeste, onde, segundo ele, os comerciantes integram a estrutura do poder. "O cidadão dar voz de prisão a um comerciante

está assinando seu atestado de óbito. Por isto, é necessária a criação de organismos para substituir a Sunab e a própria Polícia nas áreas onde não existem essas organizações", propôs Padilha.

Para superar essa deficiência, o presidente da Associação de Moradores do Setor QN-1 de Taguatinga, José Edmar de Castro Corda, propôs que os "fiscais do presidente" recebessem 50% da multa de Cr\$ 27 mil, aplicada ao comerciante infrator. Embora vaiado pelo auditório, ele insistiu em que esta seria a única maneira para evitar o "esmorecimento" da fiscalização.

As críticas mais veementes ao programa de inflação zero do governo partiram do representante dos mutuários do Rio Grande do Sul, Mário Madureira, e do presidente da UNE, Renildo Calheiros. Madureira denunciou a estrutura autoritária do BNH que, segundo ele, influíu na segunda versão do decreto suprimindo o dispositivo sobre congelamento das prestações. "O decreto não trata da equivalência salarial e nem dos aumentos ilegais das prestações ocorridos nos anos de 1983, 1984 e 1985", disse. Logo após saber das críticas, o ministro João Sayad convidou Madureira a seu gabinete e explicou-lhe as mudanças na prestação da casa própria.

Enquanto o presidente da UNE criticava o critério adotado para o pagamento das mensalidades escolares, o ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e atual presidente da Associação de Escoteiros, Guido Mondim, cobrava uma ação governamental sobre a moralidade pública. "O Brasil precisa defender a família, a propriedade privada, e a moralidade. Sem isto, tudo não passará de um castelo de areia".

Antes do encerramento do I Encontro Governo-Sociedade, pelo ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, o professor Helio Jaguaribe defendeu para uma segunda etapa, uma ampla reforma social do país, afirmando que a reforma monetária criou as condições ideais para essa nova fase. O ministro da Fazenda concordou com sua tese, dizendo que "a grande preocupação do governo foi a de diminuir o abismo existente entre as classes sociais de nossa sociedade".

Depois do encerramento, a manicure Cleusa Rodrigues dirigiu-se rapidamente ao microfone e, aos gritos, pediu que todos cantassem o Hino Nacional. Voltada para o auditório, ela disse, chorando: "Gente, chegou a nossa vez. Não vamos deixar escapar de nossas mãos essa oportunidade de falar ao governo. Viva o presidente Sarney, viva o ministro Funaro". O Hino Nacional foi cantado pelos presentes.

Governo e sociedade

Das mais oportunas a iniciativa do Gabinete Civil da Presidência da República, convocando para uma reunião informal no Palácio do Planalto, representantes de todos os níveis de ministérios, autarquias, sociedades de economia mista, entidades de classe, organismos de defesa do consumidor, clubes de serviço e lideranças comunitárias, entre outras personalidades atuantes, com o objetivo de realizar o I Encontro sobre Governo e Sociedade na Nova República.

As circunstâncias atuais, marcadas por intensa mobilização popular, com a participação de todos os segmentos sociais na vigília cívica de fiscalizar o congelamento de preços, serviram de base para identificar ainda mais governantes e governados, mediante o estreitamento nas relações entre ambos e com a expressão finalizada de consolidar os mecanismos operados pela reforma econômica.

Ao agradecer a presença concentrada de quantos acolheram ao convite para falar, ouvir e sentir sobre os deveres e responsabilidades que a todos aproximam nessa empreitada de renovação, o ministro Marco Maciel ressaltou a reversão de expectativa havida em toda a sociedade. "Assim como a Nova República significou o compromisso de restauração da

democracia representativa, a Nova Economia deve implicar a instauração da democracia participativa". E para significar a dimensão do que ocorre no Brasil acentuou que "se refletirmos sobre o profundo significado dessas mudanças que estão ocorrendo no Brasil de hoje, vamos chegar à evidente conclusão de que, no âmago de todos os desafios que vivemos, está a questão insuperável do restabelecimento do primado da igualdade humana, na luta pela sobrevivência condigna. O que estamos fazendo, na verdade, é dando relevante passo para construir uma sociedade mais justa, uma economia mais forte e um regime mais democrático. E essas, não tenho dúvidas, são as grandes e permanentes aspirações nacionais".

Sugestões de utilidade imediata e pondo em evidência a riqueza inesgotável da vivência comunitária, a exemplo de uma delas, muito aplaudida, pondo em destaque a necessidade de dar qualificação aos agentes fiscais da política de preços que no interior, pelas naturais articulações do poder político com o poder econômico, geram bloqueio suficiente para coagir toda e qualquer ação fiscal do cidadão comum. Outra indicação levou à mesa a sugestão de instituir-se um centro de informação para onde todos aqueles que

tenham ciência da formação de estoques ou da sonegação de mercadorias possam encaminhar uma denúncia formal.

Dezenas de indicações se sucederam ao longo das quase três horas em que duraram os trabalhos, com início pela manhã e prosseguimento à tarde. Um interesse inusitado, uma intensa compulsão para participar, um desejo entusiástico de oferecer uma contribuição válida para aperfeiçoar os meios e os fins postos a serviço do poder público no interesse de manter ativos os canais de vigilância nas relações de troca. Pela movimentação registrada no auditório do Palácio do Planalto, pode-se inferir com exatidão quanto às marés de civismo que hoje empolgam o País em todos os seus espaços geográficos.

O Governo busca articular-se com a sociedade e o Estado procura aproximar-se do cidadão. "Exatamente — como disse o ministro Marco Maciel — para que os direitos do cidadão não sejam confrontados pelo Estado e nem os desejos da sociedade violentados pelo Governo".

A Presidência da República conquista assim, naturalmente, espaços sociais e políticos até então abertos, ao mobilizar um público qualificado para esse I Encontro sobre Governo e Sociedade na Nova República.

Para Sayad, maiores dificuldades ainda estão à frente

Da Sucursal de Brasília

"As etapas mais difíceis ainda estão por vir", advertiu, ontem, o ministro do Planejamento, João Sayad, 40, ao se referir à implantação do plano de estabilização da economia recém-lançado pelo governo, na sessão de abertura do "1º Encontro Governo-Sociedade", promovido pelo Gabinete Civil da Presidência e Ministério do Planejamento, em Brasília. Segundo Sayad, as dificuldades "vão aparecer com grande clareza" e é preciso estar atentos contra

aquelles que gritarem que "o rei está nu".

Sayad declarou que, embora o congelamento seja "um engessamento da economia", e represente um obstáculo de curto prazo à iniciativa privada, tratou-se de medida indispensável para um programa de inflação zero. O ministro disse ainda que as medidas de 28 de fevereiro representam uma verdadeira revolução cultural, na medida em que o país, que nos últimos cinquenta anos tem convivido com altas taxas de inflação, terá que mudar de mentalidade.

A reorganização do sistema de preços da economia, conforme disse Sayad, é uma tarefa não apenas do governo e dos agentes econômicos, mas de toda a sociedade, cuja cooperação é indispensável "em todas as etapas do programa". Ele disse que a aclamação popular às medidas mostrou que a sociedade estava ansioso por uma ação do governo no sentido de combater a inflação.

Agora, Sayad acha que é preciso substituir o calor emocional e enfrentar as dificuldades naturais decorrentes da implementação de um

programa dessa natureza. Para ele, os trabalhadores não devem reivindicar reajustes salariais de 100% por semestre, nem os empresários conceder aumentos exagerados, que não poderão ser repassados.

O ministro recusou-se a estimar um prazo para a suspensão do congelamento, dizendo que tudo dependerá do comportamento da inflação nos próximos meses. Sayad salientou, contudo, que o objetivo do programa é o desenvolvimento econômico e que isso só poderá ser alcançado com a economia atuando livre de constrangimentos.



Maciel reúne representantes de diversos setores da sociedade para discutir o pacote

Estado está mais próximo da sociedade

Quando se o novo Estado e Sociedade Civil insinuam em seu primeiro encontro formal. Um momento estabelecido a "linha de chegada" que o governo federal impôs desde a manifestação de apoio para a sua reforma moderna. E muito mais que as "moedas de troca" pedidas de redistribuição de renda e fim da miséria. Apelo pelo fortalecimento da família e pela restauração da moral e dos bons costumes.

É Ernesto Guimarães, presidente do Instituto de Defesa da Família, foi o primeiro a falar. Ele falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Falei de amor. O Estado e Sociedade Civil insinuam em seu primeiro encontro formal. Um momento estabelecido a "linha de chegada" que o governo federal impôs desde a manifestação de apoio para a sua reforma moderna. E muito mais que as "moedas de troca" pedidas de redistribuição de renda e fim da miséria. Apelo pelo fortalecimento da família e pela restauração da moral e dos bons costumes.

Os pontos de representação da sociedade foram a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Jaguaribe faz alerta contra totalitarismo

Lúcia Toribio

A democracia participativa que preside da representação política por meio de sistemas pluripartidários de governo levou à obra do sociólogo Helio Jaguaribe, que participou ativamente da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Jaguaribe também participou da criação do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IEPS), criado pela sociedade civil para estudar a sociedade civil e a democracia.

P. — A reforma política, ou melhor, a reforma da sociedade civil, é a organização da sociedade civil para a participação política.

R. — É claro. A reforma política é a organização da sociedade civil para a participação política.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

serem atendidos dentro de cinco anos e responder sobre a sociedade, por meio de seu perfil.

P. — Uma espécie de PND social?

R. — É isso. Um PND social de longo prazo.

P. — Este plano vai ser desenvolvido pelo PND social?

R. — Não. Não vamos fazer estudos agora. Vamos fazer estudos agora. Vamos fazer estudos agora.

P. — O senhor reconhece que a ideia de que depois da reforma a sociedade civil vai ser a responsável pela promoção da democracia?

R. — Não. Não vamos fazer estudos agora. Vamos fazer estudos agora. Vamos fazer estudos agora.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Maciel convoca a Nação para o debate

O presidente da República, Collor, convocou a Nação para o debate da reforma política. Ele também convocou a Nação para o debate da reforma política.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

O exemplo que o povo brasileiro de neste momento em que o Maciel se encontra mobilizado em favor de uma mudança. Significativa, pois é a primeira vez que o presidente da República se mobiliza em favor de uma mudança.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

Um ponto de vista, como a família e a moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade. Ele também falou sobre a importância da família e da moralidade.

André Gustavo

A Revolução Cultural

O ministro João Sayad, do Planejamento, disse ontem em seu breve discurso de improviso frente a uma platéia de convidados do ministro Marco Maciel, no Palácio do Planalto, que o Brasil está vivendo uma revolução cultural como consequência da adoção do programa de reforma econômica. O Ministro está preocupado com o sucesso do projeto de inflação zero, mas a imagem da revolução cultural era a própria reunião, um inédito encontro de pessoas originárias de diversos pontos do País pertencentes a categorias profissionais absolutamente diferenciadas. O encontro em si foi a melhor imagem dos novos tempos, ou da revolução cultural a que se refere o ministro do Planejamento — pois aquelas 250 pessoas estavam no centro do Governo discutindo as ações do próprio Governo.

O ministro Marco Maciel abriu o encontro com um discurso simples, anunciando que o Governo Federal sabe que a Nova República trouxe uma nova política. A reforma monetária uma nova economia e em breve a Constituinte vai criar um novo quadro institucional. Ou seja, as mudanças reclamadas pela sociedade começam a pipocar com velocidade e numa profundidade que obriga o ministro do Planejamento a falar em revolução cultural. Foi um curioso desfilar de tendências e preocupações no microfone de sugestões colocado à disposição do auditorio: houve quem reclamasse maior fiscalização de preços, quem tenha proposto distribuição de camisas com dizeres contra a inflação e sugestões efetivas para controlar os preços. A mobilização nacional, segundo a amostragem das pessoas que estavam naquela sala, é um fato concreto.

O ministro do Planejamento afirmou que os momentos mais difíceis da implantação do programa ainda estão por chegar. A fase da euforia está perto do final e barreiras efetivas começam a se colocar entre a proposta e seu objetivo final. Não há qualquer dúvida de que o Governo Federal e os Estados estão às voltas com um grave problema de abastecimento. Ontem, os fornecedores de carne e os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e da Agricultura, Iris Rezende, anunciaram um acordo para normalizar o abastecimento. Isso é, no entanto, apenas uma intenção — porque a realidade dos últimos dias tem sido a das prateleiras vazias dos supermercados. Existe uma resistência, por parte dos empresários, contra o congelamento de preços, que significa também congelamento de lucros — sem a existência da válvula de escape do mercado financeiro. O open market, outrora tão generoso, agora paga algo em torno de 0,5% ao mês de rendimento efetivo.

Mas no processo de revolução cultural, o Governo, como uma en-

tidade organizada, vai ser levado a dar alguns passos para frente. A mobilização que sustentou o congelamento de preços até agora tem respaldo na credibilidade que o programa encontrou junto à população. As correções de rumo necessárias vão interferir neste processo de mobilização e o Governo será levado a revestir a sua retórica com outros argumentos e com um conjunto de idéias organizado. Em outras palavras, será difícil manter a mobilização popular somente em torno do combate à inflação, sem dar uma palavra de esperança de renovação política e de uma gestão moderna da máquina administrativa do País. Tudo isso hoje está em jogo e não só o processo de contenção da espiral de preços.

A idéia de revolução cultural, que o ministro Sayad utilizou com felicidade, talvez vá além do conceito inicial, para se transformar numa luminosa realidade. Afinal de contas, o País que teve coragem de atacar de frente a especulação financeira e os realimentadores da inflação, poderá recorrer a essa mesma coragem para enfrentar a questão agrária, os desníveis sociais, regionais e a pobreza absoluta. Por coincidência, na reunião de ontem o padre Fernando Bastos d'Ávila e o professor Hélio Pellegrino fizeram manifestações públicas nesta direção. Um e outro, por sua cultura e especialização, constituem uma espécie de vanguarda da sociedade e estão na posição de anunciar para onde caminha o debate nacional.

Pacote econômico

Muito ainda se vai escrever sobre os caminhos sobre os quais o choque heterodoxo foi sendo elaborado pelo Governo Federal. Mas surge agora uma revelação, de um ministro de Estado, muito curiosa. Esse Ministro — cujo nome não vai aqui citado por razões de sua conveniência — conversou com Dilson Funaro, da Fazenda, quinze dias antes da decretação do pacote. E o ministro da Fazenda, raciocinando em termos da antiga economia, estava feliz porque previa um índice de inflação em torno de 14% no mês de fevereiro e igual índice para março.

As idéias de modificação da economia, ainda pertenciam a um território especulativo e, segundo o depoimento deste Ministro, sujeito a críticas e dúvidas. A mesma versão me foi contada por um destacado membro do PMDB, que teve acesso à discussão sobre o pacote. Até quinze dias antes, o Governo pensava em modificar a economia, se fosse o caso, numa data a ser fixada ao redor do mês de maio. O último prazo era o mês de junho. Informações qualificadas dizem que o elevado índice de inflação do mês de fevereiro e perspectiva de ainda mais inflação em março, aliada à rebeldia do PMDB anteciparam a decisão do presidente José Sarney.

Governo convida para um debate

A reforma econômica será debatida hoje, a partir das 9h30, pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e do Gabinete Civil, com liderança de trabalhadores, empresários e de associações comunitárias. Ontem, o secretário-geral do Ministério da Fa-

zenda, João Batista de Abreu, disse que o governo poderá até tabelar os preços no atacado, se a medida for necessária. Mas, do encontro com o ministro do Planejamento, João Sayad, empresários saíram ontem seguros de que a incorporação au-

No Planalto, um debate com as lideranças

Jaguaripe e de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O pacote econômico vai ser debatido hoje, a partir das 9h30, no Planalto, pelos ministros da Fazenda, Dilsen Fúaro, do Planejamento, João Sayad, do Gabinete Civil, Marco Maciel, e lideranças de trabalhadores, empresários e comunidades. Até ontem, eram dadas como certas as pressões do empresário Antônio Ernirio de Moraes, do cientista político Hélio

governo. Já João Sayad, que presidirá os trabalhos, fará uma ampla exposição sobre o pacote.

VOTAÇÃO

O presidente José Sarney concordou com a tese do presidente do Congresso, senador José Fraguelli (PMDB-RS), segundo a qual o decreto-lei do pacote econômico deveria ter votação imediata. Foi o próprio Fraguelli quem abordou o assunto com Sarney. "A matéria, pela sua importância, não poderia aguardar todo o tempo constitu-

cional", afirmou Fraguelli. "Também penso assim", disse Sarney (segundo Fraguelli).

Forém, o líder do PMDB e do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, não pensa desta maneira. Ele acha que não há necessidade de "tanta pressa, pois os efeitos do pacote são imediatos". Para ele, votação urgente deveria ter o projeto em elaboração pelo ministro da Justiça, Paulo Brocardo, tornando inafiançáveis os crimes contra a economia popular.

Revolução cultural e democracia participativa

Luiz Orlando Carneiro

O velho professor de Economia Política, na Faculdade, costumava dizer que há duas leis que não podem ser revogadas: a da gravidade e a da oferta e da procura. Há

15 dias, o Brasil — numa decisão tomada pelo presidente do presidente Sarney, com o apoio máximo da nação — revogou, por decreto, a lei da oferta e da procura.

O ministro João Sayad diz, entretanto, no I Encontro Governamental, promovido pelo Gabinete Civil e pela Sepil, que ocorreu uma "revolução cultural" na economia, além de um simples "engessamento" (o congelamento de preços e salários). O ministro Marco Maciel, na mesma oportunidade, enfatizou o aspecto político da cruzada deflagrada pelo Executivo, ao afirmar que "assim como a Nova República significou o compromisso de restauração da democracia representativa, a nova economia deve implicar a instauração da democracia participativa".

A "revolução cultural" de que fala Sayad e a "democracia participativa" a que se refere o ministro Maciel são expressões cunhadas para conceituar a reação em massa da população, que cerrou fileiras em

torno do Governo, passando a fiscalizar os preços, a denunciar e a tentar prender comerciantes desonestos, gerentes desprevidos, e até mesmo inocentes. O consumidor adentrou prontamente à cruzada antinflação, chegando a deixar em segundo plano a questão salarial, corrigida e aperfeiçoada — para usar os verbos oficiais — pelo Decreto-Lei 2.284.

Na verdade, o Governo não esperava que a "cultura" nacional absorvesse tão depressa, ainda que intuitivamente, a mágica de se fazer, em um dia, o velho e decrépito cruzado, privado de três zeros, tornar-se moeda forte com o nome de cruzado. Nem podia supor que estava em vias de tentar instaurar uma "democracia participativa". O subchefe do Gabinete Civil para assuntos institucionais, Jerônimo Moscardo, foi honesto o bastante para dizer que sua recém-criada subchefia tinha como meta adequar a agenda da nação à agenda do Executivo, começando por um ramoreio com os diversos segmentos da chamada sociedade civil, para depois chegar a um novo e, finalmente, a um casamento de "vô e grinalda". "O que houve" — conectou com humor — "foi um casamento na poltrona".

Embora otimistas, as cabeças pensantes mais frias do Governo estão conscientes de que — depois de duas semanas de euforia e ovacões, e de apagar incêndios localizados, na base do extintor — chegou a hora de canalizar, ordenadamente, as energias desperdiçadas do povo, no difícil processo de adaptar uma economia de mercado ao choque econômico resultante da "revolução", por algum tempo, da lei da oferta e da procura.

A CUT, como já se observou, mudou de tática, e está em hibernação, esperando a oportunidade de se aproveitar do "pacote" na linha de luta de classes, jogando consumidores contra comerciantes e industriais, e apostando na inviabilidade do futuro congelamento, isto é, a volta da economia de mercado, quando a população — como disse André Lara Resende — "ouber com exatidão quanto custa uma geléia ou um quilo de manteiga".

Há aí um meio-termo, não muito fácil de ser atingido. Se todos estão de acordo quanto ao perigo de se fazer de cada brasileiro um "fiscal do povo" (no sentido fascista, ou comunista, da expressão), há quem discorda, por exemplo, do anteprojeto de lei tornando inadmissíveis os crimes contra a economia popular. A pena penitenciária não só não resolve o problema, mas também afeta sua credibilidade e sua cabeça. Por outro lado, não vai reverter seus valores normais se for obrigada a conviver, num xadrez, com exequias e marginais da pior espécie. Afinal, os valores das faixas podem ser maiores (ou não podem?).

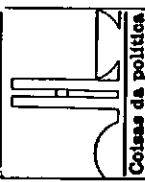
O presidente Sarney está no auge de seu prestígio e de seu poder. E quem tem poder é quem tem controle sobre as áreas de incerteza — como se diz em ciência política. Há pouco mais de 15 dias, o presidente via alargar-se as áreas de incerteza, e o Governo perdendo o controle da situação e do próprio PMDB. A situação inverteu-se; mais ainda é cedo para comemorar. Só em maio ou junho, segundo análises

do Governo, será possível afetar o sucesso da reforma econômica. Fora o setor sindical (imprevisível), as outras duas áreas mais complicadas — cambial e déficit público — são consideradas áreas "well control". O câmbio, no momento, é realista, segundo um especialista, por três motivos básicos: em novembro, o câmbio foi igualado ao IPCA, e este capitou o choque agrícola, o que na prática representou uma minidesevalorização de 10%; a queda do dólar em relação às moedas mais fortes, com exceção do dólar canadense; e, evidentemente, o congelamento dos preços e a anulação dos aumentos salariais.

Se a administração do congelamento (ou do "engessamento" da economia) é tarefa árdua, considere-se que mais delicada ainda será a administração da descompressão, do "desengessamento". A profundidade da "revolução cultural" de que fala o ministro Sayad e o sucesso da "democracia participativa" a que se refere o ministro Marco Maciel são fundamentais para que tudo dê certo.

Como sabem os apreciadores de vinho, é desastroso estourar uma garrafa de champagne, sobretudo inferior, à temperatura ambiente tropical. É preciso ter paciência para comemorar o descongelamento com uma garrafa de um bom champagne — digamos, um Dom Pérignon — aberta à temperatura ideal de cinco graus — o mesmo número correspondente à taxa de inflação anual que os mais otimistas prevêem para o Brasil da nova economia.

Luiz Orlando Carneiro é Diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília



Coisas da política

Desmontes do arbítrio

JOSE HELDER DE SOUZA

Numa iniciativa inédita o Governo abriu os salões — quase dizia os portões — do Palácio do Planalto a representantes da sociedade civil, no I Encontro do Governo com a Sociedade, para se inteirar da opinião do povo sobre questões institucionais do momento que vivemos. Corroeu-se de êxito o encontro organizado pelo embaixador Jerônimo Moscardó de Souza, da subchefia do Gabinete Civil para assuntos Institucionais.

Por falta de oportunidade deixamos, lá naquele encontro, de levantar um item que consideramos bastante pertinente no campo institucional. Já é sabido que a partir de 64, especialmente a partir de 1978 até 1984, uma facção de oportunistas políticos e aventureiros tomou conta da Nação. No poder como que exerciam uma suserania sobre todo o povo brasileiro, tornado então vassalo. E, na vassalagem, tinha que ser deixado distante de seus suseranos, seus senhores. O Estado, na sua prepotência, espoliava e oprimia. Em consequência, criou-se um instituto absurdo que ainda hoje persiste: o de obrigar o cidadão, quando se vê na contingência de solicitar junto ao poder, de despir-se de sua identidade em toda a extensão da palavra.

Exigia-se e exige-se dos solicitantes, numa verdadeira agressão à cidadania, sua identificação. Ai dava-se o absurdo: o cidadão era posto a nu civilmente, tomavam e tomam-lhe a carteira de identidade e pespegam-lhe no peito uma identificação ostensiva e nem sempre elegante. Com isso, de início, era levantada uma suspeição sobre o cidadão, ou ladrão ou terrorista a quem era preciso vigiar bem de perto, espreitadamente.

Com essa verdadeira barreira o cidadão, é evidente, via-se inibido para chegar a qualquer homem do Estado então vigente, do mais alto dignatário ao mais simples chefe de repartição. Dificuldades para qualquer cidadão reclamar contra algum desmando, contra os desgovernos então praticados. Com a realização do I Encontro do Governo com a Sociedade, mais uma manifestação da Nova República em direção do povo, espera-se o começo dos desmontes de regras autoritárias e absurdas instituídas pelo regime militar e ainda sobrevivendo num Estado em que o povo voltou a ser dono de seu destino.

AGRADECIMENTOS

Além dos nomes anteriormente citados, cumpre registrar e agradecer, de modo especial, a colaboração prestada na organização do I Encontro pela Professora MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI, (Subchefia para Assuntos Institucionais — SAI), Secretário FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA (SAI), Dra. PALOMA JORGE AMADO COSTA (Gabinete Civil), ELIANA DE SOUZA LEÃO (Secretaria de Ação Comunitária — SEAC), ERIVALDA TORRES (SEAC), JUPIRÁ BARBOSA GHEDINE (Secretaria de Imprensa e Divulgação — SID), FRANCISCO DE ASSIS VILHENA DOLABELA (SID), DANILO CARLOS GOMES (SID), ANTÔNIO Guido Jordão (SID), MARIA ISMÊNIA BRAUN TURBAY (SID), Prof. ELIAS MOACIR DE OLIVEIRA FREITAS (SAI), LÚCIA PARREIRAS (SAI), MARIA ABADIA DA SILVA (SAI), CILMA SOLON RIBEIRO OLIVEIRA (SAI), MÁRCIA NEVES NORÕES (SAI), CECÍLIA MARIA SILVA DONNICI (SAI), HELMUTH FRITSCHÉ (SAI), FRANCISCO NOGUEIRA DOS SANTOS (SAI), JOSÉ CARLOS PACHECO PEREIRA (SEPLAN), e LETICE LOPES VASCONCELOS (CENDEC).

